



Alcanena 2025: Plano Estratégico de Desenvolvimento

Relatório Final

Março | 2017

Título
Alcanena 2025: Plano Estratégico de Desenvolvimento

Relatório Final | **Março 2017**

Câmara Municipal de Alcanena



Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados



Índice

Nota de abertura	7	3. Visão e estratégia para Alcanena 2025	77
1. Planeamento estratégico de base territorial: princípios e orientações metodológicas	9	3.1 Visão Alcanena 2025	78
1.1 Planeamento e gestão estratégica de base territorial	10	3.2 Estratégia de desenvolvimento territorial de Alcanena	79
1.2 Metodologia de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial	13	3.2.1 Princípio estratégico 1. Afirmação e renovação do paradigma empresarial	81
2. Diagnóstico prospetivo do concelho de Alcanena	15	3.2.2 Princípio estratégico 2. Promoção da qualidade de vida	91
2.1 Enquadramento territorial e inserção regional	16	3.2.3 Princípio estratégico 3. Valorização ecológica do território	97
2.1.1 Alcanena no Médio Tejo	16	3.3 Governação	103
2.1.2 Ordenamento do território	20	4. Plano de ação	107
2.2 Tendências demográficas, atratividade residencial e condições sociais	23	4.1 Operacionalização da Visão e estratégia Alcanena 2025	108
2.2.1 Perfil demográfico e dinâmicas sociais	23	4.2 Projetos estruturantes	110
2.2.2 Atratividade residencial e parque habitacional	26	Anexos	115
2.2.3 Rede social, educação e associativismo	30	Anexo 1. Lista de participantes no processo de auscultação	116
2.3 Dinâmicas empresariais e especialização produtiva	35	Anexo 2. Dinâmica de cooperação municipal	117
2.3.1 Especialização produtiva e dinâmica empresarial	35		
2.3.2 Indústrias do couro e diversificação económica	41		
2.4 Sustentabilidade ambiental e valorização paisagística	51		
2.4.1 Dimensão urbana e rural do território	51		
2.4.2 Principais problemáticas ambientais e fatores de mitigação	52		
2.4.3 Valorização, sensibilização e equipamentos ambientais	55		
2.4.4 Elementos paisagísticos e naturais	57		
2.4.5 Restrições ao uso do solo	59		
2.5 Tipicidades e elementos distintivos das freguesias do concelho Alcanena	61		
2.7 Contributos e envolvimento dos atores representantes das forças vivas do concelho	70		
2.8 Análise SWOT	75		

Índice de caixas

CAIXA 1. ESTRATÉGIAS DE BASE TERRITORIAL EIXOS ESTRATÉGICOS	20
CAIXA 2. CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE ALCANENA	31
CAIXA 3. CONSELHO MUNICIPAL PARA O ASSOCIATIVISMO LOCAL	32
CAIXA 4. O PROCESSO PRODUTIVO DAS INDÚSTRIAS DO COURO.....	42
CAIXA 5. EXPOPELE.....	45
CAIXA 6. CURSO TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL EM ARTE E TÉCNICA DO COURO ...	46
CAIXA 7. O PROCESSO PRODUTIVO DA INDÚSTRIA TÊXTIL	47
CAIXA 8. POLJE DE MINDE E NASCENTES RELACIONADAS – SÍTIO RAMSAR	58
CAIXA 9. MOMENTOS DE PARTICIPAÇÃO	70
CAIXA 10. VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS/SUBPRODUTOS DAS INDÚSTRIAS DO COURO EM PORTUGAL	84
CAIXA 11. MÉDIO TEJO INCLUSIVO E COM QUALIDADE DE VIDA	92
CAIXA 12. SMART CITIES PORTUGAL.....	102

Índice de figuras

FIGURA 1. A DIMENSÃO PROSPETIVA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE BASE TERRITORIAL	10
FIGURA 2. DIMENSÕES DO TERRITÓRIO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	12
FIGURA 3. AS FASES DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	14
FIGURA 4. ENQUADRAMENTO DA REGIÃO DO MÉDIO TEJO E DE ALCANENA, NO PAÍS	18
FIGURA 5. TERRITÓRIO ABRANGIDO PELA REGIÃO DO MÉDIO TEJO NA PREPARAÇÃO DO PERÍODO 2014-2020	18
FIGURA 6. ELEMENTOS DA PAISAGEM.....	18
FIGURA 7. REDE RODOVIÁRIA DO CONCELHO DE ALCANENA	19
FIGURA 8. MODELO TERRITORIAL PROT-OVT.....	21
FIGURA 9. TAXA DE ATRAÇÃO/REPULSÃO 2001-2011	26
FIGURA 10. DENSIDADE DE ALOJAMENTOS 2011	26
FIGURA 11. INDÚSTRIAS DO COURO EM ALCANENA	44
FIGURA 12. EXEMPLOS DE VISTAS DE UNIDADES TERRITORIAIS.....	51
FIGURA 13. LOCALIZAÇÃO DOS POTENCIAIS FOCOS DE POLUIÇÃO	52
FIGURA 14. POTENCIAIS FOCOS DE POLUIÇÃO QUÍMICA PRESENTES NO CONCELHO	53
FIGURA 15. POTENCIAIS FOCOS DE POLUIÇÃO ORGÂNICA PRESENTES NO CONCELHO	53
FIGURA 16. ETAR E ATERRO	54
FIGURA 17. CENTRO CIÊNCIA VIVA DO ALVIELA – CARSOSCÓPIO	56
FIGURA 18. OLHOS DE ÁGUA - NASCENTE DO RIO ALVIELA	57
FIGURA 19. PARQUE NATURAL DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS	57
FIGURA 20. POLJE DE MINDE SECO E INUNDADO	57
FIGURA 21. FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCANENA.....	61
FIGURA 22. A DIVERSIDADE DAS FREGUESIAS DE ALCANENA.....	63
FIGURA 23. PRINCIPAIS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS E DISTINTIVOS DAS FREGUESIAS DE ALCANENA: DIMENSÃO PRODUTIVA, PAISAGÍSTICA E DA TRADIÇÃO	65
FIGURA 24. OCUPAÇÃO DO SOLO	69
FIGURA 25. MOMENTOS DE PARTICIPAÇÃO: REUNIÃO DE TRABALHO COM ENTIDADES DO SETOR SOCIAL, EMPRESARIAL E AMBIENTAL DE ALCANENA	71
FIGURA 26. PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE AÇÃO DA ESTRATÉGIA ALCANENA 2025	80
FIGURA 27. MODELO DE AFIRMAÇÃO E RENOVAÇÃO DO PARADIGMA EMPRESARIAL	82
FIGURA 28. MODELO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA.....	93
FIGURA 29. MODELO DE VALORIZAÇÃO ECOLÓGICA DO TERRITÓRIO	98
FIGURA 30. GOVERNAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE ALCANENA.....	104
FIGURA 31. EXPRESSÃO TERRITORIAL DA GOVERNAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALCANENA.....	105

Índice de gráficos

GRÁFICO 1. PERFIL ETÁRIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DINÂMICA POPULACIONAL	24
GRÁFICO 2. ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE 2011	25
GRÁFICO 3. ÁREA DE ESTUDOS SUPERIORES DA POPULAÇÃO RESIDENTE 2011	25
GRÁFICO 4. DESPESA MÉDIA COM HABITAÇÃO 2011	28
GRÁFICO 5. ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS E USO SAZONAL 2011	29
GRÁFICO 6. REGIME DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES 2011.....	29
GRÁFICO 7. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR 1991, 2001 e 2011	33
GRÁFICO 8. TAXA DE INSUCESSO ESCOLAR 2005-2015	33
GRÁFICO 9. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO 2011 e 2015	34
GRÁFICO 10. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA ÓTICA DO EMPREGO DO CONCELHO DE ALCANENA 2011	37
GRÁFICO 11. TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO EMPREGO POR SETORES DE ATIVIDADE 2011-2014.....	38
GRÁFICO 12. MOVIMENTOS PENDULARES 2011.....	39
GRÁFICO 13. INDÚSTRIAS DO COURO NA EUROPA 2011	41
GRÁFICO 14. EVOLUÇÃO DA PROCURA E OFERTA TURÍSTICA 2009-2015.....	49
GRÁFICO 15. HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS 2009-2015.....	49
GRÁFICO 16. DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTO HOTELEIROS, SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA HABITUAL 2010, 2012 e 2015	50
GRÁFICO 17. POPULAÇÃO SERVIDA (%) POR SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS 2001-2009.....	54
GRÁFICO 18. POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) SEGUNDO A ESTRUTURA ETÁRIA (FREGUESIAS DE ALCANENA) 2011	67
GRÁFICO 19: POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO (FREGUESIAS DE ALCANENA) 2011	67
GRÁFICO 20. POPULAÇÃO EMPREGADA POR FREGUESIA 2011	68
GRÁFICO 21. POPULAÇÃO EMPREGADA (N.º) SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE 2011	68
GRÁFICO 22. POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA (N.º) NAS FREGUESIAS 2011 ...	68

Índice de quadros

QUADRO 1. MATRIZ DE DISTÂNCIA/TEMPO ENTRE CONCELHOS	17
QUADRO 2. EVOLUÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL E ESTRUTURA FAMILIAR 2001-2011	27
QUADRO 3. INDICADORES DO SETOR DE SAÚDE	34
QUADRO 4. DINÂMICA EMPRESARIAL E MERCADO DE TRABALHO.....	36
QUADRO 5. INDICADORES DE MOBILIDADE NA ÓTICA DO EMPREGO 2011.....	40
QUADRO 6. TOP CONCELHOS NAS INDÚSTRIAS DO COURO 2011-2014.....	43
QUADRO 7. ESTADA MÉDIA E TAXA DE OCUPAÇÃO DE ALCANENA	49
QUADRO 8. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE ALCANENA 1991, 2001 e 2011	67
QUADRO 9. DENSIDADE POPULACIONAL 2011	67
QUADRO 10. DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR FREGUESIAS 2009	68
QUADRO 11. SÍNTESE DO PLANO DE AÇÃO	109

Siglas

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIS - Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

AI – Abordagem Integrada

AM&A – Augusto Mateus & Associados

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes

AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena

CAORG - Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro

CCDR Centro - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCVA – Centro de Ciência Viva do Alviela

CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CMAL - Conselho Municipal para o Associativismo Local

CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro

cTeSP - Curso Técnico Superior Profissional

DGEstE | Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Profissional

EM – Estado-Membro

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

FEINPT - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IIP - Imóvel de Interesse Público

IPSS - Instituições particulares de solidariedade social

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

IPS – Instituto Politécnico de Santarém

IPT – Instituto Politécnico de Tomar

ITI – Investimento Territorial Integrado

LA – Linha de Ação

NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OVT – Oeste e Vale do Tejo

PE – Princípio Estratégico

PEST – Projetos Estruturante

PTD - Planos Territorial de Desenvolvimento

PDM – Plano Diretor Municipal

PNSAC – Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

RLIS – Rede Local de Intervenção Social

RSI – Rendimento Social de Inserção

SIRECRO - Sistema de Recuperação de Crómio

UF – União de Freguesias

Nota de abertura

O Plano Estratégico de Desenvolvimento – Alcanena 2025 é resultado da colaboração voluntária e espontânea de inúmeros cidadãos e/ou entidades que disponibilizaram algum do seu tempo pessoal e profissional para apresentar objetivos e propostas que projetassem o concelho de Alcanena, nos desafios do futuro.

Fruto dum trabalho de participação e equipa e com o importante contributo da empresa Augusto Mateus & Associados, foi possível concretizar, num documento, a estratégia para o concelho de Alcanena, com o horizonte temporal de 2025.

Entendemos que ainda existem muitos desafios para a efetivação do Plano elaborado, nomeadamente no que diz respeito à existência de capacidade financeira suficiente, quer do município, quer ao nível dos restantes parceiros, públicos e/ou privados, não esquecendo também o restabelecimento efetivo necessário do panorama económico-financeiro nacional, potenciador de maiores oportunidades de investimento público e/ou privado.

Sendo o concelho de Alcanena parte integrante da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, convém referir a convergência das estratégias aqui vertidas, com as delineadas pela própria comunidade.

Assumimos, assim, um Plano Estratégico de Desenvolvimento - Alcanena 2025, que extravasa os seus limites territoriais, defendendo a lógica das sinergias coletivas e não o pensamento isolado e solitário de planos internos, alheios a uma perspetiva intermunicipal de desenvolvimento sustentado e articulado com todos os possíveis parceiros.

É à luz desta realidade que deve ser lido o presente Plano Estratégico de Desenvolvimento e os seus 5 projetos estruturantes – Promoção da Competitividade das Indústrias do Couro e da Diversificação Económica, Promoção da Qualidade de Vida, Valorização de Novos Vetores de Sustentabilidade Ambiental, Desenvolvimento e Qualificação Territorial e Modernização Administrativa e Eficiência Institucional.

Mas importa, igualmente, referir que este Plano é, apenas e só, um documento de referência, que deverá, eventualmente, ser reajustado à luz de novas regras que venham a surgir no âmbito do Programa Operacional Regional e dos Programas Operacionais Temáticos e Planos Setoriais de cobertura nacional, mas que deverá ser o guião de uma estratégia que resulte da dinâmica que a região e os seus atores consigam gerar e da ambição que a visão política dos mesmos consiga maximizar.

Assumimos o compromisso de garantir que continuaremos a articular os atores locais e regionais para viabilizar a sua implementação, atualizando-o na busca permanente de novas oportunidades e, principalmente, garantindo a sua execução.

A todos(as) os(as) que participaram, direta e/ou indiretamente, neste documento, o nosso agradecimento e reconhecimento por toda a atenção e dedicação dispensada.

Continuamos a contar com todos(as) para a monitorização anual do Plano Estratégico de Desenvolvimento – Alcanena 2025, com vista à concretização do proposto, tendo sempre como princípio orientador a afirmação, valorização e crescimento do concelho de Alcanena.

A Presidente da Câmara Municipal de Alcanena

Fernanda Maria Pereira Asseiceira

1. Planeamento estratégico de base territorial: princípios e orientações metodológicas



1.1 Planeamento e gestão estratégica de base territorial

O **planeamento e gestão estratégica de base territorial** é um instrumento crucial no fomento da competitividade, da coesão e da afirmação dos territórios, pré-condições para a promoção de um desenvolvimento económico e social sustentado. A complexidade da interação de fatores de índole variada (nomeadamente, globalização, demografia, ambiente, ordenamento, atratividade residencial e empresarial) coloca novos desafios que pressupõem decisões no presente com indubitável impacto no futuro.

A **definição de uma visão para um território**, da estratégia que a deverá materializar e do correspondente plano de ação que lhe dá corpo, num horizonte temporal relativamente longo, deve obedecer a um conjunto de princípios que

integrem os avanços e ensinamentos recentes em matéria de planeamento e gestão estratégica de base territorial.

O planeamento e a gestão territorial devem ser entendidos como um **processo de promoção da participação e da concertação**, partindo-se do reconhecimento da relevância que a “pessoa” (residente, empresário, visitante, entre outras entidades de relevância local, regional e nacional) possui na construção e concretização das estratégias de desenvolvimento territorial.

Na Augusto Mateus & Associados o planeamento estratégico aplicado ao território é entendido como um processo de pensar e definir os futuros desejáveis e possíveis para um dado território e de procurar concertar as decisões e as iniciativas estruturantes que devem ser implementadas visando a melhoria do território objeto de estudo e de intervenção (Figura 1).

Figura 1. A dimensão prospetiva do planeamento estratégico de base territorial



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

A análise da evolução recente dos territórios permite compreender o seu posicionamento hoje e, partindo deste ponto, projetar trajetórias possíveis e prováveis aproximando-as, o mais possível, das trajetórias desejadas, por via de orientações estratégicas que pressuponham melhorias incrementais e/ou radicais nas diversas dimensões da vida económica e social do território.

O **processo de reflexão estratégica** ganha neste contexto uma relevância decisiva, onde o observar, o compreender, o antecipar e o decidir se configuram em dimensões determinantes de forma a garantir que o processo de planeamento não seja um mero prolongamento dos dados do passado, mas construído a partir de hipóteses tendo em vista um *futuro desejável*. Esta **articulação entre prospetiva e planeamento** visa não confundir a formulação estratégica com um exercício dominado de forma mais ou menos unilateral pelo passado, pelo presente ou pelo futuro, até porque:

- As **formulações estratégicas dominadas pelo passado**, ou porque se limitam a enquadrar projetos e programas em curso, em preparação, ou extensões dos mesmos, ou porque se organizam sob motivações suscitadas por problemas ainda não resolvidos, por expectativas ainda não **satisfeitas** ou por objetivos ainda não concretizados, tendem a projetar o passado no futuro, desvalorizando o presente, com base no efeito de inércia.

Este tipo de formulação estratégica, embora suscetível de obter forte popularidade e de passar por um exercício exequível e apoiado em dose generosa de *realismo* e *bom senso*, representa, sempre, uma forma de *rendição* perante o risco da mudança, perante o desafio de encontrar novos objetivos e instrumentos para responder a velhos e novos problemas, configurando-se, como tentativas mais ou menos conseguidas de ajustamentos a modelos existentes ou pré-definidos.

- As **formulações estratégicas dominadas pelo futuro**, seja porque se polarizam em torno de elementos de inovação e mudança insuficientemente integrados em modelos sociais e organizacionais, seja porque se polarizam

em torno de objetivos genéricos insuficientemente enraizados na natureza e características dos agentes económicos, políticos e sociais concretos, tendem a procurar criar o *futuro* sem grande respeito pelo *passado* e pelo *presente*, isto é, desvalorizando as especificidades dos caminhos e dos instrumentos concretos que os definem, caindo com facilidade numa espécie de projeto virtual.

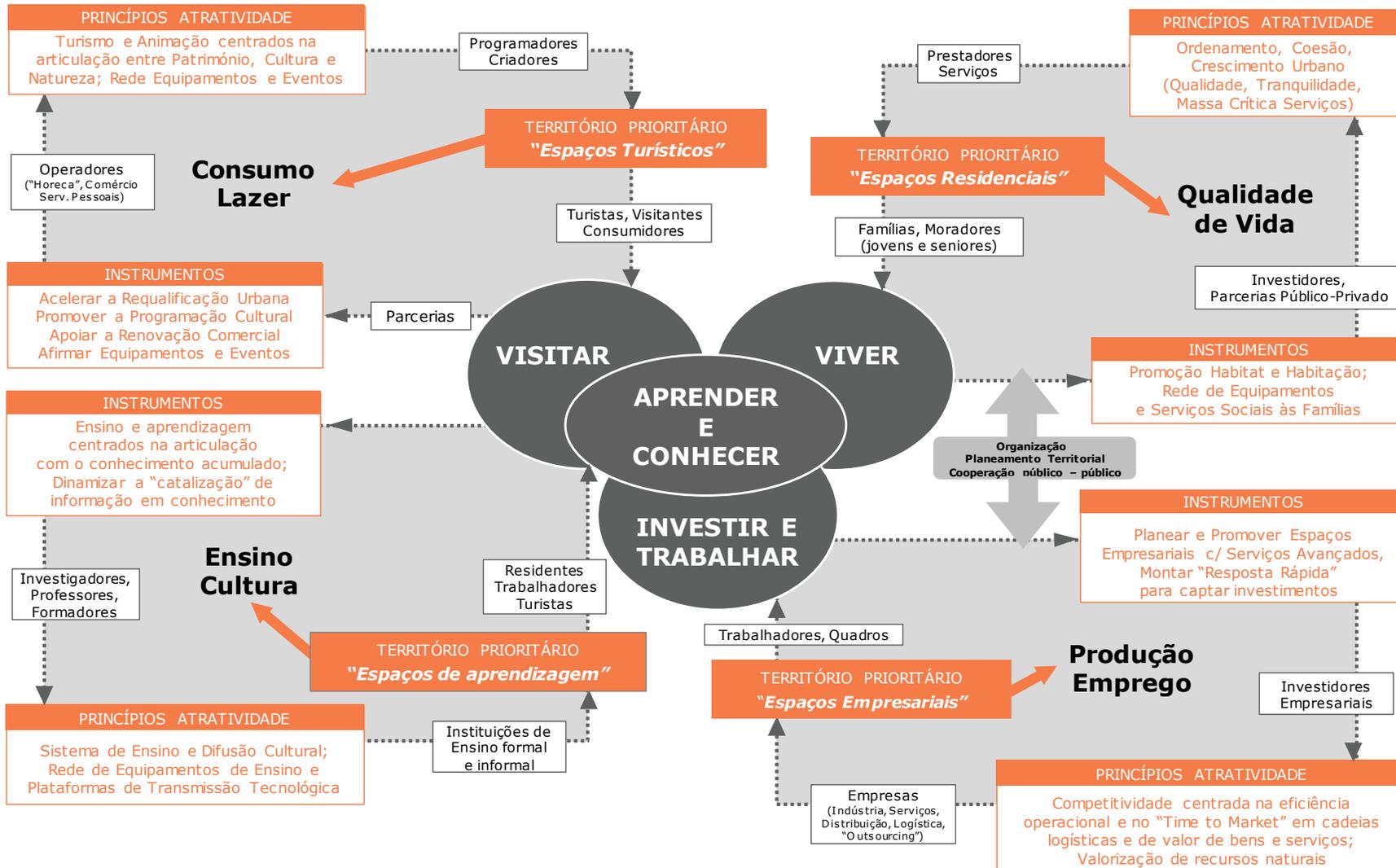
- As **formulações estratégicas deverão ter em conta não só aquilo que se quer**, mas também e, com a mesma importância, **aquilo que não se quer para o território**.

A **interpenetração entre passado, presente e futuro**, exige um equilíbrio pragmático entre modos de pensar e combinar fins e meios, nomeadamente os que permitem situar fronteiras rigorosas para as ambições (possível vs. necessário), resultados (cenários tendenciais vs. cenários contrastados) e para afinação dos mecanismos de transmissão (cadeias de influência *para trás* e *para a frente*), isto é, uma visão prospetiva para a ação ancorada numa identificação rigorosa das condicionantes relevantes.

A dimensão prospetiva no processo de planeamento estratégico tem ainda como objetivo **aumentar o horizonte temporal das atividades de planeamento**. O *esticar* dos horizontes temporais parece constituir um paradoxo quando confrontado com a expectativa dos atores se referirem a atividades de curto prazo. No entanto, não existe qualquer aspeto contraditório uma vez que a prospetiva territorial deve ser fomentada para permitir uma melhor reflexão sobre os futuros possíveis, a fim de alterar aquilo que se faz no presente para melhor. A prospetiva regional procura fazer reajustamentos, no presente, para criar regiões mais ágeis no futuro.

A formulação estratégica corresponde, finalmente, ao desenvolvimento de uma **análise completa, global, das diferentes dimensões da vida humana e social** (Figura 2) e **das suas articulações com o território** (viver, investir e trabalhar, aprender e conhecer, visitar).

Figura 2. Dimensões do território nas estratégias de desenvolvimento territorial



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

1.2 Metodologia de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial

A metodologia adotada na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Alcanena engloba três grandes fases – diagnóstico prospetivo (Fase 1), visão e estratégia (Fase 2) e plano de ação (Fase 3) - não seguindo uma definição rígida e sequencial das etapas de trabalho, antes se apoiando, num processo dinâmico e flexível como garantia da disponibilidade para, durante o tempo de elaboração do estudo, aperfeiçoar, corrigir e integrar elementos de diagnóstico, estratégicos e projetos (Figura 3).

Esta metodologia foi estruturada para permitir, em primeiro lugar, **transformar toda a informação disponível sobre o território**, dos dados estatísticos aos elementos recolhidos nas sessões de trabalho que se realizaram com os atores económicos, institucionais e sociais com intervenção no território, em conhecimento sobre os problemas, as necessidades e os desafios do território, no correspondente à fase do diagnóstico (Fase 1). Esta etapa permite construir um retrato e uma leitura abrangente do território e das suas especificidades, através de uma abordagem que segue propositadamente a preconizada pelas orientações emanadas a partir da Estratégia Europa 2020, que foca três óticas de diagnóstico com carácter predominantemente prospetivo, analisando-se indicadores que permitam avaliar as *performances* da região no âmbito do crescimento inteligente, do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo, às quais se acrescenta, numa ótica enquadradora, a análise da evolução recente e posicionamento regional no contexto nacional. Pretende, pois, dar resposta prévia à questão *quem somos, como estamos e como chegámos aqui?* e ajudar a *compreender o que se passa na envolvente*.

Pretende-se, nesta sequência, dar corpo à definição da Visão e da Estratégia (Fase 2) para permitir a **construção de uma vontade esclarecida sobre o futuro** (as grandes orientações estratégicas que materializam a visão adotada) e de um caminho exequível para o conseguir atingir, organizado da *frente para trás*, isto é, procurando garantir os passos intermédios que tornam o necessário em possível. Aqui, procede-se igualmente, à estipulação dos objetivos gerais e

específicos das orientações estratégicas identificadas para o território, incorporando objetivos de coerência com as prioridades de investimento tipificadas nos documentos da Comissão Europeia, que deverão ser acauteladas para a prossecução da estratégia regional e para o cumprimento das orientações nacionais e europeias.

A metodologia desenvolvida focaliza-se, finalmente, na **definição de um Plano de Ação** (Fase 3) que identifica um número restrito (porque priorizado e selecionado) de ações estruturantes capazes de, quando devidamente organizadas, encadeadas e concretizadas, permitir a acumulação de forças, o ganho de confiança e o reforço e a promoção da atratividade do território, suscetível de viabilizar uma convergência alargada de todos os protagonistas (*stakeholders*) envolvidos no seu desenvolvimento e de ser traduzida numa partilha ativa de decisões, iniciativas e investimentos coerentes.

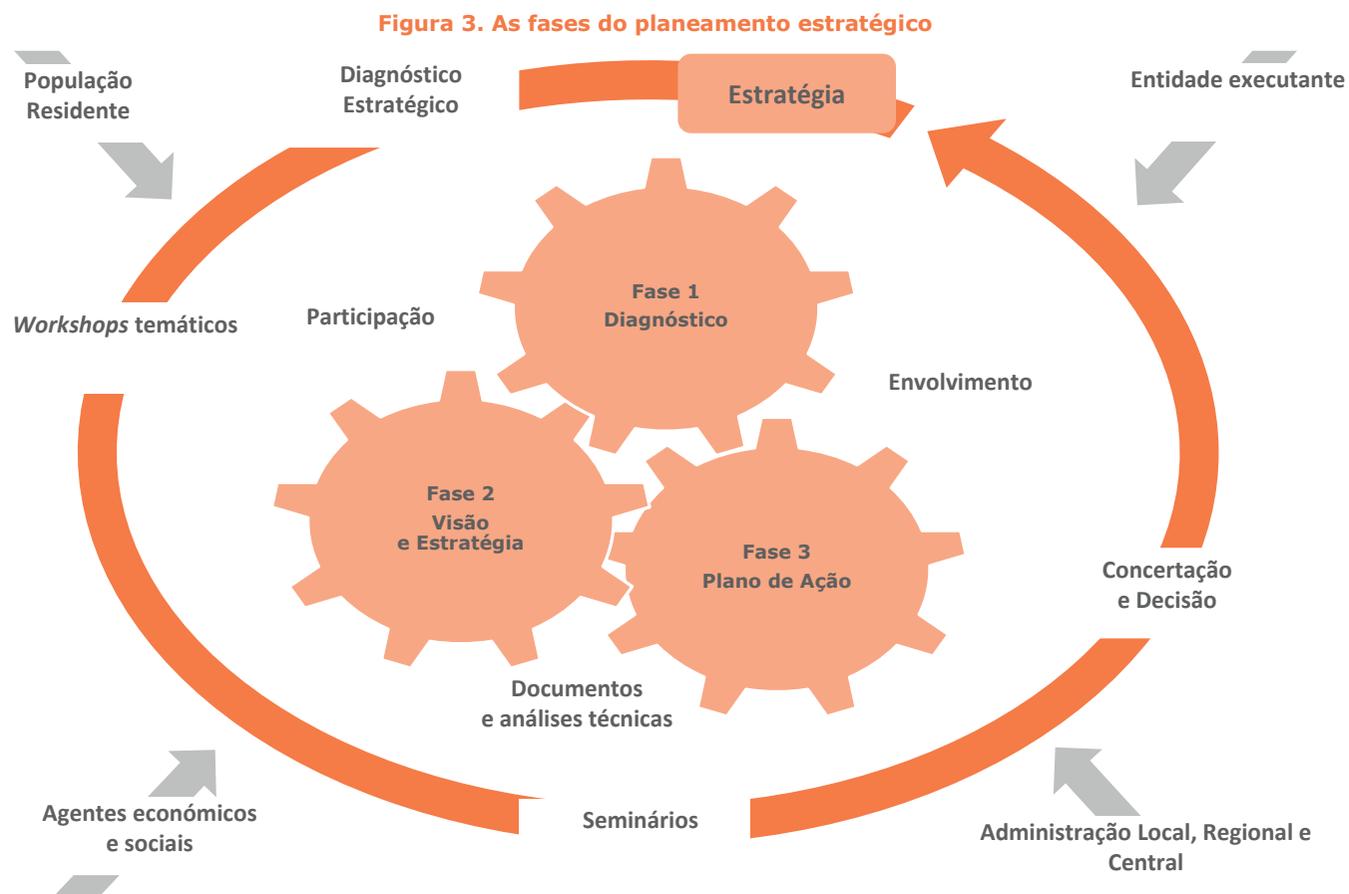
Esta metodologia, transversal à definição de diferentes territórios pressupõe que o trabalho desenvolvido se projete num quadro não meramente local ou regional, mas mais vasto e completo onde, nomeadamente, possa ganhar massa crítica e eficácia à procura de um novo espaço de intervenção do Poder Local que, conseguindo conjugar a intermunicipalidade (construída de *baixo para cima*, valorizando as ações setoriais) com a transmunicipalidade (construída de *cima para baixo*, valorizando as ações temáticas transversais), poderá assumir um novo e muito relevante papel na construção de um modelo renovado de desenvolvimento económico e social, mais inteligente, inclusivo e sustentável porque descentralizado com condições de eficácia.

A construção de uma estratégia sólida de futuro e a capacidade de **despoletar uma ação coletiva para um território** – e nomeadamente, tendo presentes as diversidades que normalmente se conjugam num mesmo território – implica uma postura ampla e transdisciplinar e a adoção de procedimentos de auscultação e de integração de ideias e projetos, conseguindo afirmar-se como instrumento de base de ação pública, privada e associativa, alimentando as sinergias e externalidades da região.

A **permanente participação e mobilização da sociedade civil e das entidades relevantes** para a implementação das orientações constantes de um instrumento de desenvolvimento territorial é um procedimento de

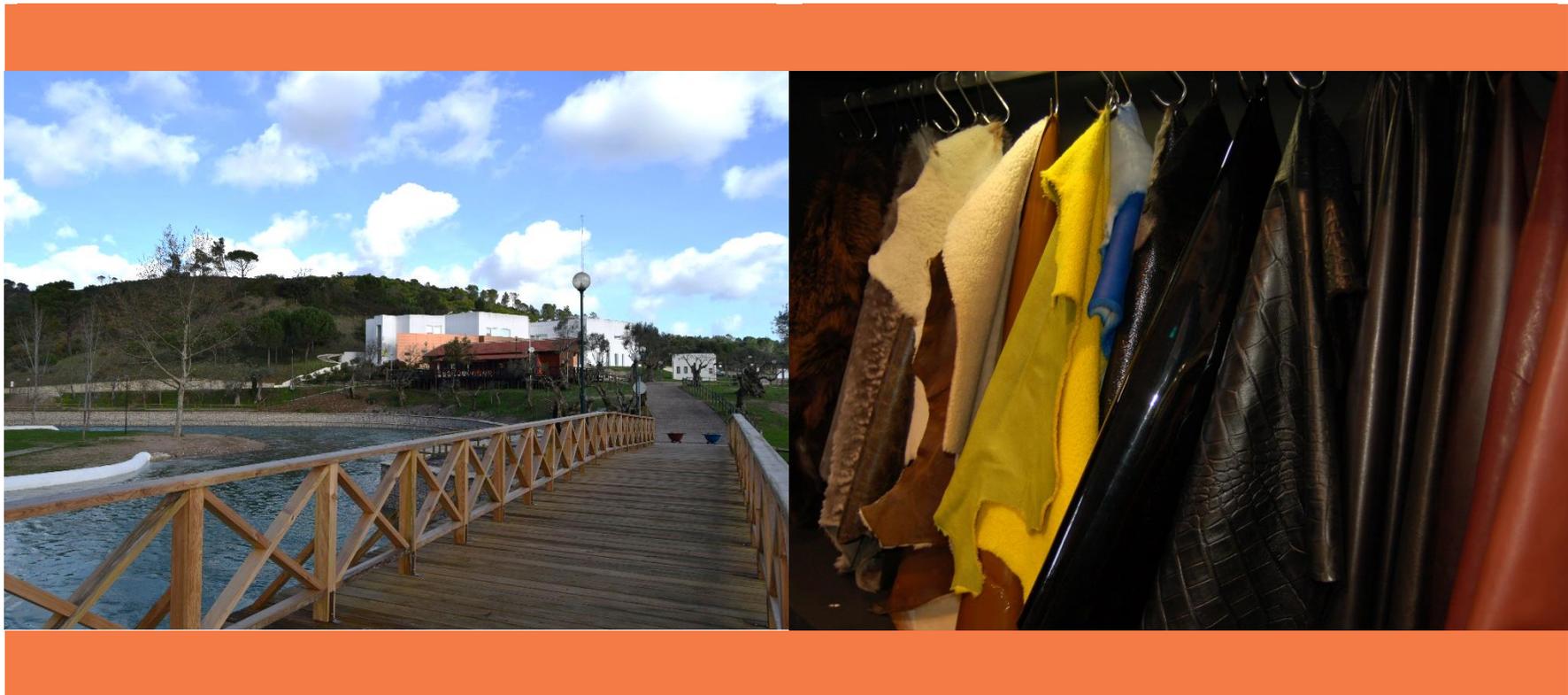
importância nuclear em todo o processo de definição estratégica, uma vez que se assume como fundamental para a garantia de apropriação e envolvimento daqueles que terão responsabilidades mais diretas no sucesso do caminho delineado para o futuro do território. Este objetivo presidiu à definição do

figurino específico do modelo de envolvimento e participação adotado, consideradas as condições particulares a que esse processo deverá dar resposta, como seja a articulação de contributos e a criação de consensos em torno de objetivos comuns (ver síntese no capítulo 2.6.).



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

2. Diagnóstico prospetivo do concelho de Alcanena



2.1 Enquadramento territorial e inserção regional

2.1.1 Alcanena no Médio Tejo

O concelho de Alcanena pertence à **NUTE II Centro** e à **NUTE III do Médio Tejo**, quer para fins estatísticos, quer para a operacionalização das intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais (Figura 4). Integra a **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT)**, juntamente com os municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Sertã e Vila de Rei.

O Médio Tejo possui uma **localização privilegiada**, instalada no centro de Portugal, na proximidade da Área Metropolitana de Lisboa, na transição entre o litoral e o interior e o norte e o sul, num posicionamento de oportunidades transfronteiriças que derivam da confluência de eixos viários estruturantes. É uma região com um **modelo híbrido de povoamento**, que conjuga realidades urbanas e rurais numa interação que deverá aprofundar os objetivos da revitalização económica urbana e da sustentabilidade da vivência rural moderna, onde se destaca no sistema de povoamento os núcleos mais urbanos (Tomar, Torres Novas, Entroncamento e Abrantes e o eixo Fátima-Ourém) e os restantes territórios rurais e/ou de baixa densidade que tornam a região diversa do ponto de vista da oferta residencial e económica.

Agrega **vocações produtivas específicas** associadas às atividades primárias e industriais sustentadas por um tecido produtivo dinâmico. É também distintivo do ponto de vista das valias ambientais, patrimoniais e histórico-culturais que o caracterizam, que resulta da **combinação de elementos naturais distintos** num ambiente dominado por uma paisagem verde e azul (rios, floresta, Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) e outras áreas protegidas, praias fluviais, percursos ribeirinhos e pedestres, sítios classificados, grutas), onde se combinam centros históricos de cidades e vilas, sobressaindo a riqueza histórica e patrimonial dos seus castelos e igrejas, da sua cultura, das suas memórias e da sua gastronomia.

O Médio Tejo enfrenta hoje **desafios de reconversão e adaptação aos novos dinamismos nacionais e internacionais**, tendo como trunfo, a abertura, a disponibilidade e a capacidade técnica dos agentes económicos e sociais que atuam no território, para colocar a sua diversidade ao serviço de um desenvolvimento territorial competitivo, sustentável, coeso e capacitado para fazer face às mutações estratégicas que se sucedem freneticamente.

Neste contexto, o concelho de Alcanena surge numa posição favorável, constituindo, em conjunto com Torres Novas e com o Entroncamento (ligação ferroviária), um **eixo com grande potencial logístico-industrial**, resultado da conjugação de alguns fatores, tais como:

- **localização geográfica**, traduzida na visível centralidade geográfica e nas excelentes acessibilidades nacionais e regionais. Inserido no Médio Tejo, beneficia do cruzamento de importantes eixos viários (A1-A23-A13-IC8-IC9) e ferroviários nacionais e especificamente do nó A1-A23. Localiza-se a cerca de 100 km e 1h de viagem de Lisboa - maior centro urbano do país - atravessado pela A1 - que estabelece a ligação direta entre Lisboa e Porto - está a apenas 32 km da capital de distrito Santarém e da A23 - que permite fazer a ligação de Torres Novas à Guarda. Possui também boas acessibilidades ao país vizinho, estando a 518 km (cerca de 5h) de Madrid (Quadro 1). Assim, o posicionamento da região e, conseqüentemente, do concelho, confere-lhe forte atratividade para atividades logísticas e de grande distribuição, que tem vindo a ser alvo de demonstrações de interesse de fixação de empresas, e que, como tal, concede justificação à realização do projeto **Porta Norte e Porta Ferroviária da Grande Região de Lisboa**, enquanto projeto estruturante na dinamização de atividades económicas no Médio Tejo.
- **condições naturais**, como a disponibilidade de água na região, com os rios Tejo, Zêzere, Almonda e Nabão e, especificamente, em Alcanena com o rio Alviela, importantes recursos hídricos nacionais, foram determinantes para a base industrial da região. É na poluição de alguns cursos de água que se têm colocado os maiores desafios ambientais da região e do concelho. Contudo, em 2015, em Alcanena, deram-se passos relevantes para a resolução desta problemática.

Quadro 1. Matriz de distância/tempo entre concelhos

		Distância (km)							
		Alcanena	Torres Novas	Tomar	Entroncamento	Ourém	Santarém	Lisboa	Madrid (ES)
Tempo (min)	Alcanena		13,6 km	41,1 km	19,1 km	40,9 km	43,0 km	108,0 km	518 km
	Torres Novas	17 min		25,6 km	6,9 km	25,9 km	45,6 km	115,0 km	506 km
	Tomar	31 min	24 min		24,6 km	20,8 km	70,5 km	139,0 km	515 km
	Entroncamento	18 min	11 min	23 min		30,3 km	48,4 km	117,0 km	502 km
	Ourém	38 min	34 min	25 min	37 min		69,0 km	138,0 km	535 km
	Santarém	30 min	30 min	46 min	33 min	51 min		82,9 km	550 km
	Lisboa	70 min	71 min	87 min	74 min	92 min	57 min		629 km
	Madrid (ES)	307 min	300 min	307 min	299 min	319 min	323 min	338 min	

Fonte: adaptado de "DistanciaCidades.com"

Do ponto de vista do ordenamento do território, o concelho de Alcanena está inserido na região de Lisboa e Vale do Tejo e em termos identitários pertence ao Ribatejo, no distrito de Santarém. É limitado, a Norte, pelos concelhos de Porto de Mós, de Ourém e Batalha, a Sul, pelo concelho de Santarém, a este pelo concelho de Torres Novas e a oeste pelos concelhos de Porto de Mós e Santarém (Figura 5).

Após a reorganização administrativa de 2013, o concelho de Alcanena passou a ser constituído por **sete freguesias e uniões de freguesias (UF)** - UF de Alcanena e Vila Moreira; freguesia de Bugalhos; UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro; freguesia de Minde; freguesia de Moitas Venda; freguesia de Monsanto e freguesia de Serra de Santo António. Contudo, é objetivo futuro o restabelecimento das dez freguesias que existiam anteriormente, considerada a mais eficaz e adequada à metodologia de gestão territorial que se pretende aplicar ao concelho.

Ocupa uma área de 127 km² e **localiza-se na zona de transição entre o Maciço Calcário Estremenho e a Bacia Terciária do Tejo**, caracterizada por solos férteis e significativos recursos hídricos (Figura 6). A **variedade paisagística deste território** assenta em duas vertentes distintas: a Serra (a norte) caracterizada pelas superfícies elevadas e agrestes das Serras de Aire e Candeeiros, e o Bairro (a sul), onde se estendem as planícies, as colinas baixas e as encostas. Nesta última, enquadra-se a Bacia Hidrográfica do Rio Alviela, a mais importante nascente cársica do país.

O concelho de Alcanena, um dos territórios do Médio Tejo com **perfil predominantemente rural**, concentra do ponto de vista geoestratégico uma **localização privilegiada** que se apresenta como âncora do seu desenvolvimento, constituindo um espaço de transição entre o Ribatejo e a zona do Pinhal, com forte presença do seu singular património natural.

Figura 4. Enquadramento da região do Médio Tejo e de Alcanena, no país

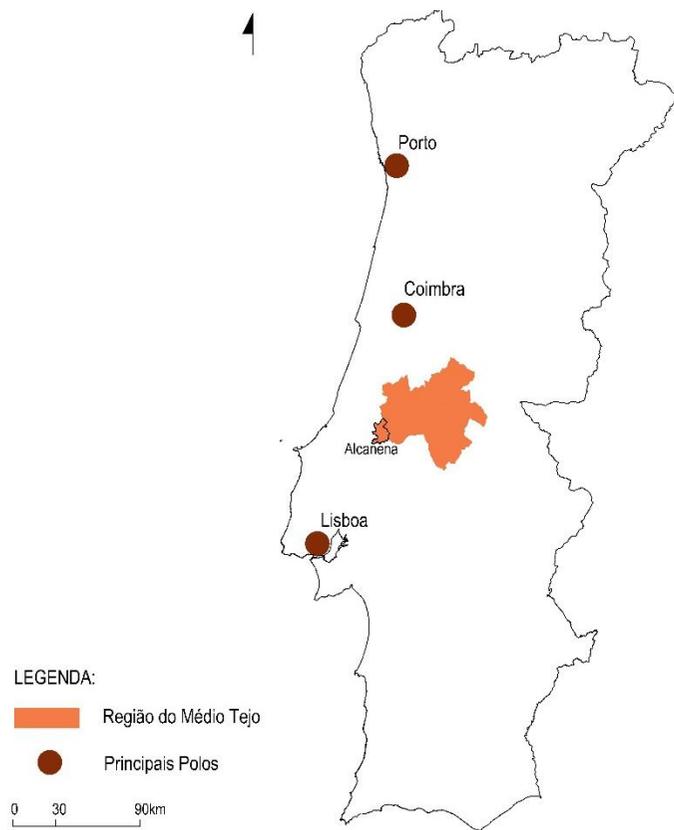


Figura 5. Território abrangido pela região do Médio Tejo na preparação do período 2014-2020

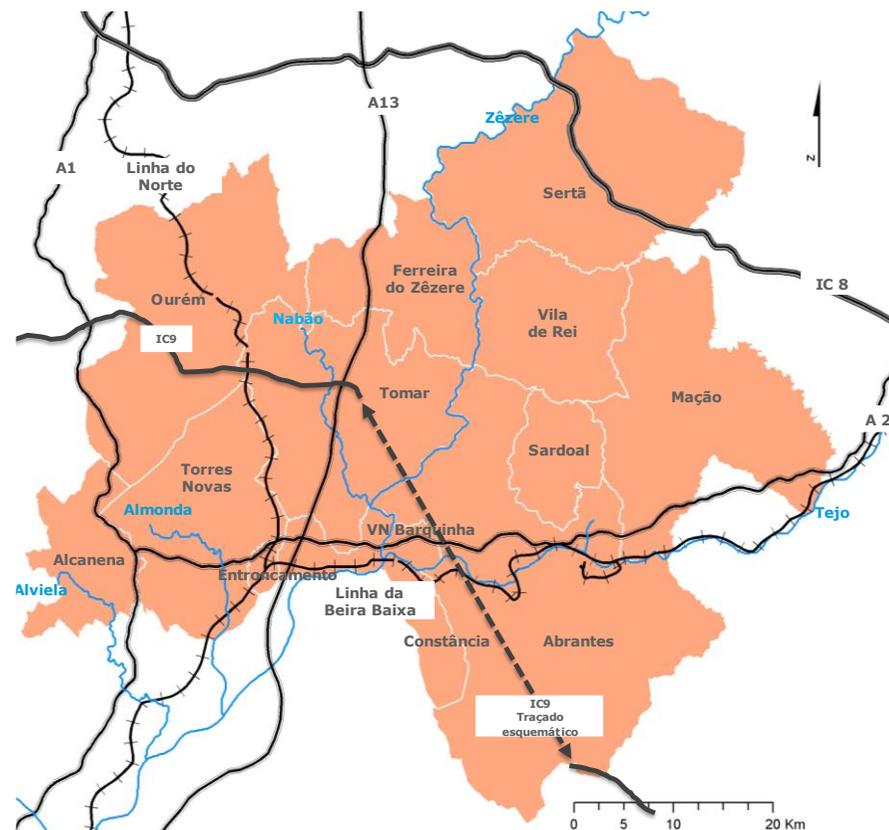


Figura 6. Elementos da paisagem



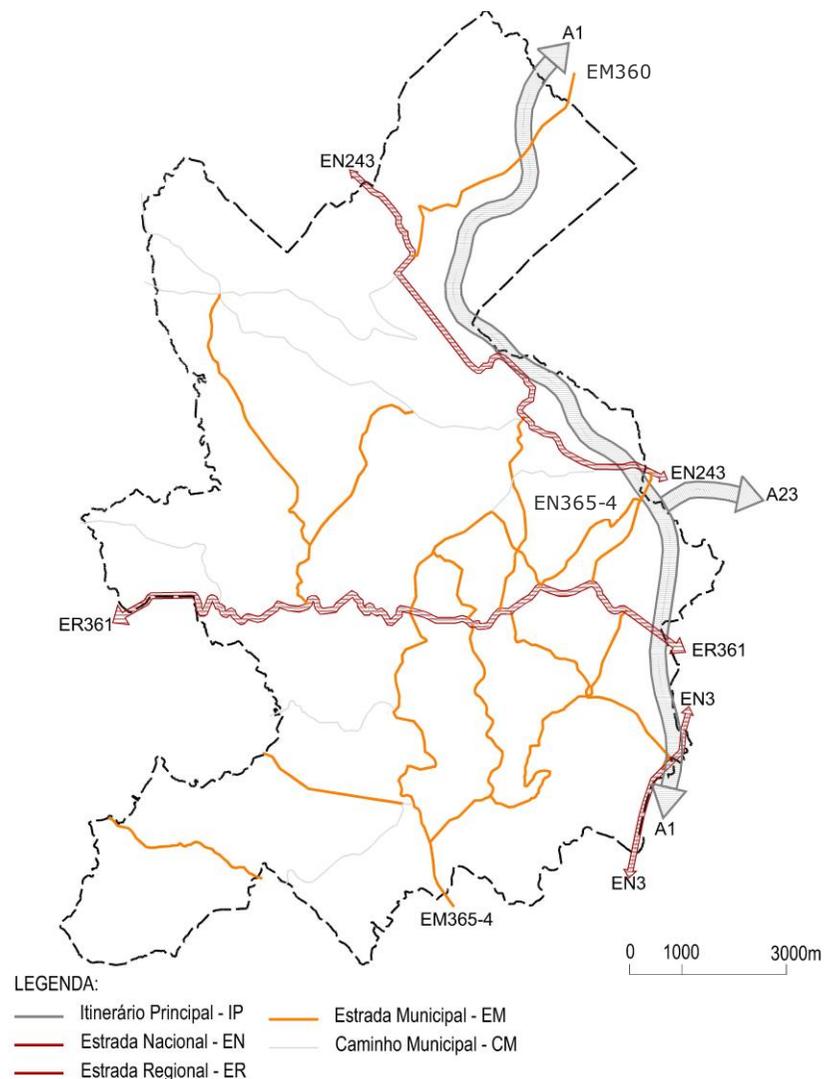
Em termos de acessos, o concelho é ainda servido pelas EN 243, EN 3, ER 361, bem como outras estradas nacionais e municipais que permitem uma boa acessibilidade, quer a outros polos urbanos limítrofes, quer a todas as freguesias (Figura 7).

Apesar da acessibilidade externa ser boa, assim como o acesso à generalidade das freguesias, a **rede viária possui debilidades** como: perfis estreitos e desadequados às funções das vias; atravessamento de aglomerados ou de áreas centrais, normalmente geradores de conflitos entre tráfego local e municipal/nacional e entre veículos e peões; presença de veículos pesados de atravessamento do concelho, ou de acesso a áreas com indústrias adjacentes a centros urbanos, ou a unidades industriais ou de armazenagem de grandes dimensões que proliferam, de forma desordenada, em meio urbano e em núcleos rurais. Com o objetivo de melhorar as acessibilidades, têm sido **realizados investimentos diversos em estradas e caminhos**, destacando-se as estradas Alcanena-Malhou-Moita e Minde-Vale Alto, que garantem a ligação de Alcanena a Santarém e Ourém, respetivamente. É intenção do município manter investimentos plurianuais nesta área.

Nestes termos, reconhece-se que as opções de mobilidade da população, das empresas e dos atores atuantes num concelho, são um dado relevante no contexto de afirmação económica e social de um território e um fenómeno relacionado com o ordenamento do território, nas suas vertentes urbana e regional. A mobilidade está fortemente associada a uma noção de espaço e mais ainda, ao movimento de pessoas e bens dentro desse mesmo espaço o que determina a efetivação das condições de acesso.

Por outro lado, as acessibilidades e a forma como se encontram estruturados os espaços de vivência e, conseqüentemente, os modos de vida, estão intimamente ligados com a organização da mobilidade, para além das implicações ambientais. Assim, do ponto de vista exclusivamente social, num território com um sistema de transporte coletivo pouco eficiente, a questão da mobilidade coloca-se com especial acuidade, detendo impactos ao nível da coesão social. Na mobilidade, um dos projetos mais emblemáticos é o **“Transporte a Pedido”**, que tem vindo a ser realizado em diversos concelhos do Médio Tejo com implementação no concelho de Alcanena desde 2017.

Figura 7. Rede rodoviária do concelho de Alcanena



Fonte: adaptado de elementos da revisão do PDM

2.1.2 Ordenamento do território

Os princípios, objetivos e orientações consagrados no **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** (PNPOT) são desenvolvidos nos vários Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) que, por sua vez, constituem um quadro de referência estratégico, ao qual se confere aplicação prática, sobretudo através dos Planos Diretores Municipais (PDM), tal como estabelece a hierarquia do sistema de planeamento em Portugal.

Do ponto de vista do ordenamento do território, o concelho de Alcanena inclui-se no PROT Oeste e Vale do Tejo (OVT), que evidencia duas sub-regiões:

- O **Vale do Tejo** (constituído pelas NUTE III, Médio Tejo e Lezíria do Tejo) onde se situam as extensas áreas de solos férteis, porém, nele se assiste ao alargamento das manchas de ocupação florestal, em resultado do despovoamento e abandono das áreas agrícolas;
- O **Oeste**, onde a influência de duas polarizações externas (Lisboa e Leiria) acentuam processos difusos de urbanização e industrialização, e sujeita à pressão das atividades turísticas sobretudo na faixa litoral.

Alcanena é abrangida pelo **PROT-OVT**, que envolve as NUTE III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, com cerca de 800 mil habitantes distribuídos por uma superfície de 8.792 km². O OVT está plenamente integrado na grande região funcional de Lisboa e a relação com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) constitui um elemento basilar do seu desenvolvimento (Caixa 1). Se por um lado, o Oeste e a Lezíria se apresentam como as áreas de expansão natural da AML e oferecem alternativa de localização metropolitana (por exemplo, de equipamentos e de pessoas), por outro lado, o Médio Tejo, pela sua posição geográfica e património natural (reforçado pela presença de recursos hídricos estratégicos para a AML), possui importantes oportunidades de desenvolvimento. A região do Oeste e Vale do Tejo é tradicionalmente estruturada por dois grandes eixos radio concêntricos (A8/Linha do Oeste e A1/Linha do Norte) convergindo para Lisboa, atenuando-se a separação entre as duas sub-regiões com a criação de novas acessibilidades proporcionadas pelos eixos A15 e IC9, IC10 e IC11 reforçando a mobilidade interna regional (Figura 8).

Caixa 1. Estratégias de base territorial eixos estratégicos

A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da segurança de pessoas e bens, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.

A inserção destes territórios nas dinâmicas de afirmação da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto das grandes regiões capitais europeias e de valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o mundo.

O desenvolvimento das atividades logísticas e o reforço dos fatores de atração e acolhimento de atividades empresariais, da indústria e dos serviços.

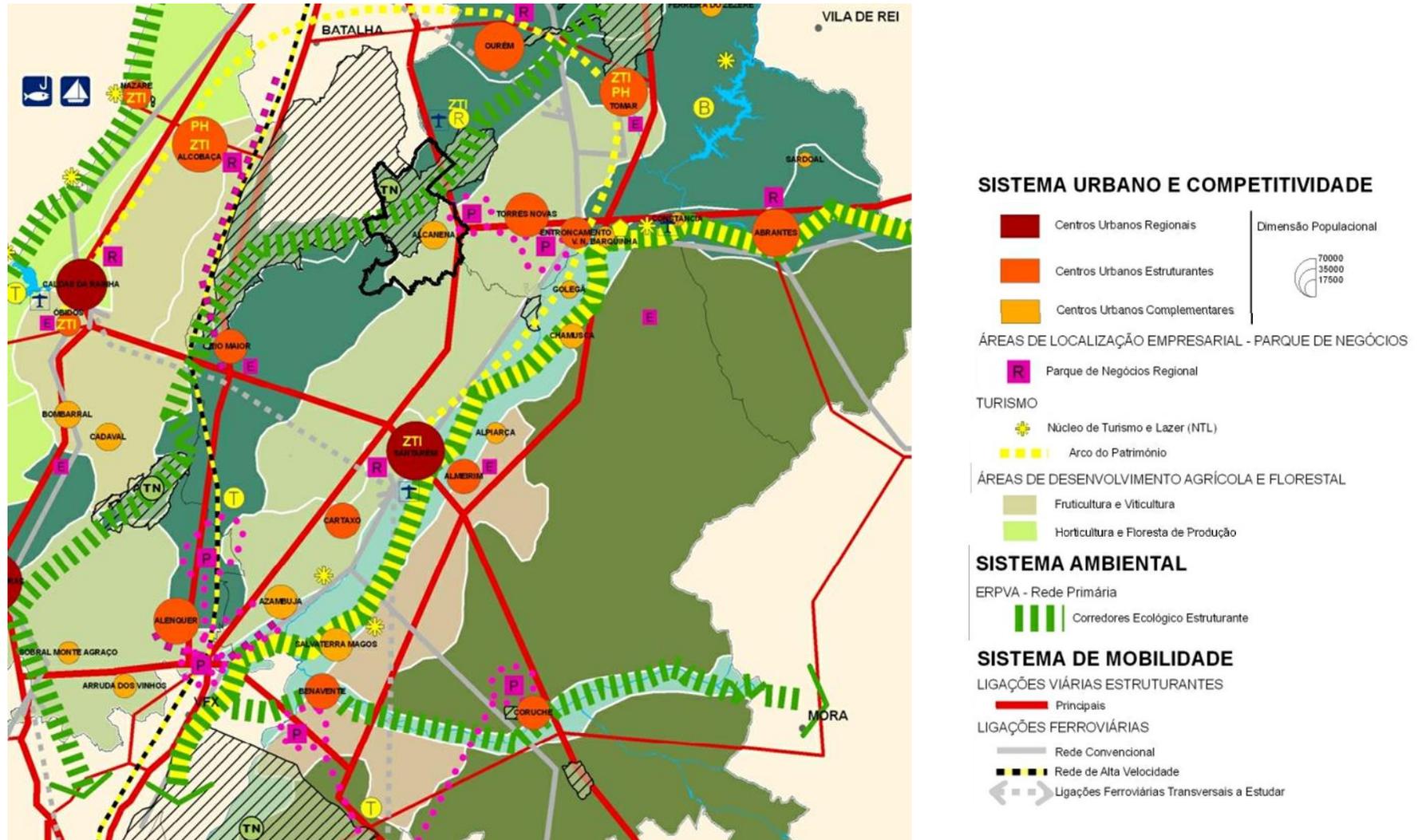
O reforço da competitividade económica e da sustentabilidade ecológica das explorações agrícolas, pecuárias e florestais.

A definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico que tire partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada.



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Figura 8. Modelo Territorial PROT-OVT



Fonte: adaptado de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Em consonância com os Eixos Estratégicos assumidos pelo PROT-OVT que preconizam um **desenvolvimento regional equilibrado e integrado**, o Modelo Territorial assenta em três sistemas fundamentais: a) o sistema urbano e de competitividade, b) o sistema ambiental, e c) o sistema de mobilidade.

No sistema urbano do PROT-OVT o município de Alcanena apresenta-se como **Centro Urbano Complementar**, fornecendo um leque de funções urbanas considerado pouco diversificado, mas fundamental na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

No contexto da classificação da região em Unidades Territoriais, o município de Alcanena está incluído nas Unidades Territoriais Colinas do Tejo e Maciço Calcário, juntamente com os concelhos de Rio Maior, Santarém, Torres Novas, Entroncamento e Tomar. Das diretrizes definidas no âmbito do PROT-OVT para as referidas Unidades Territoriais destacam-se as que se consideram mais pertinentes para o território de Alcanena:

- Estruturar a unidade em torno do sistema urbano formado por Alcanena, Torres Novas, Tomar e Entroncamento e por uma rede complementar de aglomerados urbanos e rurais a identificar, nos respetivos Plano Diretor Municipal (PDM), que absorvam as procuras de edificação e contrariem as tendências de povoamento linear e disperso.
- Promover a estruturação e ordenamento das atividades industriais e logísticas em Alcanena, Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, através da criação de uma Área de Estruturação Logístico-empresarial.
- Preservar as manchas de produção vitivinícola DOC Ribatejo (atualmente DOC do Tejo) e prever expansão das áreas de olival com vista a produção de Azeites do Ribatejo (DOP).
- Promover e garantir o bom estado ecológico das massas de água e dos ecossistemas ribeirinhos dos Corredores Fluviais essenciais para a ERPVA, designadamente na ribeira de Almoester, ribeira do Juncal, rio Maior, ribeira das Alcobertas, ribeira de Alcaidaria do Bispo, ribeira de Cabanas, rio Alviela, rio Almonda, ribeira do Alvorão, ribeira da Bezelga e rio Nabão.

- Avaliar a exequibilidade de criação de áreas protegidas de nível regional ou local em espaços de elevado valor natural, a gerir pelas autarquias, incluindo entre outras as várzeas, pauis e relevos calcários da bacia do Rio Maior (Ribeiras da Asseca, Juncal, Almoester e Alcobertas), os vales encaixados das cabeceiras das Ribeira de Alcaidaria do Bispo e Ribeira de Cabanas, e dos calcários de Malhou – Louriceira.

O instrumento de ordenamento do território que abrange todo o território concelhio é o PDM. De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), o PDM estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, estabelecendo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local seguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com ocorrência na respetiva área de intervenção.

Dado que a revisão do PDM de Alcanena se encontra em fase de conclusão em 2017, o Plano Estratégico de Alcanena tem a oportunidade de ser articulado com este documento orientador, para uma eficaz aplicação dos princípios do planeamento estratégico, por forma a criar novas dinâmicas e as condições jurídicas e socioeconómicas para um desenvolvimento sustentável do município.

2.2 Tendências demográficas, atratividade residencial e condições sociais

2.2.1 Perfil demográfico e dinâmicas sociais

A questão demográfica e, conseqüentemente social, são elementos a ponderar aquando da realização de uma reflexão sobre as direções de desenvolvimento a adotar no planeamento estratégico.

O perfil demográfico de Alcanena revela as **tendências típicas dos territórios de charneira territorial**. Por um lado, a proximidade de aglomerados urbanos de dimensão relevante, como é o caso da AML e das cidades médias de proximidade, conduz a um forte efeito de desvio de dinâmicas económicas e populacionais. Por outro lado, as oportunidades decorrentes desta vizinhança são claras no que concerne aos proveitos resultantes da incrementação dos relacionamentos funcionais e de diferenciação face aos principais centros urbanos da área de relevância regional.

Em termos de estrutura global de ocupação territorial, assume-se como concelho de densidade populacional moderada (108,9 hab./km², face ao referencial regional de 74 hab./km²), estando entre os concelhos do Médio Tejo com maiores índices de urbanização (42,5%), apenas ultrapassado por Abrantes (59,9%) e Torres Novas (46,7%).

A **sustentabilidade demográfica** (Gráfico 1) é uma problemática premente para o futuro de Alcanena que, entre 2001 e 2011, perdeu 5% do quantitativo populacional, tendo atualmente 13.868 habitantes. Esta evolução desfavorável decorre duplamente de uma evolução negativa da natalidade (-2,9%) e da atratividade migratória (-2,1%).

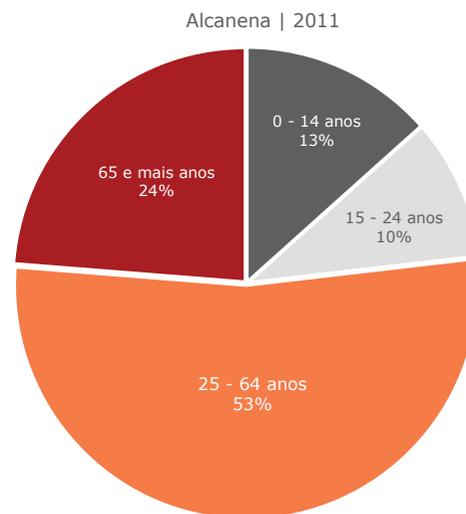
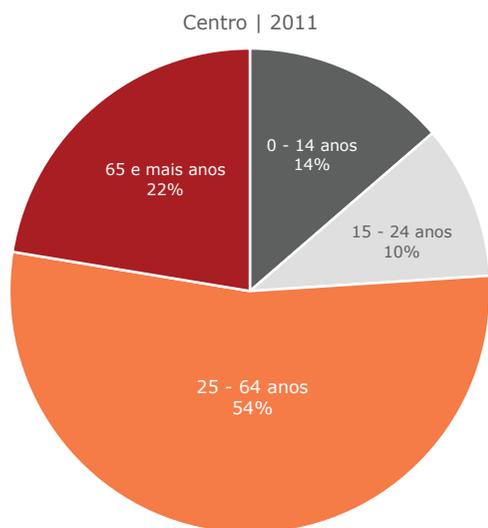
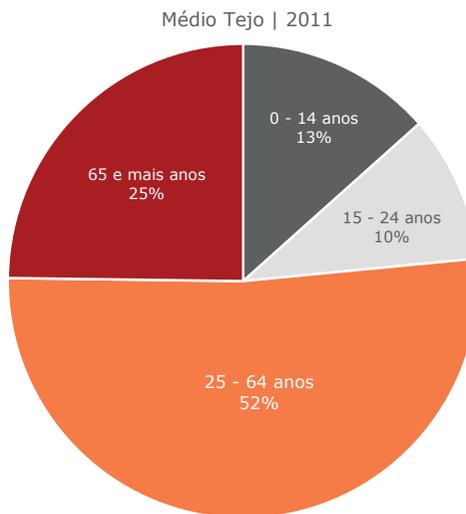
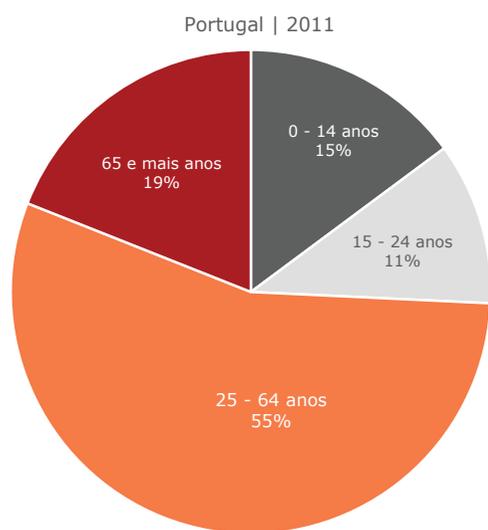
No curto-médio prazo, a **oportunidade de renovação demográfica** deverá passar pelo reforço dos atrativos de fixação da população, pelo **apoio à manutenção da população atualmente residente**, pela **criação de condições necessárias para os jovens se manterem no concelho** e pela **captação de população migratória nacional e estrangeira**.

Refira-se, em relação a esta última constatação que, nos últimos anos se assistiu a uma entrada significativa de população estrangeira, que representa, em 2011, 2,8% da população residente. A presença de um número significativo de imigrantes conduziu à constituição de um **Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Alcanena** a 30 de abril de 2013, através da assinatura de um protocolo com a ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações), assumindo-se como plataforma de apoio e encaminhamento dirigido à população imigrante de Alcanena e da região do Médio Tejo. O **Plano Municipal para a Integração de Imigrantes** é outra iniciativa que segue estes mesmos princípios de integração, cujo desenvolvimento está enquadrado na Ação 4 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), com candidatura submetida a 30 de setembro de 2014 e aprovada a 9 de janeiro de 2015.

O perfil etário da população residente demonstra a **significativa presença das faixas populacionais de maior idade** (24% com 65 ou mais anos) face à franja da população infanto-juvenil (13%), revelando outra faceta da problemática demográfica de Alcanena, o envelhecimento populacional (177 idosos por cada 100 jovens). Contudo, este fenómeno é bastante menos gravoso comparativamente à intensidade observada no Médio Tejo, sendo o 5º concelho menos envelhecido.

A estrutura habilitacional de Alcanena revela **défices de qualificação**, verificando-se que mais de metade da população possui menos do que o 2º ciclo do ensino básico (Gráfico 2) seguindo a configuração do Médio Tejo (50%) e acima do referencial nacional (45,5%). Nos níveis de habilitação mais elevados (pós-secundário e superior), Alcanena (13,6%) contrasta com o melhor posicionamento de concelhos como o Entroncamento (25,1%), Tomar (17,4%) ou Torres Novas (18,3%) e da região (14,7%). As áreas de estudos superiores (Gráfico 3) com maior incidência em Alcanena são a formação de professores e ciências da educação (19,3%), o comércio e administração (15,6%), a saúde (9,2%), as ciências sociais e do comportamento (8,8%), as letras (8,8%) e as engenharias e técnicas afins (7,9%).

Gráfico 1. Perfil etário da população residente e dinâmica populacional



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Decomposição do crescimento populacional | 2001-2011

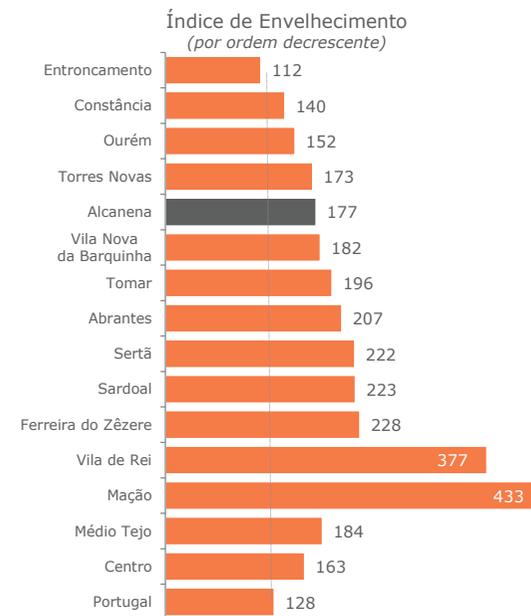
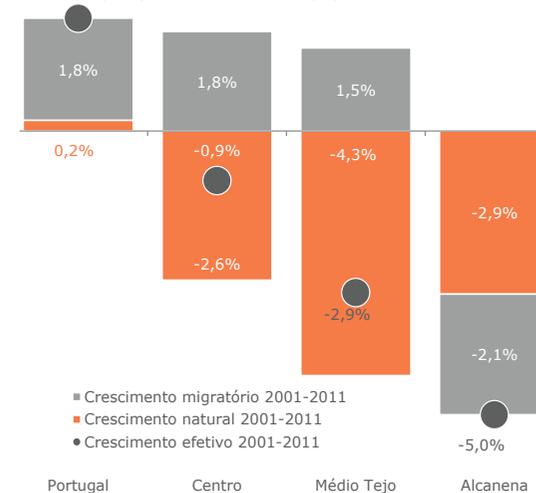
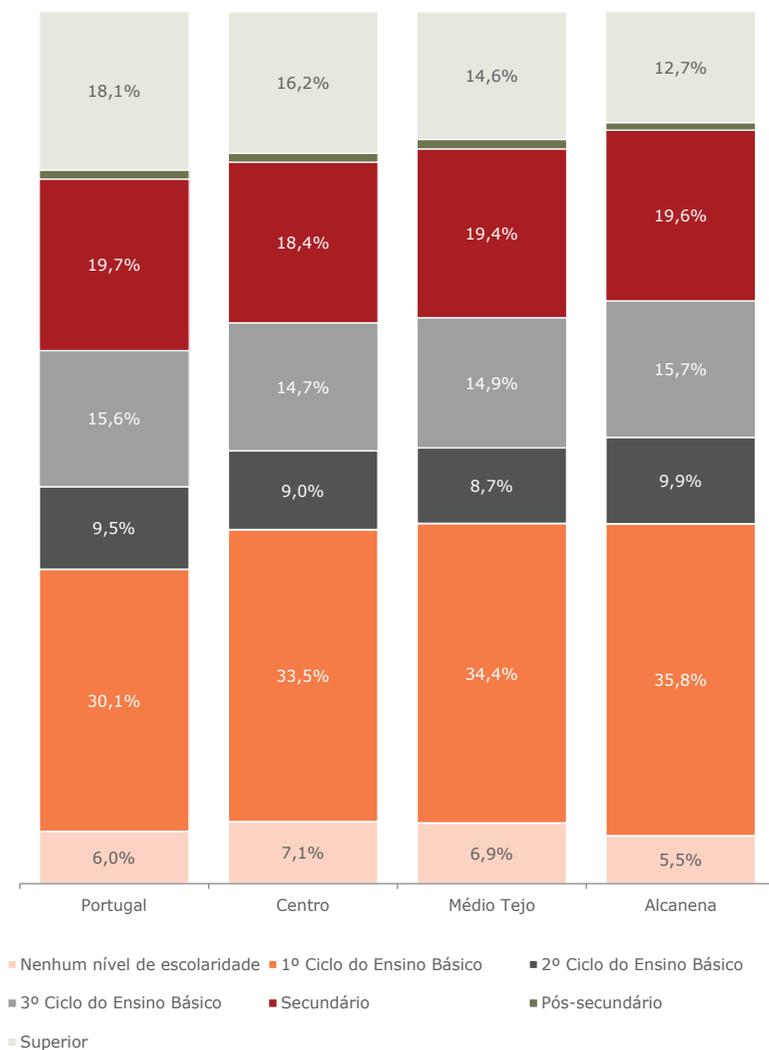


Gráfico 2. Estrutura de habilitações da população residente | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico 3. Área de estudos superiores da população residente | 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

2.2.2 Atratividade residencial e parque habitacional

A **atratividade residencial e a estrutura familiar** são elementos cruciais na avaliação das possibilidades de atração populacional e como barómetro relevante da sistematização das potencialidades de rejuvenescimento demográfico a médio-longo prazo.

O concelho de Alcanena pautou-se por uma **perda populacional significativa** no período intercensitário (2001-2011), revelando **incapacidades de captação e retenção de população**, traduzida numa taxa de atração/repulsão de -1,4% (Figura 9), que no contexto regional corresponde à *performance* menos abonatória, apenas ultrapassado pelos concelhos do Pinhal Interior Sul, agora integrados na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - Sertã (-7,2%), Mação (-15,6%) e Vila de Rei (-18,0%).

Esta condição merece especial atenção diante do **posicionamento geográfico de Alcanena**, na proximidade de núcleos urbanos de relevância regional (cidades médias) e nacional (Lisboa) o que, se por um lado, é favorável do ponto de vista de se constituir como **alternativa distintiva de modelo residencial e de vivência** a estes centros urbanos, por outro lado, pode ser um fator de despovoamento e de disseminação, dado o efeito polarizador exercido pelos territórios de maior densidade económica, populacional e urbana.

O número de famílias clássicas residentes no concelho aumentou (2,9%), embora de forma mais modesta comparativamente à média da região (3,7%), ou aos desempenhos de concelhos como o Entroncamento (20,1%) ou Constância (12,8%). A dimensão média dos núcleos familiares é de 2,47 pessoas (2011), sendo consonante com a realidade observada na envolvente regional, verificando-se uma **incidência de famílias unipessoais** (23,1%) superior à média nacional (21,4%), numa tendência de crescimento no período intercensitário, o que significa que há mais famílias, mas não suficientemente numerosas para garantir o aumento da população (Quadro 2). Para inverter esta tendência, o município dispõe, por isso, de mecanismos específicos de apoio às famílias numerosas e à natalidade.

Figura 9. Taxa de atração/repulsão | 2001-2011

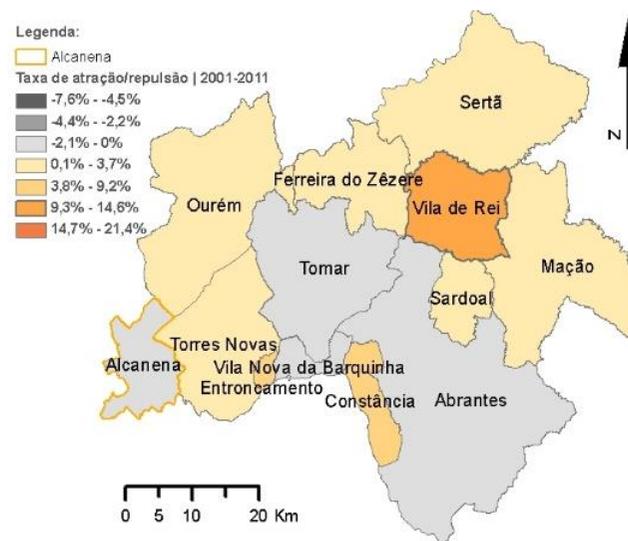
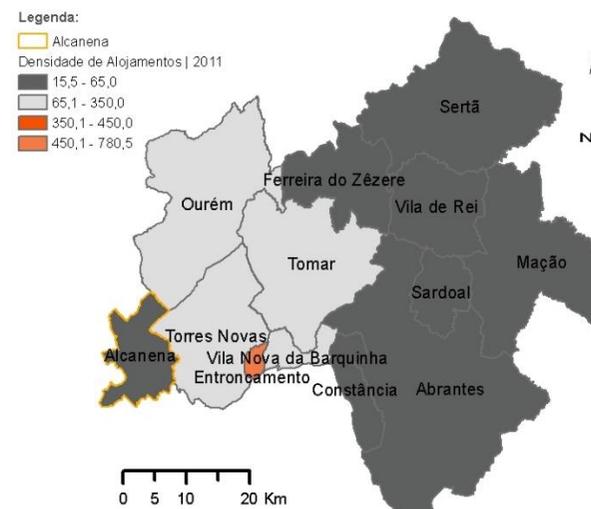


Figura 10. Densidade de alojamentos | 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 2. Evolução do parque habitacional e estrutura familiar | 2001-2011

	Edifícios		Alojamentos familiares clássicos		Famílias Clássicas		Dimensão média das famílias clássicas
	2011	2001-2011	2011	2001-2011	2011	2001-2011	2011
Portugal	3.544.389	12,2%	3.991.112	12,4%	4.043.726	10,8%	2,58
Centro	1.111.952	12,1%	893.857	8,0%	904.770	6,8%	2,53
Médio Tejo	127.508	10,0%	96.947	4,5%	97.954	3,7%	2,47
Abrantes	20.368	9,9%	15.878	0,1%	15.996	-0,5%	2,43
Alcanena	6.697	9,2%	5.491	4,7%	5.550	2,9%	2,47
Constância	1.851	9,7%	1.538	15,6%	1.565	12,8%	2,55
Entroncamento	4.150	12,9%	8.036	21,0%	8.067	20,1%	2,47
Ferreira do Zêzere	6.933	8,6%	3.414	-4,9%	3.438	-6,3%	2,45
Mação	6.648	7,5%	3.102	-10,2%	3.115	-10,1%	2,27
Ourém	23.709	8,1%	16.807	5,9%	16.990	4,5%	2,59
Sardoal	2.810	9,3%	1.497	-3,0%	1.514	-2,9%	2,52
Sertã	10.725	17,4%	6.431	3,6%	6.498	4,1%	2,42
Tomar	20.756	8,7%	16.136	2,9%	16.353	1,4%	2,45
Torres Novas	16.603	11,3%	14.397	8,3%	14.628	8,6%	2,47
Vila de Rei	2.844	15,4%	1.327	1,0%	1.330	0,7%	2,34
Vila Nova da Barquinha	3.414	7,2%	2.893	5,9%	2.910	4,1%	2,46

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

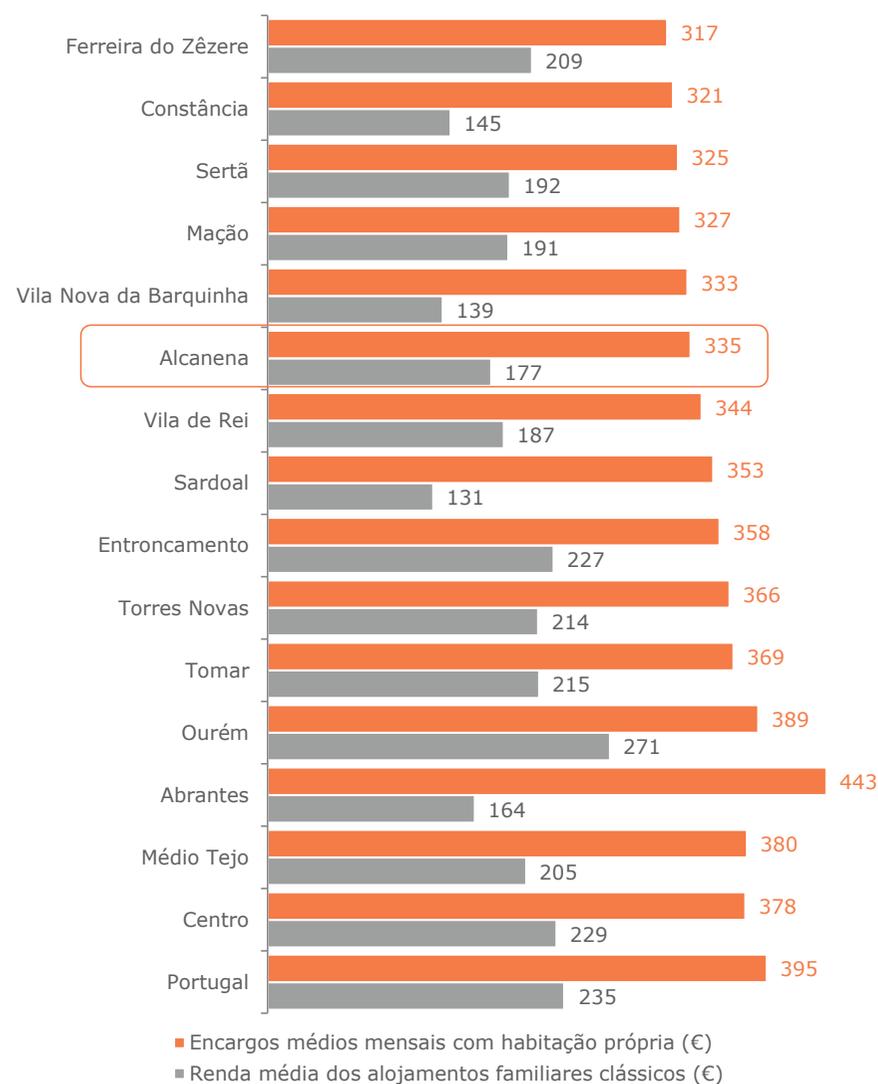
A dinâmica habitacional assume particular interesse atendendo à sua relação direta com a população residente e/ou presente. No último período intercensitário, verificou-se em Alcanena uma **expansão do parque habitacional** quer em termos de edifícios de habitação familiar clássica (9,2%), quer em termos de alojamentos familiares clássicos (4,7%). Atualmente, o concelho de Alcanena conta com cerca de 7 mil edifícios e mais de 5 mil alojamentos familiares clássicos de residência habitual, contando com uma densidade de alojamentos (63,41 aloj./km²) ao nível do referencial nacional (Figura 10).

A **oferta residencial de Alcanena caracteriza-se pela baixa densidade**, verificando-se que os edifícios têm em média 1,55 pisos, abaixo dos 1,89 pisos a nível nacional. Os alojamentos familiares clássicos, por sua vez, apresentam **uma área útil de 120,4 m², superior ao verificado no Médio Tejo (114,8 m²)**, o que pode constituir-se como fator de atratividade. É ainda possível concluir que o parque habitacional do concelho manteve a mesma diretriz, caracterizando-se na sua maioria por edifícios exclusivamente residenciais, de um só piso e ocupados como residência habitual.

Segundo os Censos 2011, o concelho de Alcanena conta com cerca de 20% de alojamentos familiares clássicos vagos e 12% de uso sazonal, o que demonstra uma estrutura divergente face a menor relevância regional de alojamentos desocupados (15%) e maior face aos que são pontualmente utilizados (22%).

A presença de alojamentos vagos indica a **possibilidade de dinamização do setor imobiliário**, pelo desenvolvimento de uma oferta residencial mais apelativa do ponto de vista da relação qualidade-preço (Gráfico 4). Tanto a aquisição de imóveis para compra como para arrendamento, não parecem estar condicionados pela prática de preços pouco competitivos, uma vez que as rendas praticadas (177 euros/mês) e os encargos mensais associados a habitação própria (335 euros/mês) são moderados, numa região onde o valor máximo para o primeiro caso é de 271 euros/mês (Ourém) e mínimo 131 euros/mês (Sardoal) e no segundo de 442 euros/mês (Abrantes) e 316 euros/mês (Ferreira do Zêzere).

Gráfico 4. Despesa média com habitação | 2011



Nota: a região Médio Tejo corresponde à delimitação das NUTE III referente a 2002.
Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico 5. Alojamentos familiares vagos e uso sazonal | 2011

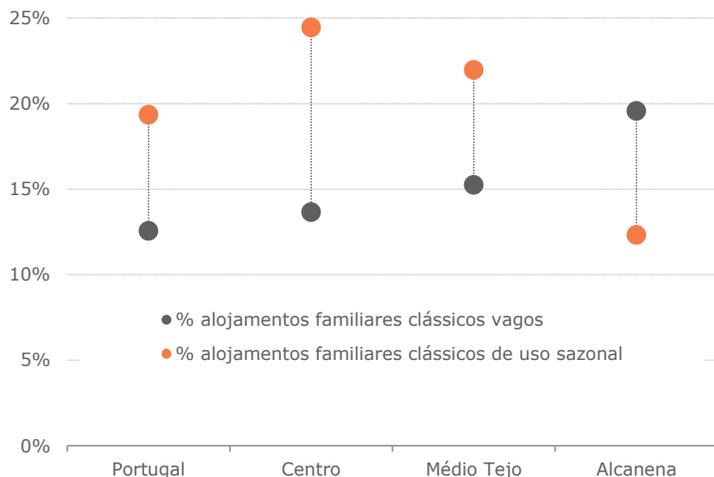
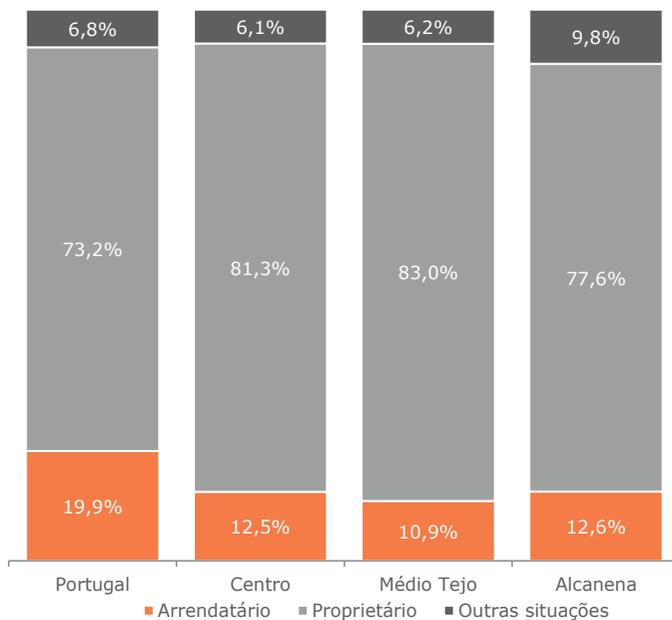


Gráfico 6. Regime de ocupação dos alojamentos familiares | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A **dinamização do mercado de arrendamento**, considerada uma estratégia atual de captação e fixação de população de eficácia de curto prazo, apresenta algum potencial de afirmação (Gráfico 6). A análise dos dados do recenseamento decenal demonstra que Alcanena apresenta uma menor proporção do regime de arrendamento (12,6%) entre as modalidades de ocupação dos alojamentos, comparando com a média do país (19,9%), embora superior à NUTE II Centro (12,5%) e Médio Tejo (10,9%), sendo um mercado promissor, tendo em conta a proporção de alojamentos vagos (Gráfico 5).

Nos estudos de caracterização do PDM, são sistematizadas algumas carências e preocupações relacionadas com a crescente necessidade da qualidade e segurança dos alojamentos, nomeadamente no que respeita às condições de salubridade, higiene e conforto dos edifícios em geral e da habitação em particular.

Aqui é referido que o problema habitacional, não é só um problema de criação de fogos para habitação, mas uma questão de criação de condições de vivências humanas nos seus múltiplos aspetos e sempre dirigidas ao bem-estar social e qualidade de vida das populações, considerando, défice/carência habitacional, situações de famílias que vivem em alojamentos não clássicos (barracas e outros alojamentos precários); famílias que partilham fogos (pressuposto de proporcionar a cada família um fogo, eliminando situações de coabitação) e famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, sobrecupam-nos por falta de divisões/assoalhadas.

A resolução das problemáticas residenciais, pela diferenciação da oferta e agilização do mercado de arrendamento é, assim, uma das principais conclusões a retirar na dimensão do parque habitacional e a sua qualificação como um argumento de atração de nova população. O equilíbrio entre reabilitação do edificado, diversificação de usos e acondicionamento de novas condições de habitação são elementos-chave nesta abordagem. Para fins de reabilitação urbana encontram-se delimitadas **cinco áreas de reabilitação urbana (ARU)** – Alcanena, Minde, Louriceira, Malhou e Espinheiro – que correspondem a espaços de intervenção prioritária neste âmbito e são um contributo para os objetivos expostos. Em todas as sedes de freguesia está prevista a delimitação das respetivas ARU.

2.2.3 Rede social, educação e associativismo

O diagnóstico social realizado no município, o processo de auscultação e o tratamento de dados estatísticos relevantes, permitiram identificar alguns dos problemas-chave a ponderar nesta área. Perante a configuração demográfica de Alcanena, a questão social está entre as grandes preocupações de desenvolvimento do concelho, área onde se colocam renovados desafios que exigem a mobilização de recursos e sinergias para a **implementação de projetos com respostas sociais inovadoras**.

A pertinência da cooperação social justificou a criação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Alcanena, em 2002, (Caixa 2) e do Conselho Municipal para o Associativismo Local (CMAL), em 2011, por atualização do Conselho Consultivo existente à data (Caixa 3), visando formalizar a rede social e associativa concelhia, garantir a coordenação e planeamento conjunto, o **desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida** das pessoas.

O processo de auscultação permitiu identificar **ineficiências no funcionamento da rede social**, resultante de sobreposições territoriais e nos serviços prestados, a reduzida capacidade de mobilização da população-alvo para a utilização dos recursos existentes e os elevados custos de contexto associados a uma atuação individualizada das instituições sociais. Uma situação ilustrativa diz respeito à confluência de diversas instituições de apoio social, principalmente as direcionadas para a 3ª idade que atuam no território, tanto no apoio domiciliário ou de institucionalização, que revela **oportunidades de uma maior atuação conjunta geradora de maiores benefícios** para as entidades e utentes e maior racionalidade na utilização na intervenção social e, por isso, uma maior e mais rápida cobertura das necessidades existentes.

A **dinâmica associativa é assinável**, com as associações a assumirem responsabilidades sociais, culturais, recreativas e desportivas de reconhecimento, mas verificando-se problemas de sustentabilidade. A auscultação permitiu identificar dificuldades associadas à **rentabilização de equipamentos de coesão** (nomeadamente os financiados por fundos comunitários), ao funcionamento da rede social e um conjunto de áreas de intervenção prioritária, destacando-se a educação, a saúde e o apoio social.

Por outro lado, a educação/formação é essencial à consolidação dos valores de cidadania e na formação de competências, particularmente da população mais jovem. Para além disso, é um dos serviços de proximidade com maior impacto na determinação da atratividade de um território e fator fixador de famílias jovens, sendo objetivo assumido a promoção de uma educação de excelência.

A rede de escolas públicas do concelho corresponde ao Agrupamento de Escolas de Alcanena, constituído por 11 Jardins-de-infância, 10 Escolas Básicas, uma Escola Básica do 2º ciclo, uma Escola Básica Integrada e uma Escola Secundária com 3º ciclo, integrados na Direção de Serviços da Região Lisboa e Vale do Tejo, pertencente à DGEstE. O concelho dispõe ainda de três estabelecimentos da rede particular (dois Centros de Bem-Estar Social (creches e Pré-Escolar) e um Conservatório de Música Jaime Chavinha.

A **população escolar de Alcanena tem vindo a reduzir-se**, resultado dos efeitos demográficos regressivos na população infanto-juvenil, contando, no ano letivo 2016/2017, com 1.562 alunos no ensino regular e 34 no ensino noturno na rede pública, menos 18% face a 2010/2011. Destaque para o excelente desempenho na redução do abandono escolar (Gráfico 7), que passou de 9,5% em 1991 para 1,3% em 2011, abaixo do atingido no Médio Tejo (1,8%) e em Portugal (1,7%). No que diz respeito ao insucesso escolar (Gráfico 8), verificou-se uma diminuição acentuada (13,7% em 2005 para 5,8% em 2015), posicionando-se abaixo da referência regional (6,9%, em 2015) e nacional (7,9% em 2015), estando numa posição bastante favorável nesta área.

Nesta área prevê-se, em continuidade, a melhoria de infraestruturas educativas com a criação do Centro Escolar de Alcanena e a requalificação da Escola do 2º CEB de Alcanena e um conjunto de projetos no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar, como os Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, os Projetos Educativos Municipais e de Escolas; a rede colaborativa de escolas do Médio Tejo; um conjunto de medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo; a promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas; o apoio aos alunos com NEE; o desenvolvimento de iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar; a promoção do empreendedorismo nas escolas; e a orientação vocacional e de qualificação profissional.

Caixa 2. Conselho Local de Ação Social de Alcanena

O **Conselho Local de Ação Social** (CLAS) de Alcanena foi criado em 2002, na sequência de uma candidatura apresentada ao Programa de Apoio da Rede Social, que tinha como objetivo alargar a Rede Social no território nacional, dotando os Municípios, através das autarquias e demais agentes sociais, de mecanismos de articulação e planeamento estratégico facilitadores da comunicação, do conhecimento mútuo, da partilha de objetivos e rentabilização de recursos, mas também da tomada de decisão e da intervenção ao nível social.



Ao longo dos anos o CLAS de Alcanena foi-se adaptando e respondendo aos desafios e às novas definições, muitas delas resultantes da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, que, para além de definir os princípios, finalidades e objetivos da rede social estabelece a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

Atualmente e, na sequência da adesão de novas entidades ao longo do tempo, **o CLAS de Alcanena é composto por 57 entidades e é presidido pela Câmara Municipal**, tal como define o nº 1 do artº 24 do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho. As entidades parceiras pertencem aos mais diversos quadrantes da vida social do concelho, englobando representantes das seguintes áreas: autarquia e juntas de freguesia; educação; emprego; saúde; segurança social; administração interna; IPSS's, associações sociais, culturais e recreativas; sindicatos; outras entidades de intervenção social e empresarial.

Em 2015, foi constituída a primeira Comissão Social de Freguesia do CLAS de Alcanena, a 15 de outubro, na Freguesia de Bugalhos, sendo até ao momento a única existente. Aderiram ao CLAS diversas entidades e pessoas, a título individual, por integrarem a CSF de Bugalhos.

O CLAS de Alcanena integra, por sua vez, a **Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo**, juntamente com os municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

O município dispõe de um **Plano de Desenvolvimento Social** e de um **Plano Social Intermunicipal**, que sistematizam as novas áreas de atuação e a renovação das respostas sociais, diante os novos desafios que se colocam no setor social a nível local e regional.

Nos últimos anos diversos projetos têm sido implementados no âmbito da **Rede Social**, dando cumprimento aos seus princípios de articulação, integração, subsidiariedade e aos objetivos de combate à pobreza e à exclusão social e promoção da inclusão e coesão sociais, assim como os de promover um desenvolvimento social integrado, garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais.

Dando cumprimento a algumas das competências dos órgãos da Rede Social, foram elaborados pelo Núcleo Executivo e submetidos ao CLAS para aprovação 11 pareceres, desde 2007, alguns dos quais relativos a projetos de **criação de estruturas equipamentos sociais**, destinados a pessoas idosas, pessoas com deficiências, vítimas de violência doméstica, crianças e jovens, em iniciativas diversas, desde a construção e implementação de raiz à melhoria e complementaridade dos recursos já existentes, nomeadamente através da renovação e valorização de equipamentos, eficiência energética, valorização dos recursos humanos, etc.

Foram também implementados através do CLAS os projetos **Plano Municipal para a Igualdade de Género**, em 2011, o **Programa de Emergência Alimentar** - Cantinas Sociais, em 2012, Atividades Socialmente Úteis, no âmbito do Rendimento Social de Inserção, em 2013.

Mais recentemente, em 2015, foram implementados dois grandes projetos de âmbito social, o **Contrato Local de Desenvolvimento Social** – CLDS, em parceria com a ADIRN (Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte); e a **Rede Local de Intervenção Social** – RLIS, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas.

Até ao final do mês de março de 2017 ficarão disponíveis os **instrumentos de Planeamento da Rede Social de Alcanena Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social**, que estão em fase de atualização, também para responderem aos desafios de harmonização e integração da estratégia intermunicipal, nomeadamente no que respeita ao PIDSII – Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado, coordenado pela CIM do Médio Tejo.

Com estes documentos atualizados, pretende-se dispor de referenciais estratégicos para a definição de políticas e de prioridades de intervenção no domínio do desenvolvimento social, da promoção da inclusão social e do combate à pobreza e à exclusão social no Concelho de Alcanena.

Fonte: Câmara Municipal de Alcanena

Caixa 3. Conselho Municipal para o Associativismo Local

O **Conselho Municipal do Associativismo Local** é um órgão com funções de natureza Consultiva que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as diversas Associações do concelho de Alcanena.

Foi criado em 2011, por atualização do Conselho Consultivo existente à data, integrando atualmente representantes de **entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa**, entre outros. A constituição do CMAL parte do reconhecimento de que o associativismo tem vindo a assumir um **papel estratégico na promoção do desenvolvimento social local**, dando um inestimável contributo à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, desportiva e recreativa da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania.

Os contornos do CMAL encontram-se definidos no **Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local** (RMAL), onde são descritas as orientações promotoras de autonomia para o desenvolvimento de toda a dinâmica associativa do concelho de Alcanena. Este regulamento define os objetivos, os programas e os procedimentos a considerar para o enquadramento dos apoios que a Câmara Municipal concede às associações com sede e/ou intervenção no concelho de Alcanena. Aqui podem ser consideradas todas as associações sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede e/ou intervenção na área do Município, desde que tenham a sua situação fiscal e perante a Segurança Social devidamente regularizadas, e o processo de registo, nos serviços competentes da Autarquia, devidamente atualizado.

O **CMAL assenta no princípio da cooperação**, reconhecendo a relevância do compromisso de responsabilidade partilhada e de colaboração institucional para o cumprimento da missão das associações, que passa também por uma estreita articulação entre a Câmara Municipal e as várias estruturas associativas.

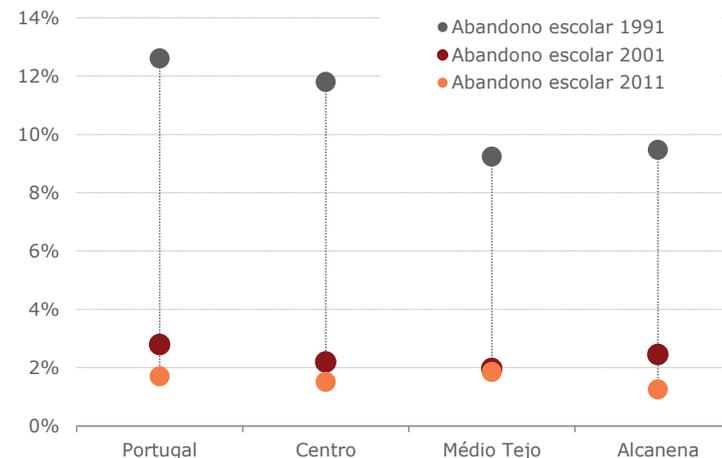
Fonte: site Câmara Municipal de Alcanena

As escolas do concelho de Alcanena possuem diversos **cursos vocacionais e profissionais** e, embora não exista uma oferta especializada a nível superior, tem na envolvente regional uma maior abrangência de opções curriculares (IPT, IPS e IPL). Destaca-se ainda o **Programa Municipal de Apoio Extraordinário a Estudantes do Ensino Superior** , que tem sido uma mais-valia para os jovens mais carenciados do concelho, contribuindo para a prossecução dos estudos, tendo no ano letivo de 2016/2017 apoiado 76 alunos num valor total de 45.400 euros. Ainda no ano 2015/2016 iniciou-se a 1ª edição do Curso Técnico Superior Profissional em Arte e Técnica do Couro que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Alcanena, o IPT, o CTIC e a APIC. No ensino profissional, realce-se o papel do CTIC. Considera-se, nesta área uma otimização da cooperação para otimização dos recursos existentes no sentido de responder às necessidades formativas exigidas pelo mercado laboral local.

A **rede de serviços de saúde** conta, por sua vez, com um Centro de Saúde e cinco Extensões de Saúde, inserindo-se na área de influência do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S.A., complementado por uma unidade de saúde pertencente a uma IPSS. A perceção é a de insuficiência, denotando-se um ligeiro aumento do número de profissionais de saúde (comparando os anos de 2011 e de 2015) mas a presença de médicos e enfermeiros (por 1.000 habitantes) é bastante diminuta e discrepante relativamente aos valores ostentados pelas médias nacional e regional. Por sua vez, o número de farmácias existente é semelhante à média das outras duas unidades geográficas (Quadro 3).

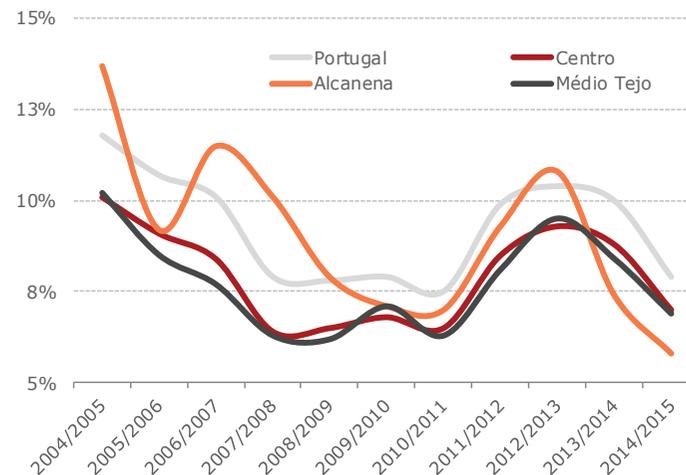
No que diz respeito **às prestações sociais direcionadas para grupos de maior risco de exclusão e pobreza** , medido pelo rendimento social de inserção (Gráfico 9), verifica-se uma menor incidência face aos restantes concelhos do Médio Tejo, destinando-se principalmente, a mulheres e jovens (menos de 25 anos), o que evidencia as dificuldades das famílias, nomeadamente das famílias com filhos, assim como as dificuldades dos mais jovens em conseguirem entrar no mercado de trabalho. Em sede de necessidades sociais, foi identificada a presença de intervenção nas áreas da deficiência, da violência doméstica, da educação especial e das doenças mentais.

Gráfico 7. Taxa de abandono escolar | 1991, 2001 e 2011



Nota: para se obter o valor da região do Médio Tejo NUTE 2013 no indicador de abandono escolar, calculou-se a uma média ponderada.
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Gráfico 8. Taxa de insucesso escolar | 2005-2015



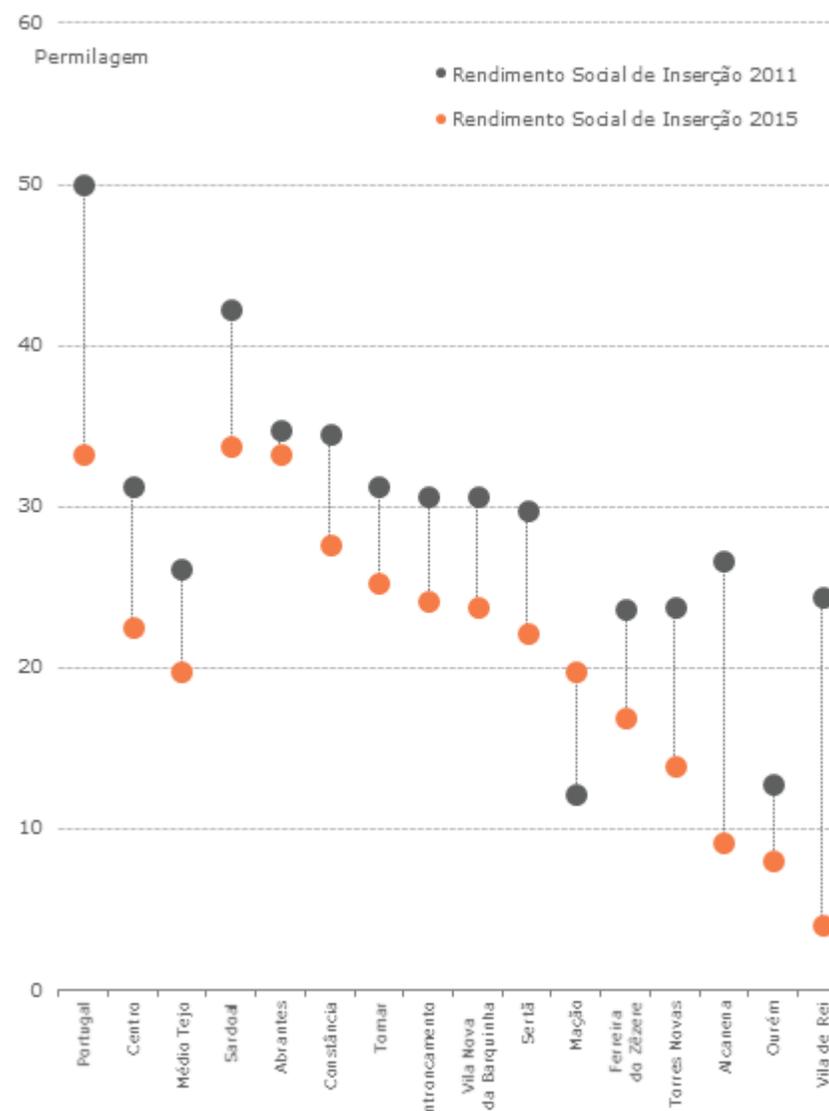
Nota: no indicador de insucesso escolar assumiu-se o valor indicado para a região na sua versão de 2002 dada a impossibilidade de atualização.
Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

Quadro 3. Indicadores do setor de saúde

	Enfermeiras(os)		Médicas(os)		Farmácias	
	Por 1.000 habitantes (permilagem)					
	2011	2015	2011	2015	2011	2015
Portugal	6,1	6,5	4,1	4,7	0,3	0,3
Centro	6,0	6,5	3,6	4,3	0,3	0,4
Médio Tejo	5,0	5,4	1,7	2,0	0,4	0,4
Abrantes	7,0	7,5	2,3	2,8	0,4	0,4
Alcanena	2,0	2,5	1,1	1,7	0,4	0,4
Constância	2,5	2,8	0,5	1,0	0,5	0,8
Entroncamento	4,1	4,7	2,5	3,1	0,2	0,2
Ferreira do Zêzere	1,1	1,7	0,1	0,2	0,5	0,5
Mação	2,3	2,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Ourém	2,2	2,7	0,9	1,2	0,4	0,4
Sardoal	1,0	1,8	1,3	2,1	0,5	0,5
Sertã	2,7	2,7	0,8	0,9	0,3	0,3
Tomar	4,8	5,2	2,3	2,6	0,3	0,4
Torres Novas	12,1	12,2	2,5	3,0	0,3	0,3
Vila de Rei	3,2	6,8	0,9	0,9	0,3	0,3
Vila Nova da Barquinha	1,4	2,5	0,8	0,7	0,4	0,4

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde e do Pessoal de Saúde

Gráfico 9. Rendimento Social de Inserção | 2011 e 2015



Fonte: Instituto de Informática, I.P.

2.3 Dinâmicas empresariais e especialização produtiva

2.3.1 Especialização produtiva e dinâmica empresarial

O **atual contexto competitivo condiciona as estratégias empresariais**, exigindo maior flexibilidade, capacidade de inovação e diferenciação de produtos, processos e modelos de negócio, articulação com políticas públicas orientadas para uma nova lógica de interpretação dos territórios enquanto espaços de valorização dos recursos endógenos, das empresas e das pessoas.

A compreensão da especialização produtiva de um território é um elemento central para a **sistematização dos pressupostos económicos e empresariais** que o caracterizam, assim como para a ponderação das principais problemáticas que estão associadas a esta temática.

O **estabelecimento de dinâmicas de ação de Alcanena** que se traduzam na sustentabilidade, na competitividade e na coesão, no quadro das prioridades assumidas na estratégia do concelho e da sua articulação com os desígnios nacionais e regionais, pressupõe assim, o desenho do perfil do tecido económico, a identificação das vocações produtivas atuais e potenciais, bem como a compreensão dos constrangimentos e das oportunidades que podem influenciar o desenvolvimento sustentado dos fatores de criação de riqueza no concelho.

O desafio que se coloca ao concelho de Alcanena passa pela conceção de uma **estratégia capaz de reconhecer as vantagens competitivas do território**, já existentes ou que podem ser construídas, num cenário de uma plena integração na economia do conhecimento que alie as competências do capital humano aos recursos endógenos da região para a criação sustentada de emprego e riqueza.

Ao nível empresarial Alcanena apresenta fatores competitivos relevantes que deverão ser aproveitados no sentido de se afirmar como centro de atividades económicas de excelência.

Para além da já referida **centralidade e acessibilidades do Médio Tejo**, que são atrativos de localização empresarial relevantes e um elemento diferenciador com significância para a ambição de desenvolvimento económico da região e do concelho de Alcanena, outras questões se colocam.

O eixo Alcanena - Torres Novas possui uma multiplicidade de atividades industriais e de logística de abastecimento à AML, exibindo uma forte articulação com outros polos a norte e com o eixo Vilar Formoso – Salamanca – Valhadolide. O concelho de Alcanena, especificamente, em 2014, contabiliza perto de 1.600 estabelecimentos empresariais, a que estão associados mais de 6 mil postos de trabalho o equivalente respetivamente a 7% e 10% do total do Médio Tejo. A dimensão média dos estabelecimentos é de cerca de 3,8 trabalhadores por unidade empresarial, a maior da região de inserção, superiorizando mesmo a NUTE II Centro (2,7 trabalhadores/estabelecimento), apresentando, por isso, uma **importante relevância empresarial no contexto regional** (Quadro 4).

Entre 2011 e 2014, as dinâmicas empresariais evidenciam uma **tendência de redução de empresas** (-3,7%) mas de alguma sustentação **de postos de trabalho** (0,9%), o que revela uma relativa resistência comparativamente à evolução desfavorável observada na economia portuguesa nos últimos anos e na região do Médio Tejo (-5,1% e -11,4%, respetivamente). A taxa de sobrevivência das empresas criadas em 2013, face à situação de 2015, é de 59,2%, acima dos 57,8% da média regional e registando um movimento de recuperação perante o registado no ano de 2011 (54,2%, face a 2009).

Verifica-se, contudo, com base nos dados obtidos por via censitária, um crescimento dos níveis de desemprego de 5,5% em 2001 para 9,8% em 2011, porém, evolução não tão gravosa quanto a registada a nível nacional, onde este indicador passou de 6,8% para 13,2%.

A **taxa de atividade tem vindo a decrescer em termos globais** na última década, consequência da evolução demográfica desfavorável, que alongou o topo da pirâmide etária e estreitou a os escalões etários mais jovens (força de trabalho potencial) e intermédios (força de trabalho efetiva), com impacto na bolsa de trabalho disponível.

Quadro 4. Dinâmica empresarial e mercado de trabalho

	Estabelecimentos			Pessoal ao serviço			Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes		Taxa de desemprego		Taxa de atividade	
	Nº	%	Variação 2011-2014	Nº	%	Variação 2011-2014	%		%		%	
	2014			2014			2011	2015	2001	2011	2001	2011
Portugal	1.180.375		1,1%	3.434.637		-4,9%	48,8%	60,6%	6,8%	13,2%	48,2%	47,6%
Centro	255.448		0,9%	685.870		-5,3%	53,1%	61,9%	5,7%	11,0%	45,5%	45,4%
Médio Tejo	23.401	100%	-5,1%	61.941	100%	-11,4%	54,0%	57,8%	6,4%	10,8%	44,3%	44,0%
Abrantes	3.056	13%	-7,4%	8.236	13%	-16,7%	45,4%	51,1%	8,5%	13,6%	43,8%	42,5%
Alcanena	1.574	7%	-3,7%	6.024	10%	0,9%	54,2%	59,2%	5,5%	9,8%	48,6%	46,5%
Constância	282	1%	-0,7%	1.006	2%	-11,9%	60,5%	56,8%	5,6%	11,0%	45,0%	45,6%
Entroncamento	1.870	8%	-3,7%	4.439	7%	-23,0%	47,8%	52,5%	7,9%	10,5%	49,9%	48,4%
Ferreira do Zêzere	785	3%	0,3%	1.979	3%	-8,0%	59,2%	63,4%	4,8%	7,9%	36,6%	38,5%
Mação	628	3%	0,0%	1.351	2%	-11,0%	67,4%	53,3%	5,1%	9,5%	36,2%	33,9%
Ourém	5.280	23%	-5,4%	14.770	24%	-10,7%	58,8%	64,3%	3,4%	8,5%	44,1%	45,3%
Sardoal	351	1%	-3,3%	639	1%	-13,3%	46,3%	47,5%	5,5%	12,5%	38,8%	40,9%
Sertã	1.557	7%	3,2%	3.602	6%	-6,5%	58,3%	56,0%	7,1%	10,0%	39,7%	39,8%
Tomar	3.745	16%	-9,9%	7.988	13%	-14,9%	54,9%	63,4%	7,9%	13,2%	42,3%	41,4%
Torres Novas	3.451	15%	-4,5%	10.486	17%	-6,7%	57,5%	57,0%	5,6%	9,6%	45,6%	45,2%
Vila de Rei	297	1%	-5,4%	590	1%	-13,6%	48,2%	57,1%	4,7%	8,7%	33,5%	34,1%
Vila Nova da Barquinha	525	2%	-5,9%	831	1%	-18,5%	46,8%	50,7%	7,9%	9,6%	43,2%	41,3%

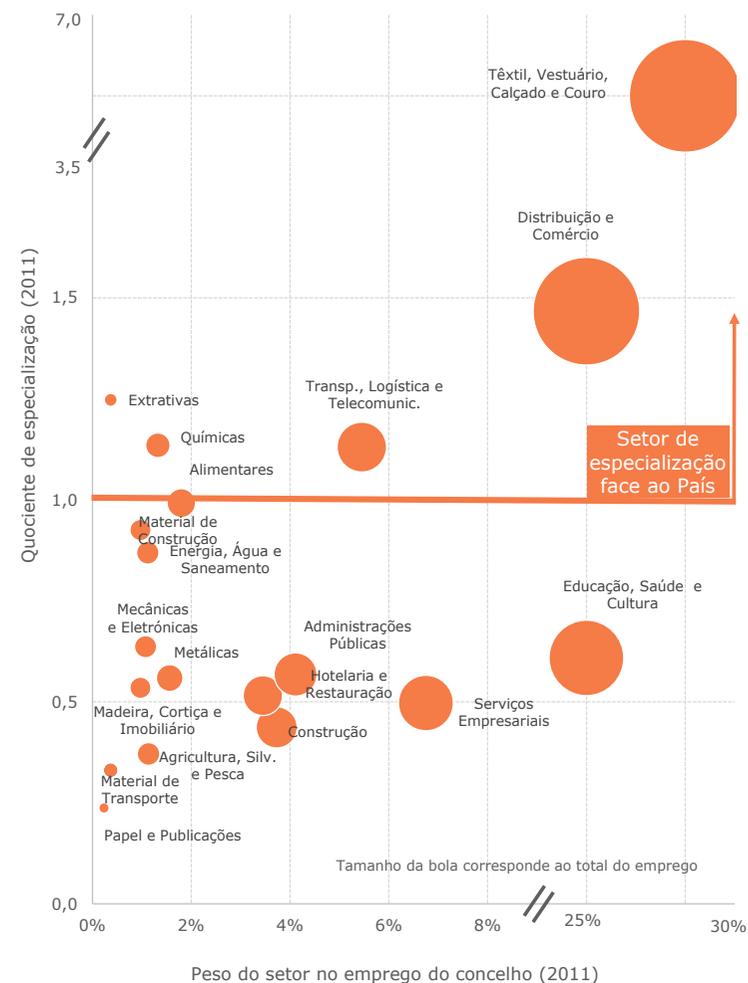
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas e Demografia das Empresas

A desagregação da estrutura setorial de Alcanena a 19 setores de atividade económica permite realizar uma primeira aproximação ao perfil produtivo de Alcanena. A especialização produtiva¹ determinada com base no emprego (Gráfico 10) permite constatar, com dados dos censos de 2011, a **prevalência do setor terciário** (58,7%) e a **significativa relevância do setor industrial** (40,0%), sendo possível distinguir as seguintes particularidades:

- **Setores de especialização face ao país e de elevada concentração do emprego**, com destaque para as Indústrias Têxtil, Vestuário, Calçado e do Couro (27,8%) e a Distribuição e Comércio (25,3%);
- **Setores de especialização face ao país, mas de menor representatividade no emprego**, como são as indústrias extrativas (0,4%), químicas (1,3%) e alimentares (1,8%) e transporte, logística e telecomunicações (5,5%);
- **Setores de significativa concentração do emprego, embora não de especialização**, correspondendo, grosso modo, aos serviços de educação, saúde e cultura (12,5%) e aos serviços empresariais (6,8%).

Diante a estrutura produtiva traçada, a referida resistência ao avanço do desemprego verificada em Alcanena, justifica-se parcialmente, pela **forte empregabilidade na indústria**, com destaque para os curtumes, **do desenvolvimento dos setores das utilities**, dos **serviços às famílias**, (educação, a saúde e a cultura) e dos **transportes, logística e telecomunicações** (Gráfico 11). Por outro lado, o crescimento da população desempregada observada nos últimos anos deveu-se, de forma significativa, a um moderado processo de desindustrialização, que tem originado situações de desemprego de longo prazo, em resultado da dificuldade de adaptação da mão-de-obra a outras atividades e a retirada de serviços de apoio empresarial e do recuo do comércio. A referir ainda, a **importância relativa da indústria química**, alicerçada em relações de complementaridade com as atividades prevalentes na estrutura produtiva concelhia, nomeadamente, os couros e curtumes, mas em perda (-16,7%) nos anos mais recentes (2011-2014).

Gráfico 10. Especialização produtiva na ótica do emprego do concelho de Alcanena | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

¹ Os setores de especialização de um concelho são aqueles em que o peso do emprego do concelho num determinado setor de atividade supera o peso que esse setor de atividade detém à escala nacional.

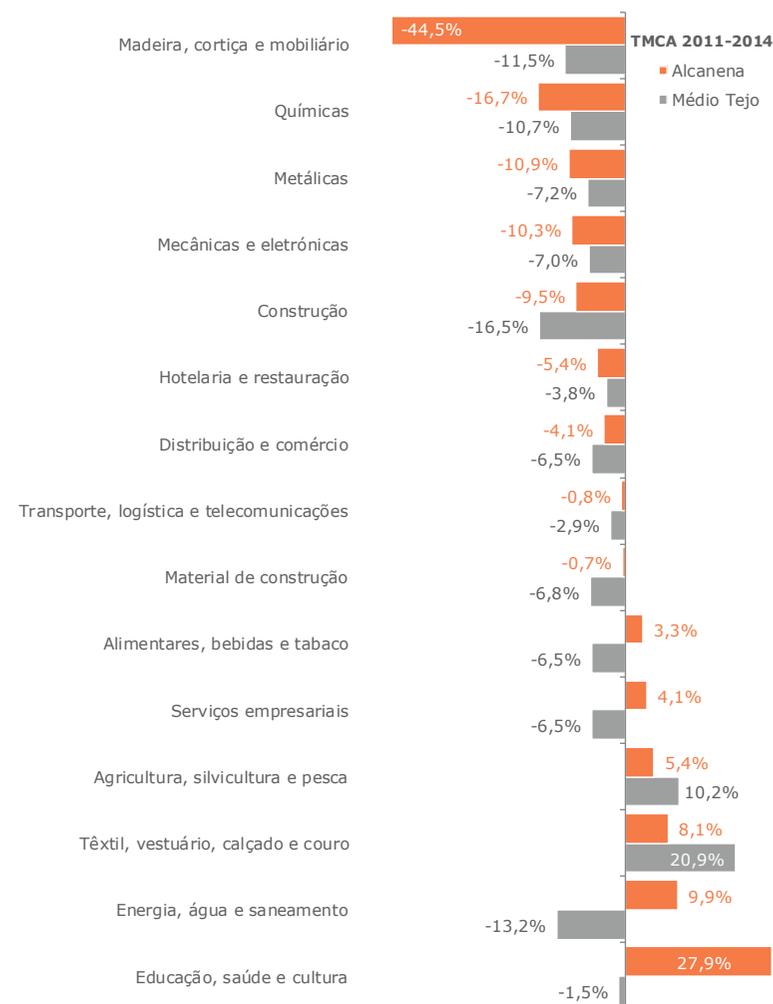
A agricultura está presente, principalmente sob a forma de subsistência, verificando-se, ainda assim, um acréscimo de emprego neste setor (5,4% entre 2011-2014) e também nas restantes escalas de produção correlacionadas, como é o caso das indústrias alimentares (3,3%). A indústria da “Madeira, cortiça e mobiliário” é o setor que registou o maior recuo nos últimos anos (-44,5%) e a “Educação, saúde e cultura” é o que mais cresceu (27,9%).

A **organização espacial da indústria** de Alcanena é um aspeto presente nos fóruns de discussão pública no âmbito da competitividade, onde foram assinalados um conjunto de constrangimentos resultado da evolução espontânea e conseqüentemente, desordenada, da indústria neste território. O parque industrial de Alcanena distribui-se maioritariamente entre a freguesia de Minde - com tradição têxtil - e a UF de Alcanena e Vila Moreira - indústria dos curtumes. Destaque-se, em termos de ordenamento da indústria, a fusão da malha residencial e industrial em Minde e a elevada concentração industrial em Alcanena e Vila Moreira. A problemática da **revitalização de património industrial devoluto** é um desafio para o concelho.

Constata-se algum desordenamento na localização empresarial/industrial, muitas delas estabelecidas desde longa data em perímetro urbano, com implicações nas possibilidades de expansão das instalações, com impacto no desenvolvimento competitivo das atividades e no reforço da atratividade de investimentos. Este cenário indica a pertinência de uma **solução de (re)ordenamento da localização empresarial**, a requalificação das zonas industriais ou industrializáveis existentes e a sinalização de áreas específicas de instalação industrial, conforme proposto no plano de revisão do PDM.

O município tem promovido o empreendedorismo, visando a instalação e iniciativas inovadoras, diferenciadoras e contribuidoras para o desenvolvimento do perfil setorial dominante. O **Centro de Acolhimento de Iniciativa Empresarial**, localizado nas instalações do Pavilhão Multiusos de Alcanena, é o exemplo de uma medida que visa potenciar o empreendedorismo em geral e dos jovens em particular e o desenvolvimento económico do concelho. Trata-se de um centro logístico e de serviços destinado à instalação da atividade empresarial, que é complementado pelo apoio prestado pela Câmara Municipal às empresas a instalar, nos termos definidos no respetivo regulamento.

Gráfico 11. Taxa média de crescimento anual do emprego por setores de atividade | 2011-2014



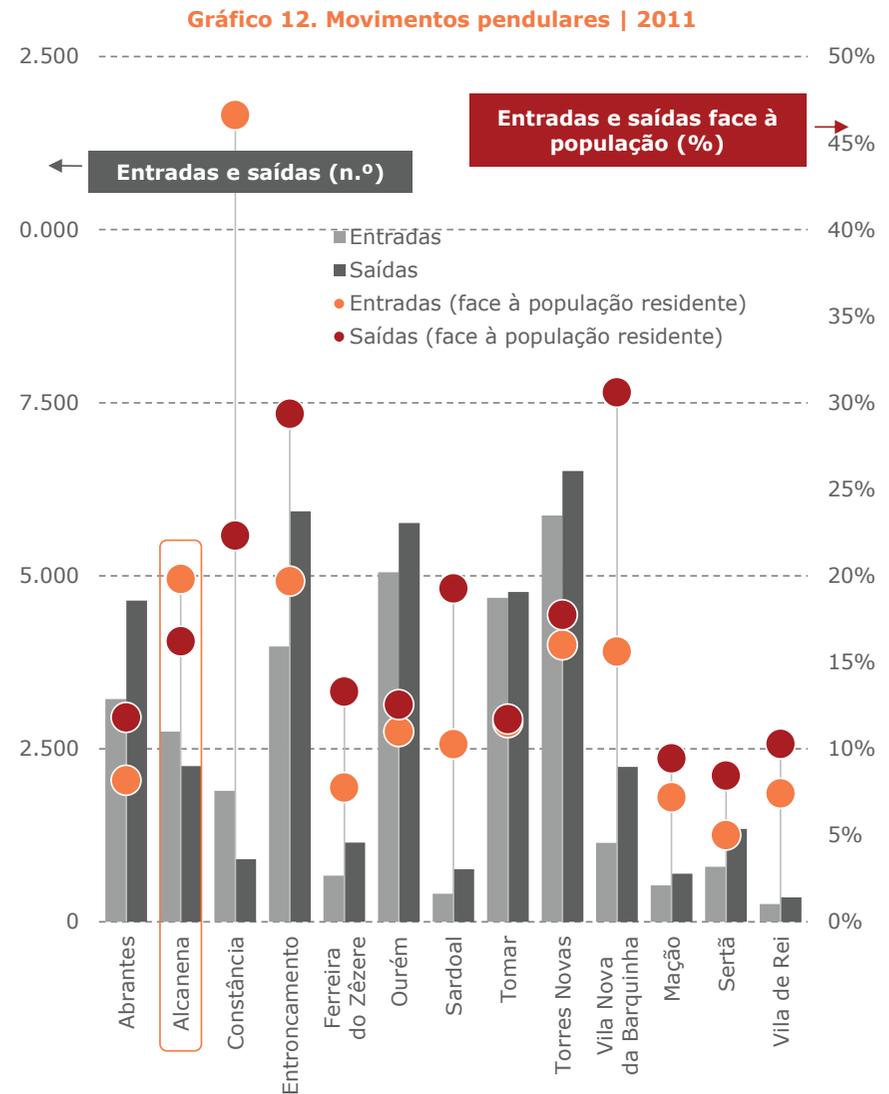
*Nota: Optou-se pela exclusão dos setores “indústrias extrativas”, “material de transporte” e “papel e publicações”, dada a baixa representatividade na estrutura setorial de Alcanena. No caso do setor “Energia, água e saneamento” a variação corresponde ao período 2011-2013. As “Administrações públicas” não são consideradas no sistema de contas integradas das empresas.”
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas*

Do ponto de vista da pendularidade do Médio Tejo, Alcanena e Constância são os únicos concelhos que se posicionam como **importadores líquidos de mão-de-obra**, registando um saldo positivo entre entradas e saídas, traduzido na capacidade de captação de força de trabalho, explicitada num grau de atratividade laboral de 116,5% e 168,1%, respetivamente (Quadro 5). O concelho de Alcanena regista um volume total de movimentos pendulares equivalente a 36% dos habitantes (Gráfico 12), enquanto 72,7% da população residente encontra emprego internamente e a taxa de ocupação extraconcelhia dos postos de trabalho disponíveis é de 37,6%, sendo possível identificar:

- **os principais setores de destino** - indústrias transformadoras; comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motocicletas; educação; transportes e armazenagem; construção - **e de entrada** - indústrias transformadoras; comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motocicletas; educação; transportes e armazenagem; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;
- **os principais concelhos de destino** - Santarém; Torres Novas; Ourém; Porto de Mós; Lisboa - **e de origem** - Torres Novas; Santarém; Porto de Mós; Entroncamento; Ourém.

Assim, constata-se que a movimentação laboral gerada no concelho de Alcanena justifica-se, de forma assinalável, pela especialização industrial, pela componente terciária e logística.

Relevante é também compreender os hábitos de deslocação da população que são fundamentalmente concentrados no transporte rodoviário individual, o que denota implicações ambientais a assinalar. Na região do Médio Tejo, Ferreira do Zêzere destaca-se na utilização do transporte coletivo rodoviário (18,77%), sendo Alcanena o que tem menos utilizadores (9,54%). O serviço ferroviário é inexistente no concelho, existindo duas estações ferroviárias de referência, fora do concelho: a estação de Riachos e a do Entroncamento. Note-se que 72,7% dos residentes em Alcanena trabalham e residem no concelho, o que, aliado a uma baixa cobertura do sistema de transportes públicos, ao maior conforto nas deslocações pendulares e aos menores custos nas curtas distância (face às pessoas que trabalham noutros concelhos), justifica a preferência pelo veículo automóvel.



Fonte: INE, Censos 2011

Ao nível dos transportes coletivos, o concelho de Alcanena, é servido por circulações diárias, que correspondem a ligações inter-regionais e regionais. É a partir de Alcanena e de Minde, que se fazem as ligações suprarregionais (Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa).

A acessibilidade interna através do sistema de transporte coletivo está garantida, com tempo de viagem para a sede de concelho inferior a 20 minutos para a generalidade dos aglomerados, com a exceção de Serra de Santo António e Espinheiro, ambos a 30 minutos da sede de concelho. Complementarmente existe a oferta de serviços de táxis em todas as freguesias do município e a recente disponibilização do “Transporte a Pedido”.

Quadro 5. Indicadores de mobilidade na ótica do emprego | 2011

	Abrantes	Alcanena	Constância	Entronca- -mento	Ferreira Zêzere	Mação	Ourém	Sardoal	Sertã	Tomar	Torres Novas	Vila de Rei	VN Barquinha
Movimentos pendulares de população													
População residente empregada (1)	14.444	5.822	1.645	8.759	3.053	2.251	19.066	1.410	5.687	14.598	15.001	1.074	2.737
Entradas (2)	2.601	2.551	1.777	3.244	595	444	3.923	291	621	2.868	5.090	226	1.026
Saídas (3)	3.445	1.588	656	4.849	806	446	4.139	595	983	3.637	5.108	231	1.746
Saldo (4=2-3)	-844	963	1.121	-1.605	-211	-2	-216	-304	-362	-769	-18	-5	-720
Emprego (5=1+4)	13.600	6.785	2.766	7.154	2.842	2.249	18.850	1.106	5.325	13.829	14.983	1.069	2.017
Indicadores de mobilidade													
Taxa de mobilidade extraconcelhia de trabalhadores (6=(3/1)*100)	23,9%	27,3%	39,9%	55,4%	26,4%	19,8%	21,7%	42,2%	17,3%	24,9%	34,1%	21,5%	63,8%
Taxa bruta de atração (7=(2/5)*100)	19,1%	37,6%	64,2%	45,3%	20,9%	19,7%	20,8%	26,3%	11,7%	20,7%	34,0%	21,1%	50,9%
Grau de atratividade/repulsão (8=(5/1)*100)	94,2%	116,5%	168,1%	81,7%	93,1%	99,9%	98,9%	78,4%	93,6%	94,7%	99,9%	99,5%	73,7%
Grau de localização do emprego (9=((1-3)/1)*100)	76,1%	72,7%	60,1%	44,6%	73,6%	80,2%	78,3%	57,8%	82,7%	75,1%	65,9%	78,5%	36,2%

Fonte: INE, Censos 2011

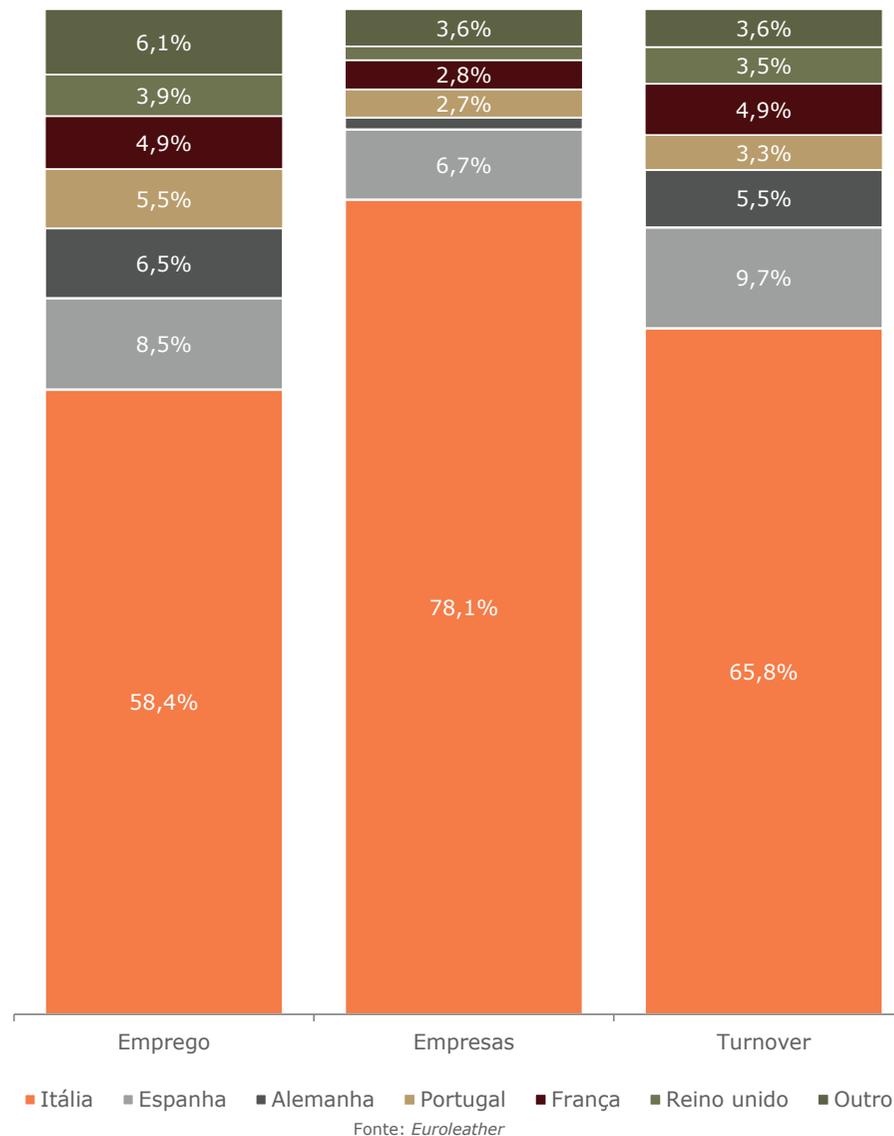
2.3.2 Indústrias do couro e diversificação económica

As **indústrias do couro são um setor de excelência e de visibilidade económica** nacional e internacional de Alcanena. A **história das indústrias do couro remonta ao início da humanidade**, desde quando o homem primitivo começou a utilizar peles para respetivo agasalho. Ao longo dos séculos esta atividade foi sofrendo inovações, beneficiando do espírito inventivo dos mais diversos povos e civilizações que sempre reconheceram as características únicas da pele para as mais diversas aplicações e a trabalharam para satisfazer as suas necessidades (Caixa 4).

Tal como descrito no “Social & Environmental Report of the Portuguese Leather Industry”, os portugueses tiveram influência no curso do desenvolvimento dos curtumes, através dos Descobrimientos, que proporcionaram a introdução de novas substâncias vegetais no processo, de curtumes, curtientes e gorduras, provenientes dos novos mundos. Aqui é referido que, nos séculos XVI e XVII, surgiu o embrião do que são hoje as indústrias do couro nacional, com a concentração de artesãos dos curtumes em Guimarães, Porto e Alcanena. Os curtumes nascem oficialmente em Portugal, como indústria no século XIX com a revolução industrial, nascida na Inglaterra, e que progressivamente se foi estendendo ao resto da Europa. A manufatura artesanal tem dado lugar à mecanização, multiplicando o rendimento do trabalho e aumentando a produção global.

A nível internacional, a relevância europeia do setor é notória, representando cerca de um **quarto da produção mundial** e sendo o maior e mais dinâmico mercado consumidor de couro. A Itália é o líder europeu nas indústrias do couro (2011), representando, 58% do emprego, 78% dos estabelecimentos, 66% das vendas com uma forte orientação exportadora (76%), com a quota remanescente distribuída entre Espanha, França, Alemanha e Reino Unido (Gráfico 13). Portugal está sinalizado como um polo relevante das indústrias do couro, com uma representatividade europeia de 6% do emprego, 4% dos estabelecimentos, 4% das vendas e uma orientação exportadora de 32%.

Gráfico 13. Indústrias do couro na Europa | 2011



Caixa 4. O processo produtivo das indústrias do couro

A indústria do couro consiste no **tratamento de peles de várias origens animais**, sendo no nosso país mais comum as peles de bovino, ovino e caprino. As utilizações da pele tratada são diversas, destinando-se, nomeadamente, aos setores do mobiliário, vestuário, calçado, marroquinaria, automóvel e aeronáutica.

A pele, matéria-prima desta indústria, corresponde à estrutura externa do corpo dos animais, geralmente coberta com pêlo ou lã e formada por várias camadas sobrepostas. A pele responde a muitas transformações fisiológicas do animal, refletindo características importantes e específicas como: idade, sexo, alimentação, meio ambiente e estado de saúde. A estrutura histológica da pele consiste em três camadas principais: epiderme; derme ou *corium*, constituída pelas camadas papilar e reticular; tecido subcutâneo. O artigo final, produto da indústria de curtumes, contém apenas a derme da pele, sendo as outras camadas eliminadas ao longo do processo produtivo. Caracteristicamente, o **processo de curtimenta é dividido em três fases** principais:

- **Ribeira e Curtume:** preparação por processos químicos e mecânicos da fase de curtimenta a que se segue a curtimenta propriamente dita e que origina, quando utilizado o crómio, um produto de cor azulada, usualmente designado por *wet blue*;
- **Recurtume:** regularização mecânica da espessura, neutralização e recurtume, tingimento, engorduramento, secagem, amaciamento;
- **Acabamento:** preparação final, essencialmente mecânica, que visa conferir as características pretendidas de aspeto, elasticidade, toque e macieza.

Inúmeras vantagens estão associadas à utilização do couro, considerado um produto nobre e insubstituível, destacando-se o facto de ser um produto natural, elástico, durável e adaptável à temperatura e humidade ambiente e de fácil limpeza.

Fonte: Site do CTIC

O **cluster das indústrias do couro em Alcanena tem-se consolidado ao longo do tempo**, juntando-se também o protagonismo no suporte e dinamização do trabalho desenvolvido por entidades de representação do setor.

Alcanena é um **concelho chave nas indústrias do couro em Portugal**, estatuto associado ao *know-how* adquirido no tratamento da pele, principal matéria-prima do setor, fase do processo produtivo que se concentra de forma significativa neste território. Tal facto é traduzido, por exemplo, no facto de ser o concelho do país com mais empresas do setor da curtimenta e acabamento de peles classificadas como PME Líder pelo IAPMEI (2015).

Note-se que a opinião unânime das entidades associativas representativas do setor é a da relevância nacional mais expressiva de Alcanena no subsector da curtimenta e acabamento de peles (CAE 1511), do que no setor mais geral das indústrias do couro e dos produtos de couro (CAE 15), pese embora a desagregação estatística oficial disponível não permita atingir este grau de detalhe subsetorial em termos dos indicadores de caracterização do setor.

Na fileira das indústrias do couro (Quadro 6) em sentido lato (CAE 15), incluindo outros segmentos que usam a pele como matéria-prima (calçado, marroquinaria...), Alcanena, está **entre os seis concelhos do país mais relevantes**, contando com mais de 1.800 postos de trabalho, distribuídos por cerca de uma centena de unidades industriais (2014), correspondentes a 3% e à 6ª posição a nível nacional, numa dimensão média de 18,7 trabalhadores por estabelecimento. Regista mais de 240 milhões de euros de volume de negócios, o equivalente à 4ª posição do *ranking*. As dinâmicas recentes do setor (2011-2014) pautam-se por um crescimento, quer do pessoal ao serviço (23,7%) quer dos estabelecimentos (7,8%) quer do volume de negócios (37,9%), que superam os referenciais nacionais (12,0%, 7,5% e 19,4%, respetivamente). O avanço do emprego e do volume de negócios superior ao das unidades empresariais traduz a **expansão e modernização das unidades produtivas instaladas** e a **crescente intensidade exportadora do setor** (34% do total nacional em 2015). Este posicionamento demonstra a oportunidade de Alcanena avançar na cadeia de produção, alcançando outros níveis de valor.

Quadro 6. Top concelhos nas indústrias do couro | 2011-2014

	Indústrias do couro no contexto nacional (2014)							Dinâmica empresarial das indústrias do couro (2011-2014)			Representatividade das indústrias do couro na indústria transformadora (2014)		
	Pessoal ao serviço		Estabelecimentos		Volume de negócios		Dimensão média dos estabelecimentos	Pessoal ao serviço	Estabelecimentos	Volume de negócios	Pessoal ao serviço	Estabelecimentos	Volume de negócios
	Posição	%	Posição	%	Posição	%	N.º	Variação (%)			%		
Felgueiras	1	32,1%	1	31,2%	1	34,4%	16,2	17,6%	24,8%	20,4%	82,1%	70,2%	80,3%
Oliveira de Azeméis	3	11,1%	2	15,1%	3	9,4%	11,6	-0,7%	-8,4%	9,0%	32,6%	38,8%	16,2%
Santa Maria da Feira	2	11,8%	3	11,3%	2	10,5%	16,5	12,4%	0,8%	31,3%	29,0%	17,2%	15,2%
Guimarães	4	9,8%	4	7,6%	5	8,0%	20,2	14,2%	14,7%	8,1%	15,3%	10,6%	10,7%
São João da Madeira	5	4,8%	5	4,2%	6	4,4%	18,1	-4,4%	-9,0%	-0,1%	34,1%	39,8%	18,6%
Alcanena	6	3,6%	6	3,1%	4	8,7%	18,7	23,7%	7,8%	37,9%	69,1%	39,3%	84,5%
Vila Nova de Gaia	7	3,6%	7	3,0%	8	3,3%	18,7	14,0%	2,2%	12,3%	9,4%	5,2%	4,2%
Alcobaça	12	1,5%	8	2,7%	12	1,2%	8,7	7,4%	3,6%	4,1%	11,7%	12,5%	7,6%
Arouca	11	1,6%	9	2,2%	15	0,8%	11,2	-0,5%	6,0%	22,1%	36,0%	28,4%	20,9%
Lousada	10	2,2%	10	2,0%	11	1,6%	16,7	16,4%	18,2%	33,7%	15,4%	10,8%	16,3%
Vizela	9	3,0%	11	2,0%	9	2,7%	23,7	23,5%	21,2%	35,8%	28,8%	17,6%	25,6%
Barcelos	8	3,1%	12	1,2%	7	3,8%	42,4	5,4%	8,8%	6,2%	7,1%	1,5%	7,5%
Vila Nova de Famalicão	13	1,4%	24	0,4%	10	1,7%	52,8	19,5%	8,3%	25,0%	2,8%	0,8%	1,9%
Portugal	100%		100%		100%		15,7	12,0%	7,5%	19,4%	7,5%	4,5%	3,3%
	N.º	49.878	N.º	3.175	mil euros	2.759.590							

Notas: 1. Foram selecionados os concelhos que estão entre os 10 primeiros em pelo menos um dos seguintes rankings: pessoal ao serviço; estabelecimentos ou volume de negócios; 2. *A variação do concelho Barcelos do pessoal ao serviço e do volume de negócios corresponde ao período de 2012-2014.
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

No concelho de Alcanena este compromisso está patente na dinamização de diferentes plataformas associativas que aqui têm a sua sede e que conjugam atuações complementares: **Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes** (APIC) como plataforma de entendimento setorial e institucional e representação internacional, o **Centro Tecnológico das Indústrias do Couro** (CTIC) materializando as prioridades de desenvolvimento tecnológico e inovação e a **Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena** (AUSTRA).

As indústrias do couro têm **avanzado tecnologicamente e na qualidade dos produtos**, diversificando destinos setoriais e geográficos, promovendo novas aplicações e posicionando-se em setores de maior valor acrescentado como o *design* e a moda. A evolução do tratamento da pele é visível, com a crescente conversão das formas tradicionais altamente poluentes e tendencialmente ineficientes para novos modos de tratamento com processos de produção mais sustentáveis e de maior rendibilidade, resultado de fortes investimentos na modernização e aumento da capacidade produtiva (Figura 11).

A **componente ambiental é crucial**, quando a discussão remete para o desenvolvimento sustentável do setor e para a crescente preocupação ambiental que tem surgido em áreas que usam intensivamente recursos naturais como matéria-prima ou no processo de produção. No "Social & Environmental Report of the Portuguese Leather Industry", refere-se que a partir da década de 1970 **a dimensão ambiental assume preponderância no desenvolvimento da indústria**, levando a que os agentes, individualmente e em conjunto, realizassem notórios esforços de investimento, preparando o setor para respeitar elevados compromissos ambientais.

Os impactes ambientais potenciais da **poluição hídrica** (qualidade da água), **sólida** (resíduos sólidos) e **atmosférica** (qualidade do ar) foram apontados, em sede de auscultação. Os industriais de Alcanena têm respondido de forma operacional, adequando as unidades produtivas às exigências de qualidade ambiental e, em termos conjuntos, o expoente de referência foi a criação da AUSTRA (1992), com o objetivo de efetuar a gestão do "Sistema de Alcanena" composto pela ETAR, o Aterro de Lamas, Aterro de Resíduos Sólidos Industriais (Indústria de Curtumes) e SIRECRO (Sistema de Recuperação de Crómio).

Figura 11. Indústrias do Couro em Alcanena



Fonte: Imagens recolhidas no âmbito das visitas realizadas a unidades industriais no contexto da iniciativa "Leather Days" em Alcanena (2015)

A sessão de trabalho dedicada ao tema empresarial, permitiu ainda recolher a sensibilidade que em Alcanena, as indústrias do couro, embora dinâmicas e cada vez mais modernizadas e sustentáveis, situam-se **demasiado a montante da cadeia de valor**, esgotando-se na preparação da matéria-prima para outros setores, para além da reduzida presença da parte de *design* ou comercial. Outra questão relevante do diagnóstico das fragilidades do setor em Alcanena prende-se com a **imagem desta indústria**, dando especial atenção, nomeadamente, aos seguintes factos:

- a **afirmação do compromisso ambiental** que tem sido progressivamente concretizado e que se antecipa como possível de estender a novas abordagens, como é o caso da exploração dos subprodutos pela valorização dos resíduos das indústrias do couro, ponderando as alternativas existentes para os diferentes tipos de resíduos/subprodutos;
- a **promoção e divulgação da melhoria das condições de trabalho**, cativando recursos humanos e servindo como argumento de geração de emprego e de fixação **populacional**, uma vez que, o que se constata é a persistência de uma ideia negativa em termos laborais;
- a **visibilidade do produto deverá ser aprofundada**, explorando todas as dimensões (económica, tradição, arte, musealização,...) associadas à pele, assim como eventos como a EXPOPELE (Caixa 5), tendo em conta não somente a marca, mas a **organização** institucional e a rede empresarial;
- a **visibilidade da marca**, tendo em conta o trabalho em rede desenvolvido pelos atores locais e regionais, incluindo-se neste grupo também a Autarquia de Alcanena, foram criadas as marcas “Alcanena Capital da Pele” (Câmara Municipal de Alcanena) e “Leather from Portugal” (APIC), com o desígnio de afirmar a indústria de curtumes e a fileira do couro como setores de excelência com ligação às grandes marcas nacionais e internacionais de artigos em pele.

Caixa 5. EXPOPELE

O município de Alcanena e a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes (APIC) promoveu, em 2016, a 3ª edição da EXPOPELE, um evento que tem contribuído para conceder “notoriedade à indústria de curtumes portuguesa e a toda a fileira da pele e do couro”. A iniciativa tem contado com os apoios da ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã e do CTIC, inserindo-se na estratégia de promoção das marcas “Alcanena Capital da Pele” e “Leather from Portugal”.

A convicção partilhada é a de que “a pele de Portugal está cada vez mais presente em produtos de luxo e de alta qualidade das marcas nacionais e internacionais, para os quais produz direta e indiretamente, fator da mais alta relevância para a promoção e prestígio da indústria de curtumes e da fileira do couro portuguesa”. O certame, que até ao momento tem decorrido no pavilhão multiusos de Alcanena, possui o objetivo de promover “a excelência, inovação e *design* das peles e artigos acabados em pele, concebidos, desenvolvidos e produzidos em Portugal e de todos os agentes e operadores ligados a esta área de atividade”.

A Câmara Municipal e a APIC pretendem proporcionar às empresas de menor dimensão um primeiro contato com a dinâmica de uma feira de curtumes com um formato em tudo semelhante às maiores feiras internacionais do setor, considerando que as grandes empresas já desenvolveram um importante trabalho nesta área. Afirmar a indústria de curtumes e a fileira do couro como setores de excelência com ligação às grandes marcas nacionais e internacionais de artigos em pele e que utilizam a pele nos seus produtos, promover as marcas nacionais de produtos em pele, bem como o *design* e estilo baseado na pele e nos artigos acabados em pele com origem em Portugal são outros dos objetivos da EXPOPELE.

Fonte: adaptado de <http://www.peprobe.com/pt-pt/new/industria-de-curtumes-mostra-excelencia-das-peles-portuguesas-em-alcanena> (16-11-2015)

Como já referido, o IPT, demonstrando o compromisso com as vocações económicas regionais, arrancou no ano letivo 2015/2016, com a 1ª edição do **Curso Técnico Superior Profissional em Arte e Técnica do Couro** sendo, de momento, a única oferta formativa especializada para esta área (Caixa 6).

A forte concentração industrial de Alcanena no couro conduz a uma problemática relevante relacionada com a **monoespecialização produtiva**, com consequência na capacidade de resposta em caso de crises setoriais deslocalizações de produções para localizações mais vantajosas, o que traduz a instabilidade do tecido económico local. Neste contexto, reconhece-se a **importância da diversificação económica**, dando atenção à valorização dos setores com tradição e instituídos no concelho, apostando no dominante setor dos curtumes, mas também no redescobrimto dos têxteis e tomando especial atenção a setores emergentes do concelho decorrentes de fatores específicos do território, tal como a logística, os serviços e o turismo.

De facto, aliada à tradição dos curtumes, o concelho de Alcanena tem sido distintivo do ponto de vista da **indústria têxtil e vestuário** (Caixa 7), com especial expressão na freguesia de Minde, embora seja pouco expressivo na distribuição nacional do setor. Conta-se, no concelho de Alcanena, em 2014, cerca de 60 estabelecimentos neste setor que somam perto de 400 trabalhadores, correspondendo a unidades produtivas de pequena dimensão (6,9 trabalhadores/estabelecimento).

O **setor têxtil e vestuário é significativo nas indústrias transformadoras** de Alcanena representando 23,1% das unidades industriais, 14,9% da força de trabalho afeta a este tipo de atividades, mas apenas 3,4% do volume de negócios total. Em termos de dinâmica empresarial, a evolução entre 2011 e 2014, traduz a redução do número de estabelecimentos (-3,4%), abaixo da tendência nacional também de perda (-5,5%), a destruição de postos de trabalho (-7,3%, acima dos -2,9% do país) e um ligeiro recuo do volume de negócios gerado (-0,9%, face aos ganhos de 12% nacionais).

Estes dados revelam algumas dificuldades competitivas do setor, mas que tem amplas oportunidades com os entrecruzamentos e complementaridades que podem estabelecer com diversos e produtos de diversos setores desde a indústria do couro, calçado, vestuário ao mobiliário.

Caixa 6. Curso Técnico Superior Profissional em Arte e Técnica do Couro

O Curso Técnico Superior Profissional (cTeSP) em Arte e Técnica do Couro, da responsabilidade do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), sendo as aulas teóricas lecionadas em equipamentos municipais e as práticas no CTIC e no IPT. Funciona atualmente em regime pós-laboral, estando a ser frequentado por operários no ativo no setor que procuram maior especialização profissional ou qualificação específica nas atividades associadas.

O cTeSP que é um novo tipo de formação superior, com a duração de dois anos inclui seis meses de estágio assegurado pelo IPT através da sua Rede de Formação Dual e Estágios em Contexto de Trabalho e confere um Diploma de Técnico Superior Profissional.



O **perfil profissional** assenta num conjunto de competências técnicas que, no respeito pelas normas de higiene, segurança e controlo ambiental dos processos, de qualidade dos produtos, bem como no domínio dos procedimentos e técnicas de fabrico, permite intervir na operação, planificação e controlo das diferentes fases de fabrico de curtumes e, ainda, empreender no desenvolvimento de aplicações técnicas e artísticas para couros, peles e subprodutos da indústria de curtumes.

As **saídas profissionais** estão direcionadas sobretudo para as indústrias do curtume, têxtil e calçado. Os ateliês de moda e criação artística são também hipóteses de empregabilidade. Este cTeSP quer apostar igualmente no empreendedorismo, incluído no plano curricular, de forma a que os alunos criem os seus próprios negócios na área dos curtumes.

Fonte: Site do Instituto Politécnico de Tomar e notícia em <http://radio.cidadetomar.pt/noticia.php?id=19372>

Caixa 7. O processo produtivo da indústria têxtil

O objetivo da indústria têxtil é a transformação de fibras em fio por sua vez, transformado em tecido com **destino a diversos setores de atividade e aplicado numa grande diversidade de produtos** (vestuário, têxtil-lar, calçado, mobiliário, fornecimentos para o habitáculo automóvel, fabrico de fibras de reforço estrutural de compósitos para a aeronáutica...).

O **processo produtivo do setor do têxtil** pode ser dividido, em termos gerais e na versão mais simples, nas seguintes fases, podendo algumas empresas cingir-se a um momento específico do processo produtivo:

- **Fiação:** e fabricação de fios têxteis, usando como matéria-prima fibras apropriadas para o uso têxtil;
- **Tecelagem:** processo de entrelaçamento de fios de trama para a confecção de tecidos;
- **Acabamento:** finalização do produto onde se realiza a análise de detalhes e controlo do produto (medidas, qualidade, aplicações...).

A indústria têxtil e vestuário apresenta uma **significativa relevância na estrutura produtiva nacional** tendo-se, contudo, ressentido com o fim do período derogatório do Acordo Multifibras de 1973 (AMF), com efeito em 2004, que se traduziu na redução significativa do volume de negócios e do emprego nos anos seguintes, com encerramento de muitas empresas e redução de emprego no setor em Portugal, como no resto da Europa.

O **caráter multifacetado da fileira do têxtil**, permitiu, nos anos seguintes, o encetar de um paulatino processo de recuperação, assente na criação de valor acrescentado nas aplicações do têxtil, apostando na criatividade e no conhecimento científico e técnico que tem permitido encontrar um novo ponto de sustentabilidade e de crescimento da fileira. De facto, a reconstrução da fileira têxtil em Portugal, com base em novos fatores competitivos e de diferenciação pela qualidade e pelo *design* tem sido um desafio relevante para este setor.

Fonte: Com base no site do CITEVE

Por outro lado, o concelho de Alcanena individualmente e no contexto do Médio Tejo, tem uma localização privilegiada na confluência do nó da A1-A23, o que lhe confere **forte potencial logístico**. Como observado nos indicadores de especialização produtiva, verifica-se que esta atividade é já relevante na estrutura económica de Alcanena. A vocação logística de Alcanena é perspetivada no enquadramento regional do Médio Tejo, que tem como fator distintivo a centralidade de localização e acessibilidade do Médio Tejo decorrente do cruzamento de importantes eixos viários (A1-A23-A13-IC8 e IC9 em construção) e ferroviários, que confere um papel importante na afirmação de uma zona privilegiada para a atividade logística e de grande distribuição e dinamização das condições de suporte às atividades económicas, prosseguindo a estruturação da “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa, como plataforma de atividades alavancada pela “inovação ao serviço da logística global” (Norte-Sul e Portugal-Espanha), procurando responder às pressões de procura induzidas pela localização privilegiada e em articulação com a rede nacional de plataformas logísticas.

A estrutura produtiva de Alcanena apresenta também, **potencialidades nas atividades relacionadas com o mundo rural**, nomeadamente associada à pecuária, ao figo, ao azeite e aos laticínios. Devido às características calcárias de parte do seu território, a indústria da pedra é também atividades que já tiveram o seu advento neste território.

O comércio, atividade de forte pendor urbano e com capacidade de dinamização económica, é outra área onde a evidência de Alcanena demonstra a necessidade de uma intervenção estruturada. A **dinamização do comércio associado aos couros** e a toda a panóplia de produtos que lhe estão associados é referenciada, como instrumento pertinente e identitário de dinamização do comércio tradicional.

O **turismo em espaço rural e de natureza** em Alcanena encontra-se numa fase de estruturação visando a exploração das potencialidades aqui presentes. Têm sido desenvolvidas diversas iniciativas, como sejam os exemplos da implementação pela Câmara Municipal do projeto “Percorrer e Conhecer Alcanena” ou a adesão ao Consórcio PROVERE iNature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas.

Os atrativos naturais e paisagísticos, associados à presença do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, o Rio Alviela, as grutas e o património edificado são importantes argumentos de afirmação turística, que podem ser potenciados de forma articulada com Fátima e Tomar, os maiores representantes turísticos da região e mobilizadores de significativos fluxos de turismo.

A hotelaria, com a sua capacidade de acolhimento e alojamento, constitui uma das âncoras do setor do turismo, nomeadamente pela sua possibilidade em assegurar a permanência (estadia) dos visitantes. A representatividade turística de Alcanena no contexto do Médio Tejo (2012), tanto na ótica da oferta (1,2% da capacidade de alojamento) como na procura (1,1% das dormidas) é bastante reduzida. O município de Alcanena possui, atualmente, **um estabelecimento hoteleiro** - o Hotel Eurosol - **um empreendimento de turismo rural** (Casa da Coelheira), **um empreendimento de turismo de natureza** (Retiro do Bosque *Country House*), **um centro de alojamento** (Centro de Alojamento do Centro Ciência Viva do Alviela), **duas residenciais** (Residencial Planeta e Residencial Glória), **um alojamento local** (Parreirais dos Moquinhos – Alojamento Local) e um Parque de Campismo do Alviela. A capacidade de alojamento, bem como o número de unidades de alojamento, dos empreendimentos turísticos, de acordo com os dados disponíveis no INE, tem-se mantido constantes no período de 2009 a 2015.

Tendo como fonte o INE, neste mesmo período, o total dos estabelecimentos hoteleiros na região do Médio Tejo passou de 68 para 135 (crescimento médio de 12,1%), aumentando a sua capacidade global de alojamento de 7.660 para 9.673 camas (4%/ano). Ourém e Tomar abarcam mais de 60% das unidades de alojamento do Médio Tejo, sendo os mais representativos da região (2015).

No concelho de Alcanena contam-se, em 2015, cerca de 10.273 dormidas, sendo o valor mais elevado desde 2009. Entre 2009 e 2015 as dormidas

aumentaram em 1,1%/ano, acompanhando a evolução positiva registada na região como um todo (Gráfico 14).

Em 2015, o concelho de Alcanena recebeu 5.763 hóspedes (dos quais 80% portugueses), tendo um crescimento médio anual, desde 2009, de 0,5%, acompanhando a tendência regional do Médio Tejo e de Portugal, com aumentos de 8,3% e 6,8%, respetivamente (Gráfico 15).

Para o Médio Tejo, a distribuição das dormidas por nacionalidade dos hóspedes revela que os países exteriores à União Europeia aumentaram o seu peso, entre 2010 e 2015, de 10,4% para 17,0%. No concelho de Alcanena as dormidas são maioritariamente de portugueses (75%), tendo-se dilatado as dormidas de nacionais entre 2010-2015 em 9,4%. Neste mesmo período, verifica-se que as dormidas de hóspedes oriundos dos “mercados tradicionais” no turismo nacional têm vindo a decrescer, em contrapartida do aumento dos fluxos de países fora da União Europeia a 28 países, que registaram um acréscimo de 25,5%.

A estada média em Alcanena é, em 2015, de 1,8 noites, apenas ultrapassada por Vila de Rei (3 noites) e pela Sertã (2 noites). A região do Médio Tejo regista uma estada média, neste ano, de 1,6 noites e Portugal de 2,8 noites (Quadro 7). Verifica-se que os hóspedes estrangeiros permanecem durante mais noites nos alojamentos turísticos de Alcanena do que os turistas nacionais.

A taxa de ocupação nos alojamentos hoteleiros revela, entre outros fatores, o grau de adequação da oferta à procura turística. Em 2015, a taxa de ocupação-cama, no concelho de Alcanena foi de 23,5%, sendo superior em 4,5 p.p. à taxa alcançada em 2012, mas abaixo da média nacional (43,7%) e do Centro (28,9%) no mesmo ano.

Apesar de Alcanena possuir potencialidades turísticas a explorar, apresenta também escassez de valências ao nível de infraestruturas. Por forma, a potenciar este setor da economia regional, é necessário continuar a valorizar os recursos endógenos, como o artesanato, gastronomia, cultura, paisagem natural, bem como todo o património existente, em particular no contexto de Alcanena, o património geológico e geomorfológico existente.

Quadro 7. Estada média e taxa de ocupação de Alcanena

	Estada média no estabelecimento	Esta média de hóspedes estrangeiros	Taxa de ocupação-Cama (Líquida)
2010	1,7	2,3	24,2%
2011	1,8	2,3	26,4%
2012	1,5	1,6	19,0%
2015	1,8	2,2	23,5%

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Gráfico 14. Evolução da procura e oferta turística | 2009-2015

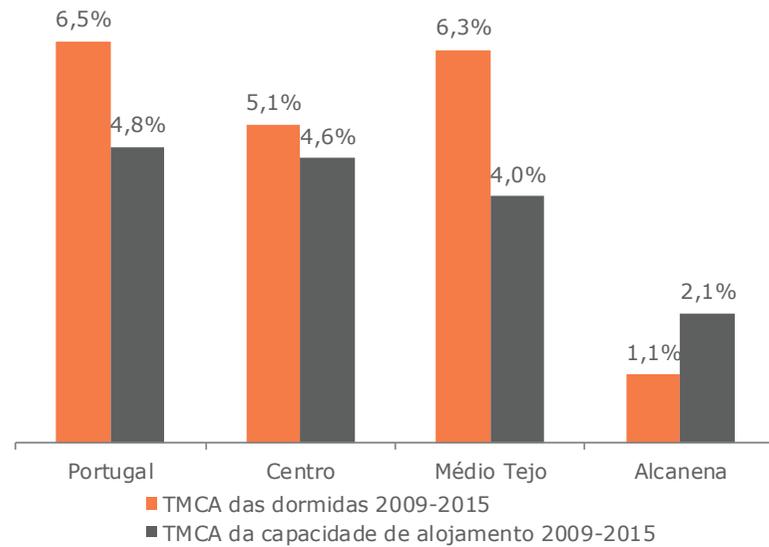
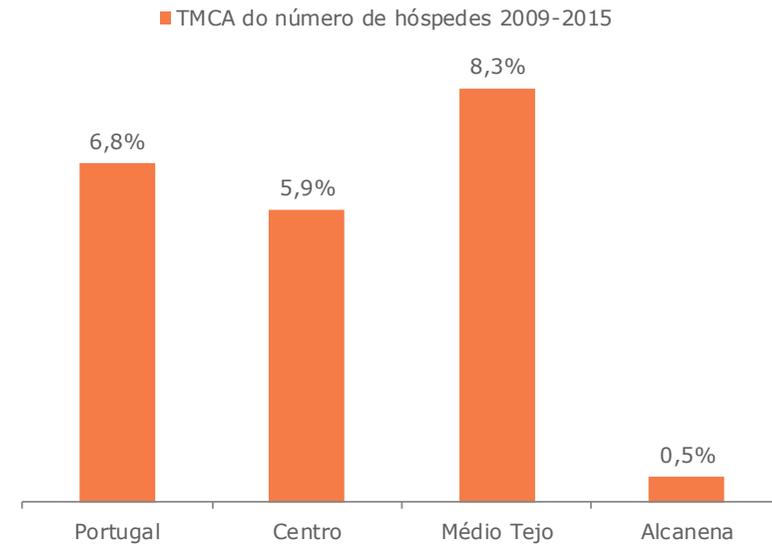
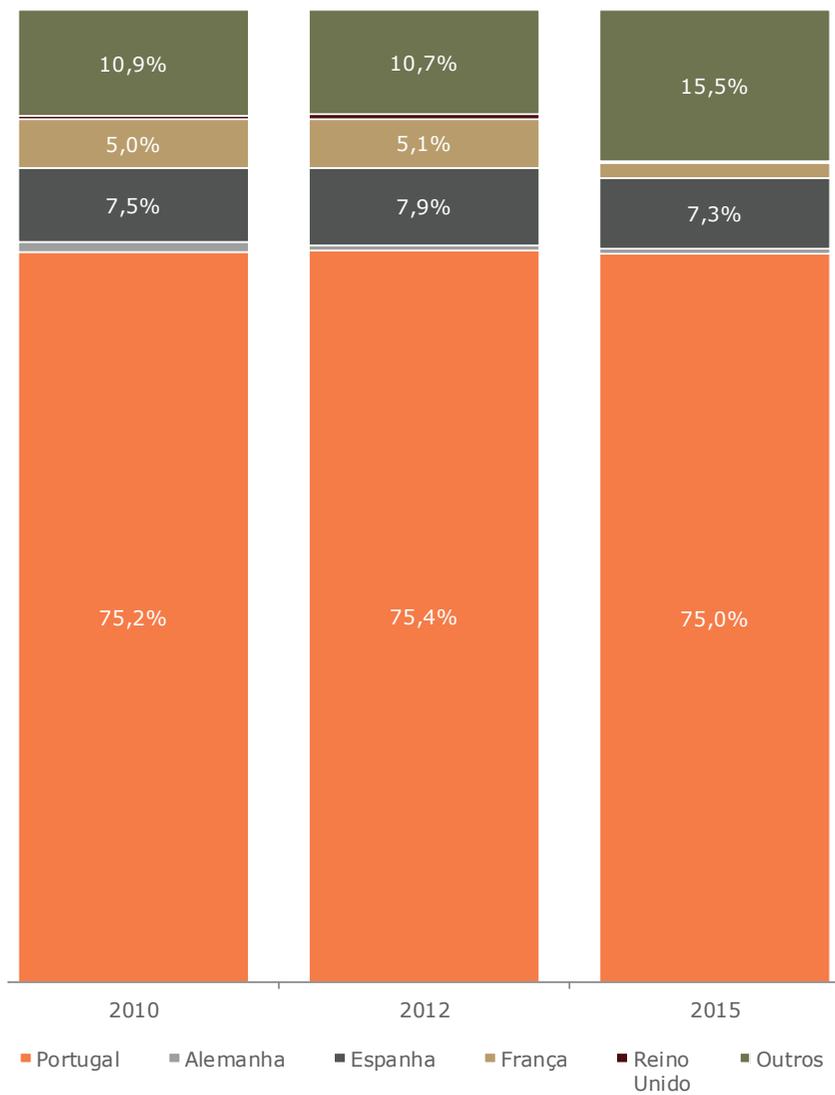


Gráfico 15. Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros | 2009-2015



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Gráfico 16. Dormidas nos estabelecimento hoteleiros, segundo o país de residência habitual | 2010, 2012 e 2015



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

2.4 Sustentabilidade ambiental e valorização paisagística

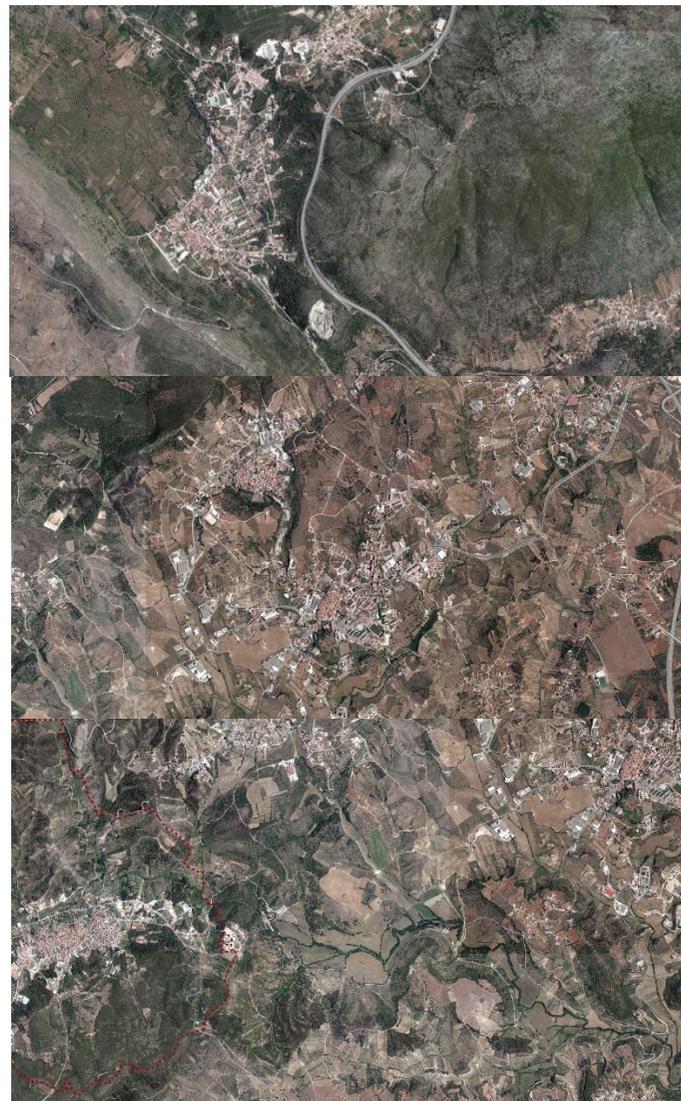
2.4.1 Dimensão urbana e rural do território

Na estrutura urbana do concelho de Alcanena identificam-se aglomerados de características marcadamente urbanas e rurais, que se relacionam mais com a atividade agrícola (Figura 12), identificando-se três unidades territoriais:

- **Serra:** corresponde à área do município abrangida pelo Maciço Calcário Estremenho, pela dobra anticlinal da Serra de Aire, pelo planalto de Santo António e Polje de Minde, caracteriza-se por uma forma de ocupação dispersa com maior ou menor nucleação principalmente no cruzamento das vias de comunicação, com linearidade de ocupação.
- **Urbano/Industrial:** área privilegiada na ótica das acessibilidades, com bons acessos à rede viária nacional, onde se localizam espaços destinados à atividade socioeconómica e industrial. A ocupação urbana caracteriza-se pelo sistema urbano que é descontínuo, dadas as fracas dependências funcionais e relacionais, destacando-se um centro polarizador - Alcanena.
- **Ribeiras do Alviela:** a sub-bacia hidrográfica do Rio Alviela, importante afluente do Tejo com 331km², é caracterizada por estar encaixada sob planaltos de calcário lacustre do Miocénico, funcionando como bacia que recebe a drenagem subterrânea dos planaltos em redor. Esta Unidade Territorial é marcada por linhas de água em vales com uso agrícola ou florestal. Do ponto de vista da ocupação urbana, as sedes de freguesia apresentam uma ocupação mais ou menos densa no que se refere ao seu núcleo e os restantes aglomerados da freguesia uma forma de ocupação dispersa.

Numa ótica do território focada na ocupação edificada, Alcanena tem **três tipos de povoamento**: i) **concentrado** referente aos núcleos de Alcanena, Vila Moreira, Minde, Monsanto, Espinheiro e Louriceira, ii) **disperso**, relativo à Serra de Santo António (relacionado com a atividade agrícola) e iii) **linear e não estruturado** correspondendo às áreas de expansão.

Figura 12. Exemplos de vistas de unidades territoriais



Estes extratos são exemplificativos das tipologias de ocupação do território identificadas nas Unidades Territoriais apresentadas.

Fonte: Extratos facultados pela Câmara Municipal de Alcanena

2.4.2 Principais problemáticas ambientais e fatores de mitigação

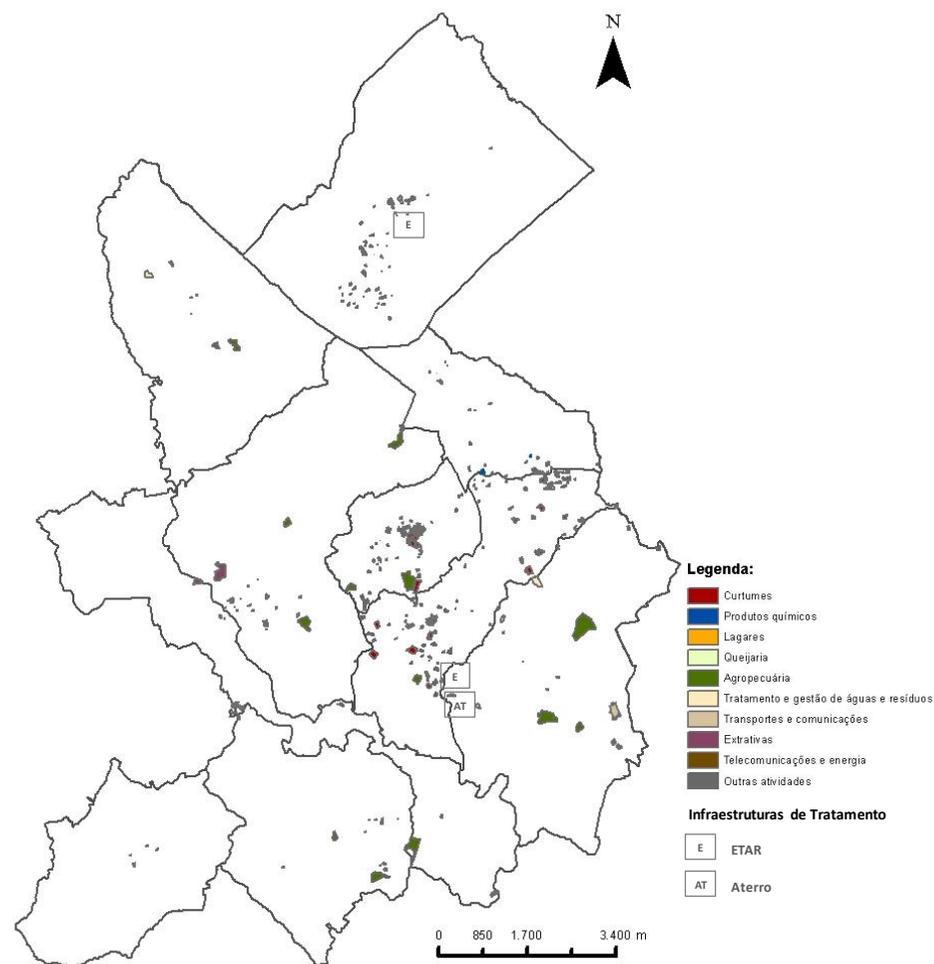
Ao nível ambiental, é de referir que no concelho existem alguns **potenciais focos de poluição** (Figura 13), tanto **química** (curtumes, sucatas, pedreiras e armazenamento de produtos químicos), como **orgânica** (curtumes, resíduos urbanos, solos contaminados, pecuárias, queijarias e lagares de azeite).

O concelho de Alcanena tem enfrentado importantes desafios ao nível da **poluição do ar e da água**. Um relevante foco de poluição no concelho de Alcanena, resultou da presença do setor dos curtumes, que gerou um passivo ambiental composto por lamas inertizadas e raspas azuis que contaminam o solo. Esta problemática incidia particularmente na UF de Alcanena e Vila Moreira, Bugalhos e Moitas Venda, segundo referência dos estudos de caracterização do PDM (2017).

Apesar das consequências ambientais que a forte presença da indústria dos curtumes acarreta para Alcanena, têm-se registado melhorias notórias, resultado de iniciativas especificamente adotadas, nas últimas décadas, com o objetivo de minorar os efeitos desta indústria no ambiente, às quais estiveram associados avultados investimentos.

De acordo com o Relatório do Estado do Ambiente de 2007, a Agência Portuguesa do Ambiente já referia a urgência na resolução do problema do foco de poluição do setor dos curtumes através da ligação destas indústrias a coletores e da extinção dos diversos locais de depósito sem qualquer tipo de licença ou condições para o efeito. Neste sentido, historicamente destacam-se o encerramento de diversas lixeiras, a construção do aterro municipal e do ECOCENTRO destinado ao depósito de resíduos de grande dimensão e o melhoramento e adaptação da ETAR existente. Estas medidas permitiram, por exemplo, combater a contaminação das ribeiras do Carvalho, Monsanto e Gouxaria e a bacia do Alviela. Mais recentemente, destaca-se a recuperação do sistema de coletores de Alcanena.

Figura 13. Localização dos potenciais focos de poluição



Fonte: Câmara Municipal de Alcanena

Todas estas intervenções resultaram na implementação de um sistema de recolha e tratamento dos resíduos e de águas, único no país, com consequências muito positivas sobre sistema ambiental de Alcanena.

Também a indústria pecuária contribui para a contaminação dos solos e posteriormente infiltração nos lençóis freáticos. Apesar deste setor não representar um volume significativo de efluente, contribui para a produção de carga orgânica e produção de azoto que por sua vez contribuem para uma maior carga de CBO5. É na freguesia Serra de Santo António que se localizam a maioria das explorações de bovinos, ovinos e caprinos.

Há ainda que destacar o papel do município na aposta em ações de sensibilização ambiental, assim como a existência de instrumentos de monitorização, realizadas pela AUSTRA, no âmbito do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, em cumprimento do que está definido pelo Decreto-lei n.º 183/2009 de 10 de agosto (regime jurídico da deposição de resíduos em aterro), e pelo Decreto-lei n.º 236/98 de 1 de agosto.

Nesta sequência, o município assegura a monitorização das lixeiras encerradas, em Alcanena e Vila Moreira, através da Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais.

Figura 14. Potenciais focos de poluição química presentes no concelho

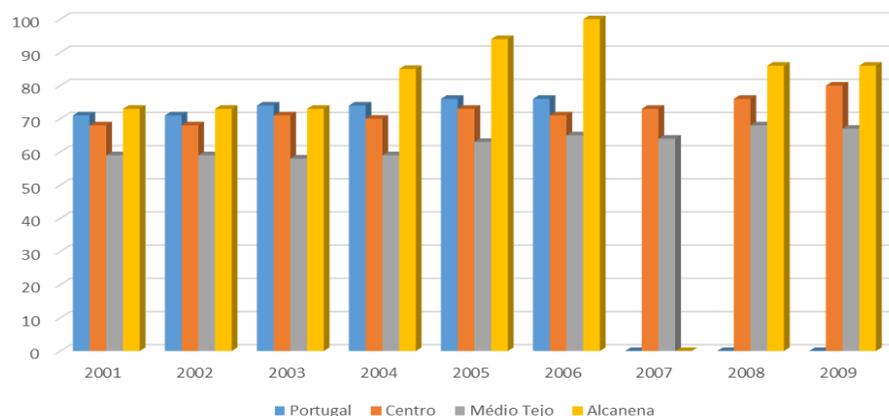


Figura 15. Potenciais focos de poluição orgânica presentes no concelho



Num contexto mais alargado, observando todo o **sistema de drenagem de águas residuais, constata-se que este serve 86% da população do concelho de Alcanena (2009)**, valor superior ao da região do Médio Tejo (67%) e mesmo da Região Centro (80%). No sentido de cobrir as necessidades ainda existentes nesta área em Alcanena, encontram-se em curso a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais de Covão do Coelho e Vale Alto, da Rede de Saneamento de Águas Residuais de Carvalheiro, da Rede de Saneamento de Águas Residuais de Casal Saramago e da Rede de Saneamento de Águas Residuais de Moita. Analisando os restantes territórios do Médio Tejo, destacam-se os concelhos de Constância e Entroncamento, com uma percentagem de 100% e 95% de população servida, respetivamente. No concelho de Alcanena, até 2020, prevê-se uma cobertura de 100%.

Gráfico 17. População servida (%) por sistema de drenagem de águas residuais | 2001-2009



Nota: quebra de série no ano de 2007 em Alcanena, sem informação nos anos de 2007 a 2009 para Portugal.

Fonte: INE, Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico e Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF).

Numa perspetiva holística e integrada sobre as questões ambientais, essenciais à qualidade de vida em Alcanena, está previsto o reforço das condições de fiscalização e monitorização do ambiente no Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo para 2020 (Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020), eixo III – Valorização Turística do Património e Sustentabilidade dos Recursos Endógenos.

Figura 16. ETAR e aterro



2.4.3 Valorização, sensibilização e equipamentos ambientais

A **sensibilização ambiental tem sido uma das prioridades da Câmara Municipal**, que tem vindo a desenvolver diversas atividades de educação ambiental, *workshops*, folhetos de sensibilização.

O **Centro Ciência Viva do Alviela (CCVA) – Carsoscópio** (Figura 17) é um espaço interativo de divulgação científica e tecnológica, integrado na Rede de Centros da Ciência Viva (CCV) – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica desde 2011 - e com certificação *Herity* desde 2014. O CCVA é uma infraestrutura representativa do potencial do território de Alcanena e é o resultado da partilha e do envolvimento das diversas entidades que o apoiaram - a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, a Câmara Municipal de Alcanena, o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Integra a Rede Nacional de Centro de Ciência Viva, atualmente com 20 Centros de Ciência Viva espalhados pelo país, o que lhe confere reconhecimento e relevância nacional.

A praia fluvial dos Olhos de Água do Alviela, o Parque de Campismo, instalado em 2000 e o alojamento instalado no próprio CCVA, complementam o Centro, permitindo a estadia e fruição do espaço pelos visitantes.

O facto do CCVA abordar temáticas diretamente relacionadas com o rio Alviela, nascente e envolvente, permitem que o público estudantil tenha uma perceção das características únicas do território de Alcanena. Ao sensibilizar este público perspectiva-se a mudança de mentalidades, abandonando preconceitos relacionados com o passado e realçando o potencial ambiental deste território, procurando que cada indivíduo seja motor da sua proteção ambiental.

Com o intuito de promover o conhecimento do território e a valorização dos recursos naturais e socioculturais e conservar o património natural e construído, foram implementados percursos de diversas modalidades no concelho de Alcanena - pedestrianismo, manutenção, orientação e BTT, em 2015.

Esta rede de percursos tem como ponto central a praia fluvial dos Olhos de Água do Alviela, onde foram, no mesmo ano, efetuadas melhorias em diversas instalações respeitantes ao Parque de Campismo, à própria Praia Fluvial, incluindo a instalação de um Centro de BTT.

Também a implementação de percursos pedestres bem sinalizados, quer ao nível do município de Alcanena, quer ao nível do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, permite a salvaguarda dos recursos naturais e patrimoniais existentes, em simultâneo à sua fruição.

Figura 17. Centro Ciência Viva do Alviela – Carsoscópio



O **Centro Ciência Viva do Alviela - Carsoscópio** é um espaço de ciência e tecnologia integrado na Rede Nacional de CCV. Abriu ao público a 15 de dezembro de 2007, o edifício e espaço expositivo foram recentemente requalificados, mantendo o enquadramento na paisagem natural envolvente, em pleno PNSAC e junto à nascente do Alviela.



O **Climatógrafo** permite assistir à passagem das estações do ano e verificar as diferenças que estas imputem nos cursos de água, bem como perceber os aspetos dominantes do clima da bacia de alimentação do rio Alviela.



O **Geódromo** é um simulador de realidade virtual que permite fazer uma viagem no tempo ao longo de 175 milhões de anos, permitindo a observação da evolução geológica do Maciço Calcário Estremenho.



O **Quiroptário** é um conjunto de módulos interativos sobre morcegos, também um símbolo da região cársica devido à quantidade e variedade de grutas existentes.

Fonte: adaptado do site do Centro Ciência Viva do Alviela

2.4.4 Elementos paisagísticos e naturais

Devido à sua localização entre o Maciço Calcário Estremenho, a norte, e a Bacia Terciária do Tejo, a sul, o concelho de Alcanena é **detentor de uma riqueza significativa, ao nível de meios naturais e paisagísticos.**

Formas de relevo cárstico

As **caraterísticas cársticas da maior parte do território do concelho de Alcanena** expõem formas geomorfológicas interessantes e o modelado do relevo permitiu a criação de paisagens únicas, com formas de relevo muito singulares que sustentam o fator diferenciador da paisagem deste território. Alcanena apresenta miradouros naturais, como os miradouros do Cabeço de Santa Marta, que é considerado um dos mais belos miradouros do Ribatejo, e da Serra de Santo António. É também possível encontrar variadas formas de relevo cárstico originadas pela dissolução química do calcário, que lentamente o moldam, como: os Lapiás, o Vale Cego, o Polje de Minde, a Lapa da Galinha, a Lapa da Chã de Cima, a Lapa Amarela, Algares e Dolinas.

Olhos de Água – Nascente do Rio Alviela

A Nascente do Rio Alviela situa-se na transição entre o Maciço Calcário Estremenho e a Bacia Terciária do Tejo. A sua bacia de alimentação prolonga-se ao longo de cerca de 180 km², onde a água percorre verdadeiros labirintos subterrâneos até chegar à nascente. Este lugar é marcado por fenómenos naturais, que em conjunto com características geomorfológicas, fazem com que seja um local único, constituindo um símbolo de Alcanena. A nascente dos Olhos de Água do Alviela é uma das mais importantes a nível nacional, chegando a debitar 17 mil litros por segundo, ou seja, 1,5 milhões de m³ de água por dia (pico de cheia). Esta nascente, desde 1880 até bem próximo da atualidade, foi uma das principais fontes de abastecimento de água à cidade de Lisboa, utilizando o Aqueduto do Alviela, que ainda hoje “abre portas” a um dos maiores reservatórios de água doce do país, através de diversas infraestruturas da EPAL, sendo que atualmente algumas delas se encontram abandonadas, por exemplo a antiga captação junto à praia fluvial.

Figura 18. Olhos de Água - Nascente do Rio Alviela



Figura 19. Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros



Figura 20. Polje de Minde seco e inundado



Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

O **Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros** (PNSAC) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de maio. Sendo as Serras de Aire e Candeeiros o mais importante repositório das formações calcárias existente em Portugal a criação do PNSAC “visa fundamentalmente, dentro dos limites da sua área, a proteção dos aspetos naturais existentes, a defesa do património arquitetónico e cultural, o desenvolvimento das atividades artesanais e a renovação da economia local, bem como a promoção do repouso e do recreio ao ar livre” (artigo 3º). A atividade do Parque rege-se pelo Plano de Ordenamento do PNSAC, aprovado pela RCM n.º 57/2010 de 12 agosto.

O PNSAC abrange uma área de cerca de 38.500ha envolvendo os concelhos de Alcanena, Alcobça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas. Cerca de 46,5% (5.915 ha) do concelho de Alcanena, integra o PNSAC. As freguesias de Serra de Santo António e Monsanto estão incluídas na sua totalidade na área do PNSAC, sendo que as freguesias de Minde, Moitas Venda, Vila Moreira, Alcanena e Louriceira estão apenas parcialmente integradas.

As Serras de Aire e Candeeiros possuem características naturais e humanas únicas, tendo também uma expressiva **diversidade de fauna e flora**. Nesta paisagem sobressai a ausência de cursos de águas superficiais (e consequente abundância de correntes subterrâneas) embora se verifique a presença de algumas lagoas de água doce.

A flora e a vegetação do PNSAC refletem as condições ambientais dominantes, mas, principalmente, a influência da atividade humana. A enorme diversidade florística, que se traduz em mais de 600 espécies de plantas, e a existência de tipos de vegetação (comunidades vegetais) de alto valor científico conferem a esta Área Protegida uma importância evidente em termos nacionais. Este coberto vegetal é marcado pela presença de manchas de carvalho cerquinho ou de azinheira. Das plantas autóctones destaca-se as plantas aromáticas, medicinais e melíferas repartidas por algumas dezenas de espécies.

Quanto ao **património faunístico**, este possui cerca de 200 espécies de vertebrados, sobretudo aves, especialmente a Gralha-de-bico-vermelho e uma diversidade de espécies de morcegos.

Caixa 8. Polje de Minde e nascentes relacionadas – Sítio Ramsar

Sítios Ramsar

Quando um país adere à Convenção de Ramsar está a comprometer-se a criar esforços para assegurar a conservação das zonas húmidas.

O tratado prevê entre outras obrigações que o país designe pelo menos um sítio a ser incluído na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional (Lista Ramsar) e a promover a sua conservação e utilização sustentável.

A seleção dos sítios deve ter em conta a importância do sítio baseando-se em critérios ecológicos, botânicos, zoológicos, limnológicos ou hidrológicos.

Até à atualidade 168 países já aderiram à Convenção de Ramsar, tendo sido criados 2186 Sítios Ramsar, que ocupam uma área de 208 514 877 hectares (dados de janeiro de 2015).

Sítios Ramsar em Portugal

O Estado Português assinou a Convenção de Ramsar em 1980. A fim de tornar efetiva a sua aplicação, nesse ano foram incluídas duas zonas húmidas na Lista de Sítios Ramsar: Estuário do Tejo e Ria Formosa.

Atualmente existem 31 Sítios Ramsar em Portugal, sendo que em 2005 foi indicado o sítio de Polje de Mira Minde e nascentes relacionadas.

O polje de Minde-Mira é drenado na periferia do maciço pelas nascentes dos rios Lena, Alviela e Almonda só para citar as mais conhecidas. Quando a entrada de água no sistema é superior ao caudal permitido pelas nascentes, a água eleva-se dentro da rede e inunda esta área deprimida que é o polje, através de 2 ou 3 algares existentes na sua base, formando este mar temporário. Uns tempos depois, com a diminuição da precipitação, este "mar" esvazia pelos mesmos locais por onde inundou. Como é necessário que haja uma certa concentração temporal de grandes quantidades de precipitação, este fenómeno não é regular e não tem periodicidade certa.

Fonte: <http://zonashumidasportugal.weebly.com/siacutetios-ramsar.html> e in <http://www.icnf.pt>

Numa estratégia integradora das diversas atividades permitidas no PNSAC, tendo em conta as duas vertentes usufruto e salvaguarda dos valores naturais, a Câmara Municipal de Alcanena tem vindo a criar ao longo dos anos, em colaboração com outras entidades, uma rede estruturada constituída por percursos e locais que permitem ao visitante conhecer e usufruir dos aspetos mais significativos desta área protegida, inclusivamente praticar desportos que tiram partido das características singulares desta paisagem, sem constituir uma debilidade para o seu sistema ecológico. Neste sentido foi criada a Carta do Desporto de Natureza do PNSAC, publicada pela Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro.

Polje de Minde

O Polje de Minde e nascentes associadas foi classificado em maio de 2006 como uma **Zona Húmida de Importância Internacional, constando** também da lista de Ramsar desde 2005 (Caixa 8).

É um **sistema hidrológico subterrâneo** baseado num polje – depressão plana, fechada, com drenagem subterrânea – situado na região cársica mais relevante do país e que faz parte da área de recarga de dois dos mais importantes aquíferos e nascentes cársicos de Portugal.

Também conhecido como **“Lagoa de Minde”**, esta é a **mais importante formação do género do PNSAC** e única em Portugal. No inverno, esta depressão converte-se num imenso lago alimentado pelas galerias subterrâneas que, ao transbordar, a inundam, por vezes durante vários meses. Desta forma, é um fenómeno raro, com grande interesse científico, e que constitui igualmente um fenómeno natural de extraordinária beleza.

2.4.5 Restrições ao uso do solo

Aqui identificam-se as diversas **servidões administrativas e restrições de utilidade pública** com incidência no concelho de Alcanena, sendo que se referem as que estão delimitadas na Planta de Condicionantes do PDM em vigor.

Recursos Naturais

Recursos Hídricos

O domínio hídrico é constituído por um conjunto de bens que pela sua natureza são consideradas de uso público e de interesse geral justifica o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção nas parcelas de terreno localizados nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, bem como as respetivas margens e zonas adjacentes, a fim de os proteger. Nos terrenos do domínio hídrico deverá garantir-se o acesso universal à água e a passagem ao longo das águas. No território de Alcanena destaca-se nesta servidão o rio Alviela, único curso de água com carácter permanente no território concelhio. Todavia, existem no território concelhio outros cursos de água, embora de carácter não permanente.

Recursos Geológicos

Os recursos geológicos contemplam as Águas de Nascente, de forma a garantir a sua proteção, e, finalmente, as Massas Mineraias (Pedreiras), de modo a condicionar a sua localização e a conciliar a proteção dos recursos mineraias existentes e a vertente populacional e ambiental.

Em relação às Águas de Nascente, no concelho de Alcanena existe uma nascente que constitui servidão e restrição de utilidade pública, a nascente dos Olhos de Água do Alviela. Sempre que a adequada proteção do aquífero assim o exija, a entidade da tutela define um perímetro de proteção que abrange três zonas: zona imediata, zona intermédia e zona alargada. Neste caso em concreto, encontram-se aprovadas pela Portaria 1186/2010, de 17 de novembro os perímetros de proteção.

Em Alcanena existem duas pedreiras licenciadas localizadas na freguesia de Monsanto: Pedreira Chousa do Rosado (ou pedreira n.º 5610 denominada Monsanto) e Pedreira Cova do Manco n.º 1 (Pedreira dos Rafaéis).

Recursos Agrícolas e Florestais

A atividade agrícola constitui uma importante fonte de rendimento complementar para a população do concelho, para além de desempenhar um papel fundamental na preservação da unidade de paisagem que caracteriza o concelho de Alcanena e na prevalência de determinados modos de vida e práticas culturais enraizadas. A cultura predominante é o olival, com elevado interesse económico, pela venda da azeitona e na produção de azeite de qualidade. Depois do olival, a cultura dos cereais e as culturas forrageiras, essencialmente destinadas à alimentação animal, apresentam maior relevância.

Para além da agricultura também ocorre a ocupação florestal onde encontramos alguns eucaliptais, pinhais e matos com alguma importância e de interesse de proteção. De acordo com o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) os solos da RAN devem ser afetos à atividade agrícola e são áreas *non aedificandi*, numa ótica de uso sustentável e de gestão eficaz do espaço rural, sendo interditas todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola. A RAN de Alcanena foi aprovada em 1994, pela Portaria n.º 787/94, de 31 de agosto.

O valor florestal de uma dada região pode determinar a demarcação de perímetros florestais, cuja arborização, conservação e exploração são consideradas de utilidade pública, estando sujeita, portanto, a certas regras e restrições. Neste sentido, no concelho de Alcanena encontra-se demarcado o perímetro florestal das Serras de Aire e Candeeiros, aplicando-se a lei geral do regime florestal de 1901. Os povoamentos de sobreiros, nomeadamente os sistemas com aproveitamento agro-silvo-pastoril conhecidos por "montados", são dos biótopos mais importantes em Portugal continental, particularmente no que diz respeito à conservação da natureza. Esta espécie constitui ainda um recurso renovável de extrema importância económica a nível nacional, principalmente através da cortiça produzida e transformada a partir do sobreiro. O regime jurídico de proteção ao sobreiro estabelece que o corte ou o arranque de sobreiros, em povoamento ou isolados, carece de autorização.

Recursos Ecológicos

O regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional condiciona a utilização do solo e a sua disciplina deve ser observada pelos planos municipais de ordenamento do território. A delimitação da REN para a área do município de Alcanena foi aprovada em 1996 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 70/96, de 13 de maio). A necessidade de proteger áreas com valor específico onde a intervenção do Homem deve ser acautelada (e até proibida) levou a que fossem definidas áreas de paisagem protegida, incentivando a manutenção de valores patrimoniais em declínio. Esta servidão foi instituída em 1973, tendo a sua legislação sofrido diversas alterações ao longo dos anos. A área protegida das Serras de Aire e Candeeiros foi criada em 1979 (Decreto-lei n.º 118/79, de 4 de maio) e ocupa uma parte significativa do concelho de Alcanena, tendo como objetivo primordial: proteger os aspetos naturais existentes e defender o património arquitetónico e cultural, ao mesmo tempo que se deveriam desenvolver as atividades artesanais e renovar a economia local, além de promover o repouso e recreio ao ar livre.

Património Cultural

No concelho de Alcanena existem três imóveis classificados, todos eles classificados como Imóvel de Interesse Público (IIP): Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Minde; Gruta da Marmota; Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Louriceira. Estes imóveis bem como a sua zona de proteção regem-se pela Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, que determina que "integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização".

Infraestruturas - Rede Rodoviária

Os terrenos ao longo das estradas estão sujeitos a um regime de servidões que se destina a protegê-las de ocupação indevida que pode afetar a visibilidade e a segurança da circulação.

2.5 Tipicidades e elementos distintivos das freguesias do concelho Alcanena

Após a reorganização administrativa das freguesias, Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, Alcanena apresenta sete freguesias e uniões de freguesia: UF de Alcanena e Vila Moreira; UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro e as freguesias de Bugalhos; Minde; Moitas Venda; Monsanto e Serra de Santo António (Figura 21).

Durante séculos, a história de Alcanena e da sua região dilui-se na história mais geral de Torres Novas, do qual se separou administrativamente no início do século XX, a 8 de maio de 1914, data de criação do concelho de Alcanena.

A origem da vila de Alcanena remonta à ocupação árabe da Península, da qual herdou, para além da toponímia, a **fixação e o desenvolvimento dos trabalhos de curtimento de peles**. Terra de ideais republicanos, a sua história é, acima de tudo, a história dos curtumes, restando poucas dúvidas quanto à importância decisiva desta indústria para a sua afirmação como centro populacional expressivo a partir do século XVII (Figura 22 e Figura 23).

Alcanena evidencia duas realidades contrastantes principais, onde convive o urbano industrial com o rural predominantemente natural, e onde a área do PNSAC assume um evidente protagonismo territorial.

A **diversidade da paisagem do concelho Alcanena** conjuga o território cársico e das Serras de Aire e Candeeiros, mais expressivo nas freguesias a Norte/Noroeste do concelho, com a topografia menos acidentada presente nas freguesias que se situam a Sudeste do concelho. A identidade própria das freguesias de Alcanena combina património natural com os saberes, sabores e tradições, quase sempre associados aos recursos endógenos do território. Uma marca identitária que existe, mas que não se tem traduzido na correspondente visibilidade que se projeta para além do território.

Figura 21. Freguesias do concelho de Alcanena
Pré-reorganização administrativa



Pós-reorganização administrativa



O concelho de Alcanena sempre demonstrou uma forte **vocação industrial**. Ao longo da história, afirmaram-se, progressivamente, as atividades industriais ligadas aos curtumes (a par de metalúrgicas, comércio e pequena agricultura), principalmente em Alcanena e Vila Moreira, tal como se mantêm até hoje, e ao setor têxtil, sobretudo em Minde.

Remonta aos séculos XVI e XVII a origem dos curtumes em Portugal, que se terá iniciado com a concentração mais expressiva de artesãos de curtumes em Alcanena, Guimarães e Porto, e terá tido manifestações mais difusas noutros pontos do País. É, contudo, em Alcanena que se obtém o primeiro Alvará Régio para curtimenta, à fábrica de João Rodrigues. Esta antiguidade histórica dos curtumes em Alcanena justifica que, ainda hoje, se mantenha uma convivência muito próxima entre os espaços de localização industrial e residencial no centro da vila de Alcanena, e que também fundamentam parcialmente a gravidade dos focos de poluição gerados por esta indústria. Se, nos seus primórdios, o processo produtivo era totalmente artesanal, a revolução industrial foi dando lugar à mecanização, à tendencial conversão tecnológica da maioria das unidades da curtimenta vegetal para a curtimenta a crómio, em paralelo à diversificação do leque de métodos de curtimenta e de aplicações (moda, automóvel, casa e decoração, desporto, vestuário, etc.).

Alcanena afirmou uma reputação irrepreensível no que respeita à qualidade dos couros que aqui se produzem, e que lhe tem garantido importantes quotas internacionais neste segmento da fileira do couro. Esta posição resulta de importantes *upgrades* tecnológicos e de certificação à escala internacional, quer de qualidade e rigor dos processos produtivos, quer do respeito por normas e legislação progressivamente mais exigentes (do trabalho e ambientais, em particular). Foram assumidas medidas dirigidas à salvaguarda ambiental e à minoração do passivo ambiental existente, que se repercutem muito positivamente, naturalmente, na qualidade do ambiente urbano de Alcanena.

O desenvolvimento da povoação de Minde terá beneficiado da sua localização geográfica, a partir de uma albergaria de apoio aos viajantes que atravessavam as Serras de Aire e Candeeiros, tendo conhecido um desenvolvimento industrial mais tardio, em torno da fabricação de malhas e fição, no período que se segue à Segunda Guerra Mundial, e que em 1963 lhe valeu a elevação a Vila.

As mantas de Minde constituem o símbolo mais visível de Minde, beneficiando das vendas pelo País dos bem-sucedidos feirantes mindericos, que desenvolveram entre si um idioma próprio e formalmente reconhecido, o mindérico, como forma de impedir outros indivíduos de perceber o que eles negociavam entre si. O pico produtivo de Minde foi atingido na década de 80 do século XX, a que posteriormente se seguiu uma crise no setor, traduzida num progressivo encerramento das unidades fabris têxteis e na consequente destruição de um significativo número de postos de trabalho.

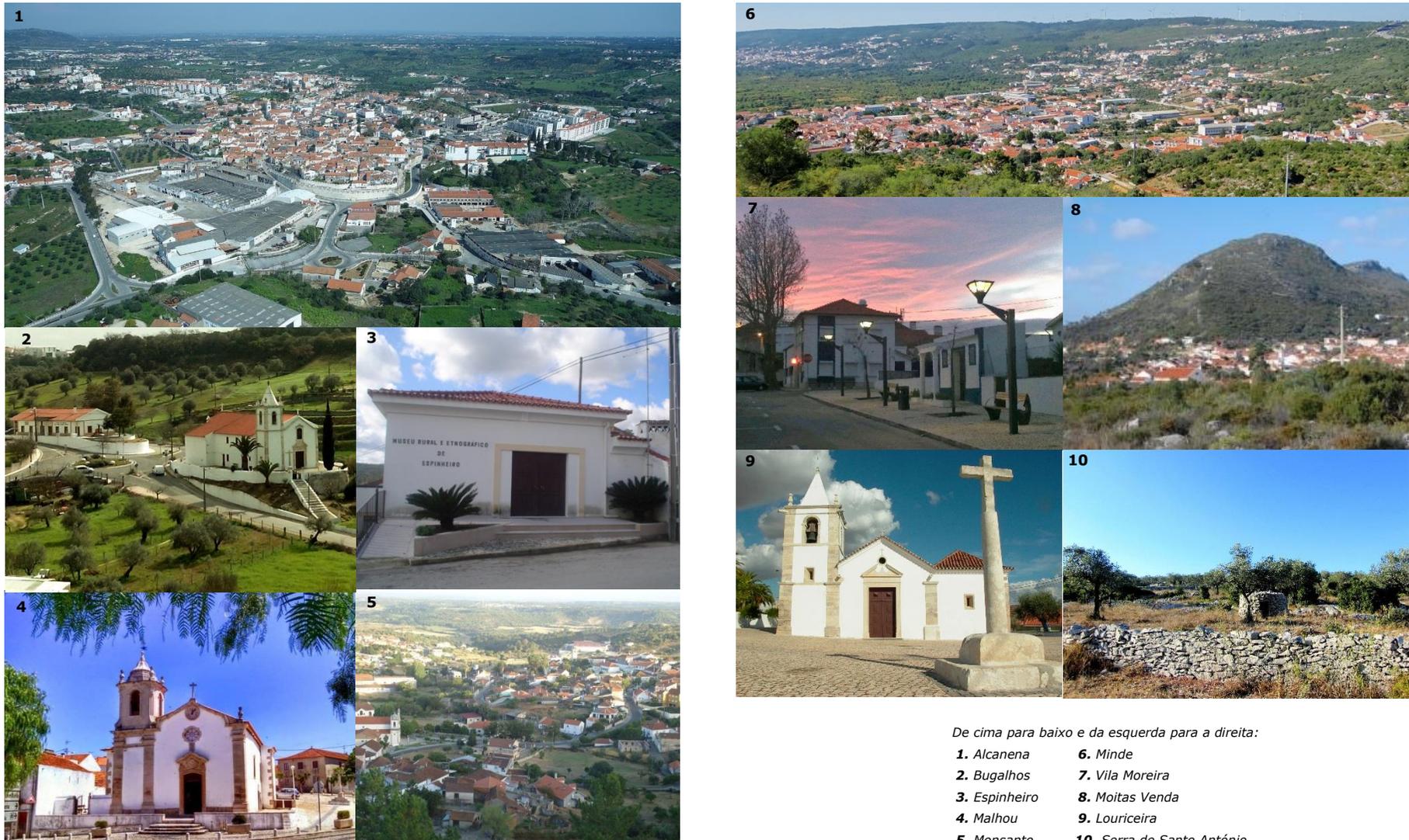
A freguesia de Minde concentra 3.293 habitantes (2011), sendo a segunda maior freguesia do concelho (23,7% do total da população residente), a seguir à UF de Alcanena e Vila Moreira (36,8% da população residente).

A escassez de terras férteis para a agricultura que advém da sua localização nas proximidades da Serra de Aire, no extremo norte do concelho, originou desde cedo o desenvolvimento de atividades ligadas à pastorícia e ao fabrico artesanal de lanifícios. Hoje, porém, as atividades económicas que mantêm expressão são os têxteis e os transportes de mercadorias.

Uma das maiores riquezas de Minde é a sua etnografia, de grande variedade e complexidade, com forte expressão, e o mindérico (Código ISO 639-3 DRC), ainda atual, o que é sinónimo de uma intensa e longa vida comunitária. De destacar o seu forte comportamento social, cultural e desportivo, ligado ao movimento associativo.

Alcanena explica, portanto, o seu **crescimento e a sua consolidação enquanto concelho graças à expressiva dimensão industrial das freguesias de Alcanena/Vila Moreira e Minde**.

Figura 22. A diversidade das freguesias de Alcanena



De cima para baixo e da esquerda para a direita:

- | | |
|----------------------|-----------------------------------|
| 1. Alcanena | 6. Minde |
| 2. Bugalhos | 7. Vila Moreira |
| 3. Espinheiro | 8. Moitas Venda |
| 4. Malhou | 9. Louriceira |
| 5. Monsanto | 10. Serra de Santo António |

A localização de **Moitas Venda**, entre Minde e a UF de Alcanena e Vila Moreira justificou um efeito de alastramento das atividades produtivas dominantes nestas duas freguesias, registando-se a presença conjugada de indústrias de curtumes, oleados e pequeno comércio, possuindo ainda expressão as produções agrícolas de oliveira e figueira.

Monsanto conjuga, com a UF de Alcanena e Vila Moreira, um forte enraizamento da indústria dos curtumes, surgindo também o azeite e o figo como produções agrícolas com algum peso na economia local. Já pertenceu ao concelho de Torres Novas, sendo em 1914 que passa a integrar-se em Alcanena. Tem origens medievais, uma vez que a sua confraria foi instituída em 1353. Toda a região pertenceu à Casa Ducal de Aveiro, que, em consequência da sentença de 1759, aquando da tentativa de assassinato de D. José, viu todos os seus bens confiscados.

A relevância da indústria dos curtumes também se estende à **UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro**, criada em 2013 pela agregação das freguesias de Malhou, Louriceira, Espinheiro com sede em Louriceira. Outras atividades económicas desenvolvidas nesta UF passam pela pecuária, agricultura, principalmente o azeite, a transformação de madeiras, a moagem, a metalomecânica, serviços, comércio, pecuária, a cerâmica e o artesanato (cestos em vime, ráfia, feno e bunho, artigos de madeira, bordados e pinturas em tela e latoaria).

A **freguesia de Bugalhos** situa-se a sudoeste do concelho e foi criada em 1712, sendo, antes disso, uma vigariaria anexa ao priorado de Santa Maria de Torres Novas, concelho a que ficou a pertencer mesmo após a sua separação, até à criação do concelho de Alcanena. É tipicamente rural, sendo que a pecuária, o vinho e o azeite têm importância na sua economia. Aqui permanecem vivas as memórias da tradição artesanal, na produção de objetos artesanais de ráfia, junco, bunho e couro.

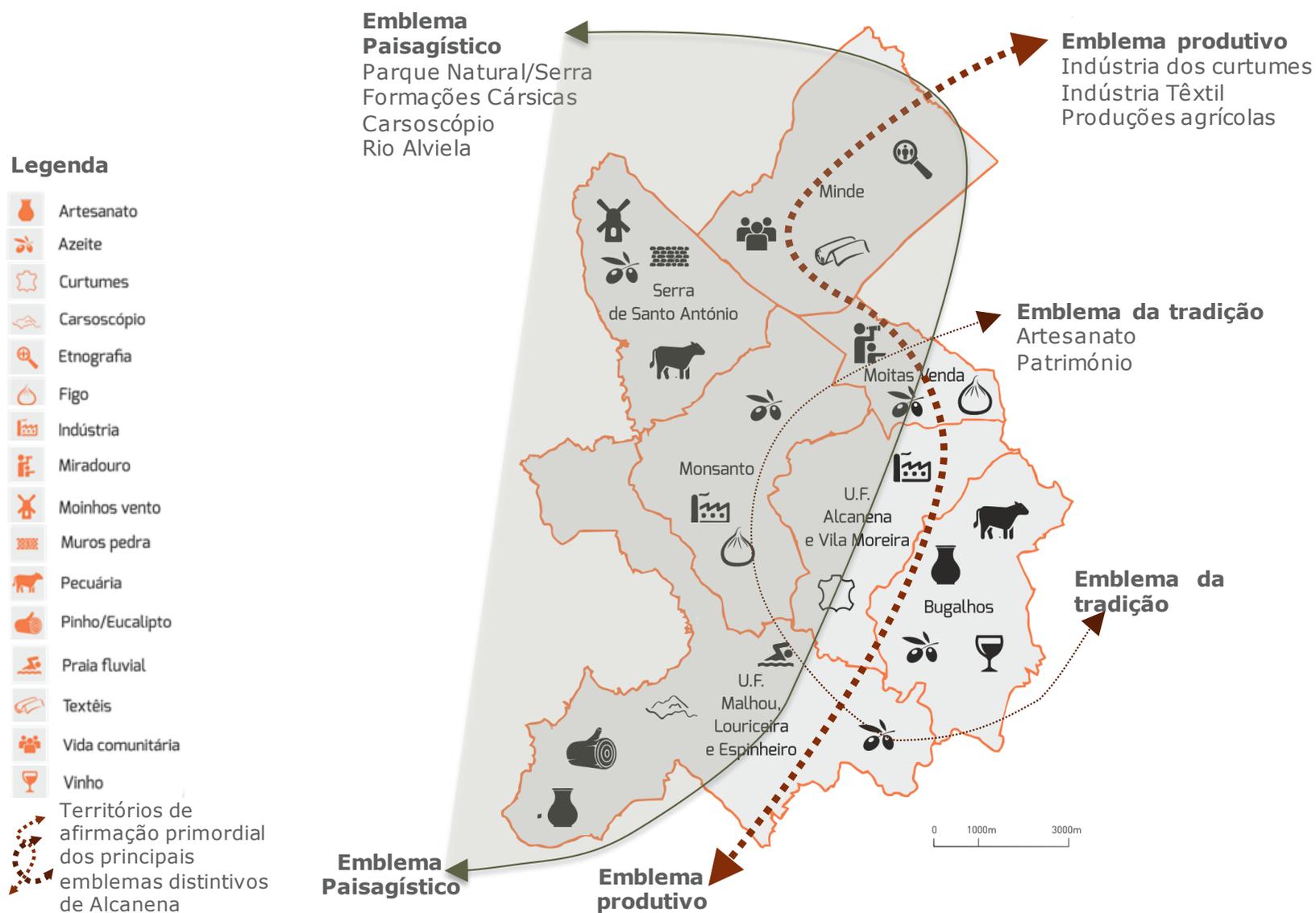
Na **Serra de Santo António** destaca-se a sua paisagem. Situa-se num planalto que o Homem compartimentou com muros de pedra solta, na atividade de despedrega, essencial à tentativa de conseguir solos aráveis, e que lhe dão, atualmente, o seu aspeto característico. A economia local baseia-se na indústria têxtil, tapeçarias, na criação de gado bovino, olivicultura e forragens.

A Figura 23 representa, de forma esquemática, os **principais traços e símbolos identitários das freguesias de Alcanena**. A homogeneidade que se estabelece preferencialmente entre algumas freguesias permite destacar **três dimensões principais de leitura do concelho**:

- **Dimensão produtiva** – traduz o principal motor de desenvolvimento do concelho de Alcanena, a partir dos seus polos industriais com maior expressão produtiva, a UF de Alcanena/Vila Moreira e Minde, aos quais se complementam as freguesias de Moitas Venda, Monsanto e a UF Malhou, Louriceira e Espinheiro, onde ganham alguma expressão as produções agrícolas. Esta preponderância produtiva define o que se pode denominar como arco longitudinal produtivo (este) do concelho de Alcanena;
- **Dimensão paisagística** – traduz um traço identitário marcante de Alcanena, conferido pelas particularidades da sua paisagem, pelos efeitos singulares oferecidos pelo terreno cársico em que assenta parte substancial do seu território, pela presença das Serras de Aire e Candeeiros, e pela importância científica que justificou o desenvolvimento de importantes equipamentos de interpretação dos fenómenos naturais e da biodiversidade presentes em Alcanena. Assume maior expressão ao longo do eixo longitudinal oeste do concelho, em parte integrado no PNSAC, nas freguesias Serra de Santo António, Monsanto e na UF Malhou Louriceira e Espinheiro.
- **Dimensão da tradição** – traduz as memórias e os costumes que se mantêm visíveis até hoje no território de Alcanena, partindo das especificidades das freguesias de Moitas Venda, Bugalhos, Monsanto, Minde e Serra de Santo António e as UF Malhou, Louriceira e Espinheiro e Alcanena/Vila Moreira de, projetando-as na reconhecida identidade do concelho, através dos símbolos do artesanato, dos produtos regionais e das tradições.

As características da ocupação de Alcanena e as suas diferenças produtivas, explicam a existência de **três patamares de densidades populacionais** (Quadro 9): i) maior concentração populacional na UF de Alcanena/Vila Moreira (superior a 330 hab/km²); ii) concentração populacional intermédia em Minde e Moitas Venda (156 e 128 hab/km², respetivamente), e iii) densidade inferior a 65 hab/km² nas freguesias do arco oeste e sul do concelho (Bugalhos, UF Malhou, Louriceira e Espinheiro, Serra de Santo António e Monsanto).

Figura 23. Principais elementos identitários e distintivos das freguesias de Alcanena: dimensão produtiva, paisagística e da tradição



De acordo com os Censos 2011, a UF Alcanena/Vila Moreira **é o núcleo urbano por excelência do concelho**, funcionando como um polo aglutinador de população, com dinâmicas socioeconómicas próprias de centralidade urbana, de emprego e de serviços, e onde se destaca em particular a dimensão do emprego afeto ao setor terciário (Gráfico 21). Concentra cerca de um terço da população residente no concelho, fruto de uma expressiva capacidade de geração de emprego na indústria dos curtumes. Como resultado da polarização que exerce sobre o restante território, é a freguesia “mais jovem” do concelho (Gráfico 18), na medida em que, para além de apresentar as percentagens mais elevadas de população no escalão dos 0-14 anos (14,5%), apresenta também a menor proporção de idosos (20,5%).

A UF de Alcanena e Vila Moreira, em conjunto com Minde, concentram cerca de 60% da população do concelho, e dois terços das suas empresas (54,5% e 24,7% das empresas, respetivamente, de acordo com dados de 2009 no Quadro 10). Em termos de produção industrial, a UF de Alcanena e Vila Moreira é a que apresenta maior valor absoluto do emprego no setor secundário no concelho (914 trabalhadores), seguida da freguesia de Minde (539 trabalhadores), mas é a freguesia de Monsanto que apresenta maior proporção face ao emprego total (52%).

O espaço concelhio para além das freguesias com maior expressão industrial apresenta patamares nitidamente mais baixos de densidade populacional, o que, em conjugação com a tendencial menor expressão que as atividades agrícolas apresentam (à semelhança do vivenciado no país, em geral), tem vindo a permitir formular expectativas de valorização económica do potencial turístico da paisagem, do património natural e das tradições de Alcanena. A confirmá-lo, os exemplos, ainda relativamente pontuais, do aparecimento de experiências empresariais de turismo em espaço rural.

Nas freguesias mais a noroeste do concelho, com características fortemente ditadas pela paisagem da Serra, e onde os moinhos de vento e os muros de pedra se impõem como marcos paisagísticos, fazem-se sentir os efeitos da paisagem e da geografia sobre o tipo de povoamento. A **freguesia de Serra de Santo António** é a que apresenta um cariz rural mais acentuado e características típicas de povoamento serrano, sendo a menos densa do concelho

(49,6 hab/km², em 2011). A **UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro** é o território mais envelhecido do concelho (2011), onde se regista o menor peso de população dos 0-14 anos (11,3%) e a maior proporção de idosos (29,8%).

Note-se que a expressão do setor primário é bastante residual na economia de Alcanena (2011), tendo maior incidência na freguesia de Serra de Santo António (34 empregados) e na UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro (16 empregados). De ressaltar que estes números não retratam a dimensão informal e o caráter de complemento de rendimento que muitas vezes assumem as atividades agrícolas. Serão atividades importantes do ponto de vista da coesão económica do concelho, pelo efeito de complemento de rendimento que exercem, mas de caráter informal e sem expressão na criação de unidades empresariais ou de postos de trabalho.

Finalmente, destaque para um par de indicadores bastante relevantes na análise da coesão interna das freguesias do concelho: níveis de analfabetismo e níveis de acesso a emprego, com implicações ao nível da inclusão social.

Embora a taxa de analfabetismo (2011) no concelho de Alcanena (8,5%) seja inferior à da sub-região Médio Tejo (10,8%), três das freguesias possuem valores bastante superiores à média do concelho (Gráfico 19) - a UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro (22%), Bugalhos (21,9%) e Moitas Venda (16,7%).

Analisando a população empregada, ao nível das freguesias (2011) verifica-se que a UF de Alcanena e Vila Moreira se destaca pela maior bolsa de emprego (39% do total do concelho). Já a Serra de Santo António é a freguesia com menor concentração de população empregada, apenas 5% (Gráfico 20 e Quadro 10).

Destaque positivo para o facto do território de Alcanena ser um dos territórios do país com menor taxa de desemprego a nível nacional (2011), embora algumas das suas freguesias possuam taxas superiores à média. A taxa de desemprego faz-se sentir mais nas freguesias de Bugalhos (12,7%) e Minde (12,3%). Destaque, ainda para a freguesia da Serra de Santo António (4,6%) que possui a taxa de desemprego mais baixa. Contudo, em valor absoluto o número de desempregados é superior na UF de Alcanena e Vila Moreira com 226 desempregados (Gráfico 22).

Quadro 8. Evolução da População Residente nas freguesias de Alcanena | 1991, 2001 e 2011

	População Residente (N.º)			Var. da população residente (%)	
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011
Portugal					
Alcanena e Vila Moreira	5.241	5.352	5.105	2,12	-4,62
Bugalhos	985	1.172	1.084	18,98	-7,51
Malhou, Louriceira e Espinheiro	2.116	2.103	1.909	-0,61	-9,22
Minde	3.275	3.311	3.293	1,10	-0,54
Moitas Venda	1.027	1.005	866	-2,14	-13,83
Monsanto	1.023	931	886	-8,99	-4,83
Serra de Santo António	706	726	725	2,83	-0,14

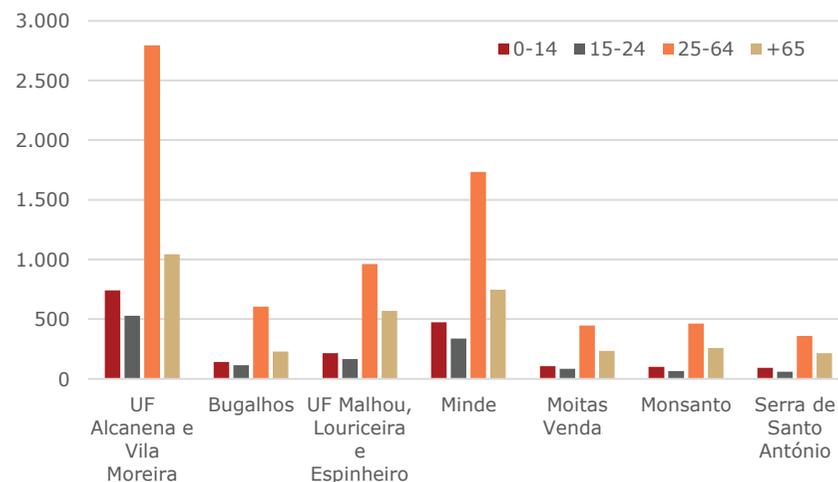
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Quadro 9. Densidade Populacional | 2011

	Área (km ²)	Densidade Populacional (hab/km ²)
Alcanena e Vila Moreira	15,43	330,8
Bugalhos	16,46	65,86
Malhou, Louriceira e Espinheiro	34,46	55,40
Minde	21,14	155,77
Moitas Venda	6,75	128,30
Monsanto	18,46	48,00
Serra de Santo António	14,62	49,59

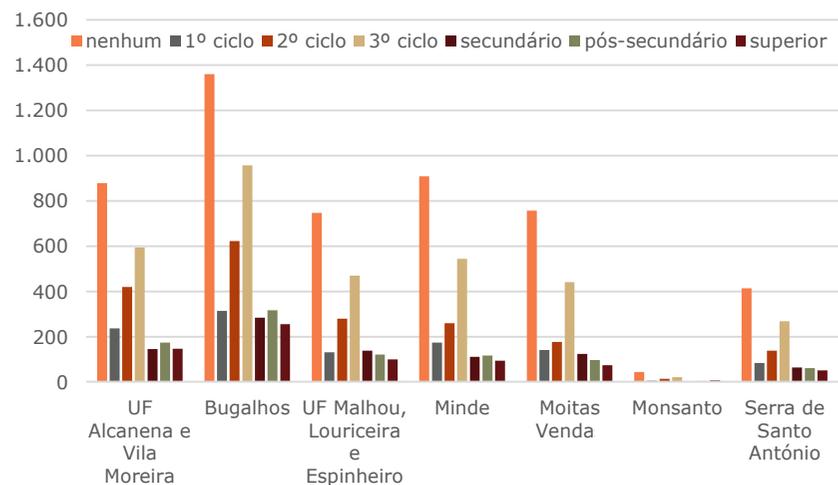
Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico 18. População residente (n.º) segundo a estrutura etária (freguesias de Alcanena) | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico 19: População residente (n.º) segundo o nível de instrução (freguesias de Alcanena) | 2011



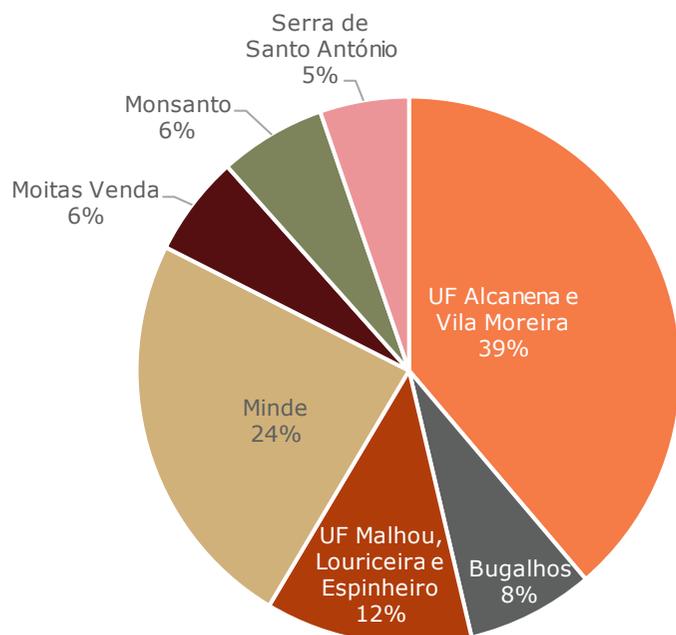
Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 10. Distribuição das empresas por freguesias | 2009

Freguesia	N.º de empresas	Percentagem
Alcanena e Vila Moreira	1.059	54,5
Malhou, Louriceira e Espinheiro	70	3,6
Minde	480	24,7
Moitas Venda	94	4,8
Monsanto	95	4,9
Serra de Santo António	62	3,2

Fonte: adaptado de PDM (infoempresas 2009)

Gráfico 20. População empregada por freguesia | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico 21. População empregada (n.º) segundo setor de atividade | 2011

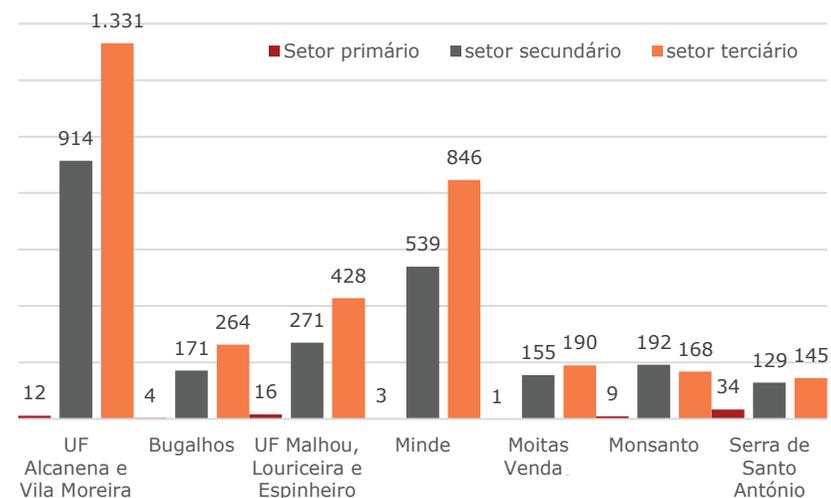
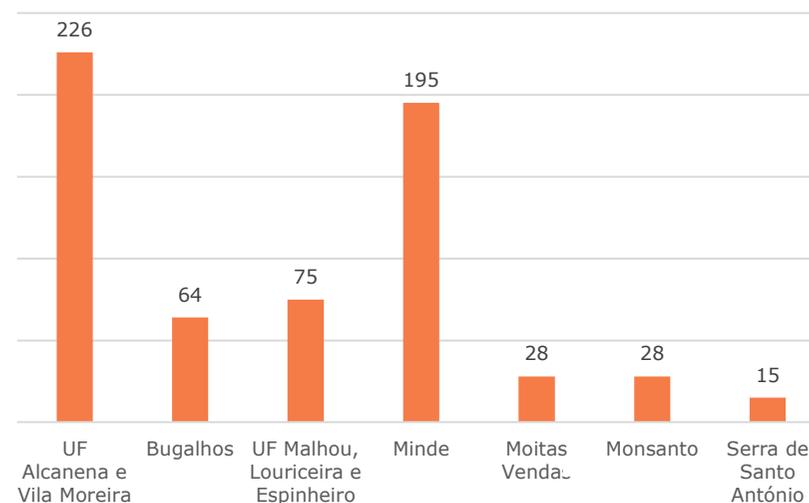


Gráfico 22. População residente desempregada (n.º) nas freguesias | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

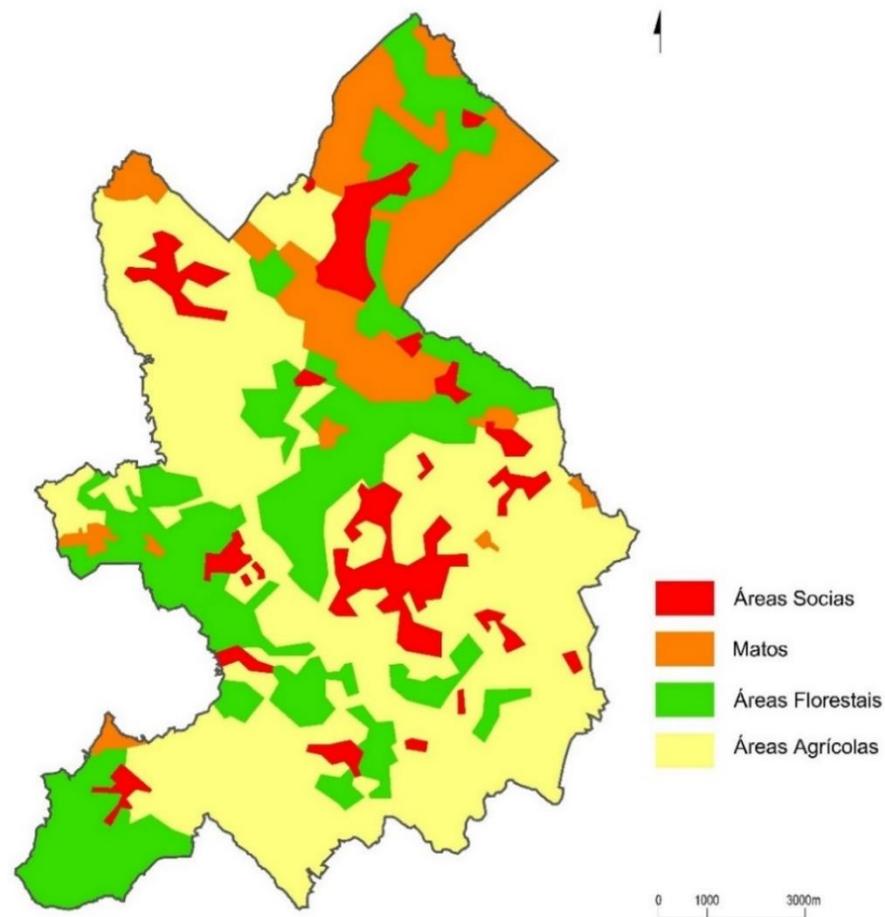
Do ponto de vista da ocupação do solo, importa ainda referir que **UF de Alcanena e Vila Moreira**, onde se localiza a Vila sede de concelho, possui uma estrutura urbana consolidada com elevada densidade populacional na Vila de Alcanena, com expressão de espaços destinados à indústria. Com a progressiva expansão da Vila para Nordeste e Oeste, assente numa ocupação linear contínua, esta prolongou-se no sentido dos aglomerados de Vila Moreira e Monsanto. Apresentando também um povoamento concentrado, a freguesia de Minde, situada no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, caracteriza-se, principalmente, pelo fabrico de malhas e possui uma elevada atratividade, diversidade de equipamentos culturais e grande dinâmica associativa.

A **freguesia da Serra de Santo António**, por sua vez, caracteriza-se pela dispersão na ocupação urbana do seu aglomerado, com características rurais e inserido no PNSAC. É marcada pelos terrenos pedregosos e pelo mosaico agrícola delimitado por muros de pedra seca, onde predominam as atividades agro-pastoris e de turismo de natureza. As restantes freguesias apresentam uma edificação dispersa, onde domina um povoamento do tipo linear ao longo das estradas e dos caminhos rurais ou formando frentes contínuas e pequenos largos nos nós das vias mais importantes.

Ao nível dos indicadores urbanos, e segundo o INE, as áreas urbanas podem ser classificadas em **três tipologias**, em concordância com critérios administrativos e morfológicos: Áreas Predominantemente Urbanas (APU); Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR). Aplicando ao território do concelho de Alcanena, verifica-se que: as freguesias de Bugalhos, Serra de Santo António, Monsanto e UF de Malhou, Louriceira e Espinheiro caracterizam-se pela atividade agrícola e florestal que surge como atividade económica com maior peso, comprovando uma paisagem rural e pastoril, sendo desta forma consideradas como APR; as freguesias de Minde e Moitas Venda como AMU; a UF de Alcanena e Vila Moreira como APU.

As áreas agrícolas predominam no concelho de Alcanena, representando cerca de 52% do concelho, seguindo-se as áreas florestais (31,6%), nomeadamente no Espinheiro, Louriceira, Monsanto, Vila Moreira e Moitas Venda (Figura 23).

Figura 24. Ocupação do solo



Fonte: adaptado de PDFCI

2.7 Contributos e envolvimento dos atores representantes das forças vivas do concelho

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Alcanena incorporou processos de **participação como instrumento de suporte à estratégia definida**. O figurino final da estratégia de desenvolvimento territorial de Alcanena, para o horizonte de 2025, beneficia da participação e envolvimento dos agentes locais e dos respetivos contributos para o diagnóstico prospetivo, para a formulação da Visão e da Estratégia e para a definição e hierarquização dos projetos estruturantes para o território.

O processo de participação teve como objetivo central a **discussão das temáticas identificadas como centrais para o concelho** visando, simultaneamente, a participação e concertação estratégica e o alargamento, qualificação e fortalecimento da rede de protagonistas. As temáticas discutidas nestes momentos de participação foram norteadas pela agenda europeia para o novo período de programação estrutural (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo), visando a sua aplicação ponderada às necessidades e ambições reais do concelho.

A concertação e a convergência alargada dos *stakeholders* representativos de Alcanena, ao nível da partilha ativa de decisões, iniciativas e investimentos, foi assumida desde o arranque dos trabalhos de construção do Plano Estratégico, como determinante para o sucesso da estratégia definida. Foi desenvolvido um programa de trabalhos que envolveu, para além de funções técnicas, a realização de um conjunto de **atividades de participação e de reconhecimento do território**, englobando *workshops*, reuniões com decisores e técnicos e trabalho de campo (Caixa 9 e Figura 25). O compromisso assumido foi assim, de dinamização de um processo de participação alargado e o estabelecimento dos embriões para **tornar mais sólida a rede de cooperação territorial**, para que os vários atores com contributos para o desenvolvimento do concelho tenham uma voz ativa e contribuam, de forma empenhada, para o desenho do quadro do que poderá e deverá ser este território no horizonte da próxima década.

Caixa 9. Momentos de participação

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Alcanena pressupôs a **participação das entidades relevantes** para o diagnóstico do(s) desafio(s) e o seu **envolvimento** na(s) proposta(s) de abordagem. Estes fatores determinam, em grande medida, o sucesso das políticas de desenvolvimento.

Foram realizadas, para além de diversos momentos de discussão técnica, as seguintes reuniões políticas e técnicas de trabalho de campo:

- **reunião de arranque com o executivo municipal** e reunião de trabalho com os quadros (decisores e técnicos) da CM de Alcanena (16/10/2015);
- **visita a empresas da indústria dos curtumes**, integrada no programa *Leather Days* (26/10/2015) e visita a pontos estratégicos do concelho de Alcanena (11/11/2015);
- **reunião com a Assembleia Municipal**, onde foram abordadas de forma transversal os desafios de desenvolvimento do concelho (4/12/2015).

Realizou-se um **ciclo de três workshops** que envolveu cerca de 50 entidades (anexo 1), onde foram abordadas as seguintes temáticas:

- Desenvolvimento social, educação, saúde e cultura (27/10/2015 e 11/11/2015);
- Desenvolvimento empresarial, inovação e competitividade (4/11/2015);
- Desenvolvimento territorial equilibrado (4/11/2015).

Foi ainda lançada uma **plataforma de participação online** com o objetivo de recolher contributos da comunidade do município de Alcanena, de uma forma aberta e transversal, onde foram recolhidos contributos válidos e que comprovam o interesse da população na formulação de opções de desenvolvimento para Alcanena.

Figura 25. Momentos de participação: reunião de trabalho com entidades do setor social, empresarial e ambiental de Alcanena

Assembleia Municipal



Workshops temáticos



Globalmente, ao longo dos diversos momentos de participação, transparece uma nota positiva em relação às intervenções que têm vindo a ser efetuadas em Alcanena ao longo dos últimos anos, com uma tónica de preocupação a respeito dos desafios que estão implícitos a fatores entendidos como estruturais do modelo socioeconómico do concelho.

Num concelho onde o envelhecimento e a perda populacional assumem padrões semelhantes aos do país em geral, referem-se como desafios complementares, a definição de estratégias que promovam a fixação de população no concelho, que tem sofrido um processo de esvaziamento populacional, funcional e comercial também comum a tantos outros centros urbanos do país, a par de iniciativas que confirmam sustentabilidade económica a esse processo de captação populacional, onde as opiniões referem opções como a urgência de diversificação da estrutura de empresarial no sentido de diminuir a concentração do emprego do concelho em torno dos curtumes e do têxtil, a possibilidade de Alcanena afirmar o seu potencial logístico, a viabilidade de dinamizar iniciativas que reforcem a oferta turística disponível, e a tentativa de recuperar algum do dinamismo comercial outrora já vivido em Alcanena.

Alcanena é sentida, pelos diversos intervenientes auscultados, como projetando uma imagem fortemente dominada pela tradição industrial ligada aos curtumes e ao têxtil, sendo referidas as vantagens que resultam dessa forte especialização produtiva, onde se destaca o *know-how* acumulado e o saber-fazer, mas também resultando evidentes as preocupações quanto aos problemas de uma forte concentração produtiva em torno de poucas atividades.

À memória dos curtumes aponta-se a evolução muito positiva que o setor tem registado em Alcanena, quer em termos das condições de trabalho praticadas, quer da progressiva e sustentada minoração do seu impacto ambiental, havendo ainda certamente trabalho a fazer do ponto de vista da modernização e do incremento dos níveis de responsabilidade social, ambiental e de certificação das empresas que laboram no concelho. Recolhem-se também notas concretas quanto ao potencial que será necessário capitalizar para dar conteúdo efetivo à marca “Capital da Pele”, replicando experiências empresariais piloto que comprovam o potencial de criatividade e inovação que poderá ser atingido no setor através de atividades comerciais e de serviços.

A memória do setor têxtil surge conotada a uma “prova viva”, em Minde, das implicações potenciais de uma estrutura produtiva sectorialmente dependente, com reflexos que se fizeram sentir em termos económicos e sociais, sobretudo, mas que se estenderam à degradação do ambiente urbano. A memória do têxtil é também referida como uma oportunidade, de recuperação futura do setor, no sentido da capitalização da experiência e saber-fazer acumulado através de iniciativas orientadas para segmentos com menor intensidade produtiva e maior componente de diferenciação no *design*, nas aplicações na moda, ou na exploração criativa de vetores de atratividade turística.

Outra ideia que transparece transversalmente nos contributos recolhidos é um sentimento de incompreensão face à pouca conotação de Alcanena com o seu relevante património natural, paisagístico e biodiversidade. Em paralelo são referidas as, ainda, poucas alternativas disponíveis no concelho nos segmentos de oferta turística (turismo de habitação e em espaço rural, por excelência) mais adequados ao perfil de um território propício à fruição natural, às caminhadas e ao aprofundamento do contacto com a natureza em pleno PNSAC.

Globalmente, parecem encontrar-se em Alcanena elementos de solidificação de uma imagem que se considera redutora do concelho. Marketing territorial constitui um elemento importante de construção de uma imagem mais diversificada do concelho, e efetivamente mais aderente à sua realidade, onde a par da tradição produtiva dos curtumes e do têxtil, que continuarão a ser setores importantes de estruturação da atividade produtiva e na criação de emprego, surgem de forma consensual, elementos que importa relacionar com a imagem percecionada de Alcanena: como a singularidade oferecida pelos Olhos de Água do Alviela (com a distinção da sua bacia de alimentação, subterrânea e labiríntica); o PNSAC e as formações singulares que resultam da ação tectónica nas extensas zona de território calcário existentes em Alcanena (grutas, lapiás, algares, poljes e outros) e onde existe material para aprofundar o trabalho já desenvolvido pelo Centro de Ciência Viva do Alviela no capítulo da visitação lúdico-pedagógica e científica. Consensual parece ser também a existência de argumentos de atratividade à visitação que justifiquem o potencial de crescimento da oferta de alojamento em turismo em espaço rural.

De seguida, uma síntese dos contributos recolhidos nos *workshops* temáticos.

Workshop Desenvolvimento empresarial, inovação e competitividade

- **Reforço da atratividade empresarial**, para a promoção do investimento empresarial no concelho, identificando-se como problemas centrais a desqualificação e o crescimento desordenado das unidades industriais e as dificuldades de expansão das unidades industriais instaladas.
- **Qualificação das condições de instalação empresarial**, com sugestões de aproveitamento de áreas industrializáveis para resolução dos problemas iminentes de localização empresarial e o combate à dispersão industrial, assim como a redução às dificuldades de licenciamento e sistematização da oferta concelhia das zonas de instalação disponíveis.
- **Reconhecimento da existência de boas acessibilidades ao concelho**, resultado da proximidade a vias nacionais estruturantes como a A1 e A23, mas **mau estado de conservação de redes viárias internas**, nomeadamente, as vias de acesso a áreas industriais e interfreguessias.
- **Identificação do problema de visibilidade e afirmação da identidade associada ao couro e aos curtumes**, alcançável através da estruturação de um *cluster* das indústrias do couro que garanta a extensão em Alcanena a outros componentes da fileira do setor, a organização da produção o desenvolvimento de projetos estruturantes associados ao setor e a melhoria da imagem junto da comunidade local.
- **Consolidação da rede de cooperação empresarial** nos curtumes, partindo da tríade APIC - representação institucional e internacional – AUSTRA – responsabilidade ambiental – e CTIC – compromisso tecnológico. São **valorizados os esforços de resolução das problemáticas ambientais** do concelho e a componente natural.
- **Escassez de recursos humanos especializados** para a indústria e quase inexistência de cursos especializados nos setores de especialização, com valorização da abertura de um curso no IPT. Reduzida dinâmica comercial, que não traduz a identidade associada ao couro, pouco atrativa e com implicações na vida urbana.

Workshop Desenvolvimento social, educação, saúde e cultura

- **Reconhecimento das tendências demográficas regressivas**, resultado de saídas do concelho e da redução da natalidade e a convicção de que o desenvolvimento social só é possível com o desenvolvimento económico e vive versa.
- **Boa dotação de equipamentos de coesão**, mas com necessidades de rentabilização e mesmo refuncionalização para novos usos, em alguns casos, fruto do reordenamento da rede escolar.
- **Importância do desenvolvimento e apoio social** em todas as fases da vida – infância à terceira idade – dando especial atenção à população idosa, onde o apoio domiciliário e a teleassistência se têm tornado a forma mais frequente de auxílio, adiando a institucionalização, mas verificando-se maior número de casos de isolamento. Aquando da entrada dos idosos nas instituições sociais, as exigências a nível de saúde, psicológico e dependência são mais evidentes, porque a entrada ocorre mais tardiamente.
- **Relevância da sensibilização** da comunidade para as temáticas da vida social, desde a cultural, ao apoio à terceira idade, à infância e adolescência.
- **Dinamismo e densidade associativa** (cultura, desporto, recreativo), que se constituem, em alguns casos, como entidades empregadoras relevantes (IPSS's, Associações Culturais, etc.). Existência, contudo, de problemáticas de sustentabilidade devido a fatores como a **baixa profissionalização dos dirigentes**, a **incapacidade de renovação do corpo associativo**, a **regressão demográfica** e **elevados custos de contexto**. A partilha de recursos e o incentivo à participação na vida associativa poderia mitigar alguns dos constrangimentos identificados.
- **Necessidade de aprofundamento da rede social de Alcanena** como forma de garantir a sustentabilidade das instituições sociais existentes, diluir custos de contexto, evitar sobreposições de funções, criar respostas sociais multidisciplinares e personalizadas através da conjugação de competências e a garantia de serviços de proximidade, a intervenção precoce, o alinhamento de valências e o mapeamento da oferta social.

- **Desemprego existe e tem-se acentuado nos últimos anos**, referindo-se que estatisticamente esta questão não é tão visível, uma vez que um número significativo dos postos de trabalho são ocupados por população dos concelhos limítrofes e, como tal, registados nos centros de emprego da área de residência. Reconverter a mão-de-obra, a formação e capacitação dos recursos humanos locais, assim como a diversificação das atividades desenvolvidas no concelho pode ser uma solução de médio-longo prazo para aumentar a empregabilidade.
- **Problemáticas da assistência médica**, devido ao encerramento de unidades de saúde, donde decorre uma forte centralização dos serviços na sede de concelho ou em municípios de maior dimensão da região, no que ao Centro Hospitalar do Médio Tejo diz respeito.
- **Persistência de incapacidades dos serviços sociais e de saúde**, nomeadamente nas áreas da saúde mental e do apoio às pessoas com deficiência.
- **Boa performance nos indicadores de educação**, com a redução do abandono e insucesso escolar, objetivos que têm sido alcançados através de projetos inovadores e verticais. Reconheceu-se a necessidade da implementação de estratégias de fixação de alunos, para além de uma resposta à população estudantil com necessidades especiais (autismo,...) e com problemas de indisciplina.
- **Importância das relações entre o tecido empresarial e as instituições de ensino** (superior e profissionais) locais e regionais, realizada de forma efetiva e de modo a que traga efeitos sobre a captação e fixação de recursos humanos qualificados e sobre a competitividade das empresas, baseada na excelência do fator capital humano.
- **Identificação de problemas de mobilidade interna**, nomeadamente, pela inexistência de um sistema de transportes públicos eficiente, não dependente do calendário escolar e que supra as necessidades de deslocação da população mais desfavorecida, nomeadamente, os idosos.

Workshop Desenvolvimento territorial equilibrado

- **Centralidade geográfica e diversidade da paisagem** como elementos marcantes do concelho de Alcanena.
- **Evidência de características distintivas do ponto de vista geológico** e das valências turísticas associadas à Serra, pouco dinamizados. Identificam-se oportunidades de desenvolvimento do turismo de natureza e científico, ultrapassando a lógica fragmentada como tem sido abordada a vertente económica do PNSAC. Salientam-se também as recomendações dirigidas à implementação de programas de boas práticas de vida saudável, dirigidos à população residente em Alcanena;
- **Potencial de exploração das possibilidades de articulação com o Almourol, Batalha, Tomar e Alcobaça**, enquanto territórios de proximidade com argumentos de atratividade turística a que Alcanena se pode associar, com vantagem conjunta para o aumento da diversidade da oferta turística conjunta. Necessidade de criar produto turístico, aumentar a oferta de alojamento (valorizando o sucesso de algumas iniciativas de turismo em espaço rural e eventualmente atuando em complemento da oferta de apoio ao turismo religioso – Caminhos de Fátima e Caminhos de Santiago), e dinamizar os percursos pedestres e as atividades lúdico-pedagógicas em torno das singularidades do território de Alcanena.
- **Situações de degradação do património arquitetónico e industrial** e oportunidades de dinamização do turismo industrial e a valorização das tradições e saber fazer, da gastronomia e dos produtos endógenos.
- **Problemáticas internas de acessibilidade**, com implicações na qualidade de vida, especialmente nas zonas rurais.
- **Desertificação humana, envelhecimento e baixa natalidade**, como tendências fortes, e associativismo como instrumento de inclusão social e dinamização do território.

- **Importância da diversificação de atividades económicas**, aprofundando as existentes (indústrias do couro), revitalizando as que foram áreas (indústria têxtil) e trazendo novas como uma maior intensidade no comércio e nos serviços às empresas e às famílias, por via da divulgação, com objetivos de aprofundamento, de exemplos pontuais e bem sucedidos que exemplificam o potencial de modernização e inovação nas produções típicas de Alcanena, em ligação com a moda e a decoração, com a arte e o *design*, com as aplicações tecnológicas, etc..
- Destaque para as intervenções que têm **atuado muito positivamente no passivo ambiental** diretamente ligado à indústria dos curtumes. Esta evolução ao nível da responsabilidade ambiental que se regista em Alcanena, e que constitui matéria para promover ações de divulgação/marketing de uma nova imagem de Alcanena, é referida em associação com um novo patamar de ambição, do ordenamento progressivo da coexistência entre áreas urbanas e industriais.
- **Referência ao potencial agrícola e florestal** e das pequenas produções locais, como o azeite, os hortícolas, o leite, o queijo, as castanhas, os enchidos. Também referido como exemplo positivo a realização do Festival Gastronómico da Cachola e da Morcela e do Festival do Azeite e das Ervas Aromáticas, cuja realização sistemática deverá permitir conferir reconhecimento progressivo à qualidade destes produtos, e que pode estender-se progressivamente a outros eventos/produtos;
- **Potencial de desenvolvimento de indústrias criativas**, em torno da tradição industrial de Alcanena e do seu potencial em termos de natureza e biodiversidade;
- **Divulgação das infraestruturas de valorização ambiental** como o Centro de Ciência Viva do Alviela, apresentando Alcanena como território de sustentabilidade e que tem vindo a responder aos desafios ambientais decorrentes da especialização produtiva.

2.8 Análise SWOT

Ressaltam os seguintes aspetos de análise SWOT, a considerar na formulação da visão e da estratégia de desenvolvimento territorial.

Forças

- Localização privilegiada, resultante da centralidade e das boas acessibilidades pela proximidade a importantes eixos viários (A1-A23-A13-IC8-IC9-A15);
- Relevância industrial e polarizador de emprego e uma forte especialização em torno das indústrias do couro, com significativa orientação exportadora;
- Importância das relações entre o tecido empresarial e as instituições de ensino, através de parcerias (ANQEP, CIMT, IEFEP, IPT; IPL);
- Maior resistência ao desemprego, excelentes desempenhos na promoção de uma educação de excelência e uma forte dinâmica associativa;
- Características ecológicas únicas, nomeadamente associadas à conjugação da presença do PNSAC, do rio Alviela e da nascente dos Olhos de Água do Alviela, a existência de água doce em abundância e de infraestruturas de investigação e de cultura científica, tais como o Centro de Ciência Viva – Carsoscópio e equipamentos associados;
- Desenvolvimento de atividades de educação ambiental e forte compromisso com a sustentabilidade tanto a nível institucional como industrial.

Fraquezas

- Baixos índices de qualificação, visível na estrutura de habilitações da população residente, com implicações na disponibilidade de mão-de-obra para atividades industriais especializadas;
- Deterioração da rede rodoviária, ineficiente sistema de transportes coletivos e constrangimentos de tráfego no interior dos aglomerados urbanos devido à circulação de veículos pesados;
- Dinâmica de perda económica com impacto na criação de postos de trabalho e de empresas e desordenamento em termos de desenvolvimento industrial - e populacional – envelhecimento e decréscimo de efetivos.

Oportunidades

- Localização geoestratégica potenciadora do desenvolvimento empresarial, numa posição de destaque para a estruturação da Porta Norte de Lisboa, do ponto de vista empresarial e logístico;
- Avanço na cadeia de valor das indústrias do couro e têxtil e aposta em setores emergentes como a logística, o turismo, entre outras áreas;
- Centro Urbano Complementar a nível regional, fundamental para a sustentação da coesão territorial e consolidação de redes de proximidade;
- Diversidade do património cultural e natural e integração das áreas protegidas com a envolvente rural;
- Melhoramento do sistema de saneamento e de recolha e tratamento de resíduos;
- Desenvolvimento do turismo em espaço rural e de natureza suportado pelo património natural e cultural, alicerçados nos recursos endógenos do concelho e necessidade de aposta em infraestruturas de apoio ao turismo;
- Dinamização do mercado habitacional, apostando no mercado de arrendamento e noutras formas inovadoras de atratividade residencial.

Ameaças

- Forte polarização exercida pelas cidades de proximidade (Lisboa, Torres Novas, Santarém...) e forte utilização do transporte rodoviário individual;
- Problemáticas associadas à monoespecialização no setor dos couros e imagem do concelho restrita aos curtumes tanto a nível local como nacional;
- Falta de oferta profissional diversificada para atrair população jovem qualificada e risco de continuidade do despovoamento das freguesias rurais;
- Presença de potenciais focos de poluição, embora com esforços de mitigação e impactos, com destaque para o elevado risco de contaminação dos recursos hídricos, do solo e do ar pela indústria dos curtumes;
- Reduzida projeção das dimensões como o património ambiental e dos esforços de melhoria ambiental feitos nos últimos anos com efeitos visíveis.

3. Visão e estratégia para Alcanena 2025



3.1 Visão Alcanena 2025

Um concelho que ambiciona uma *identidade* mais afirmativa, que continua a valorizar o reconhecimento firmado nas indústrias do couro, que concretiza as oportunidades de diversificação económica e alcança protagonismo na excelência científico-ambiental, dando especial atenção:

- à tradição industrial e à afirmação de atividades emergentes, reforçando a atratividade empresarial, a inovação e a internacionalização;
- ao compromisso ambiental, nas vertentes natural, empresarial e social;
- à qualidade de vida como mote de atratividade residencial;
- às relações regionais como palco de crescimento e integração;
- ao equilíbrio urbano-rural, como condição de coesão territorial;
- à componente de investigação científica associada aos recursos endógenos.

A visão para Alcanena no horizonte 2025 sintetiza os valores **distintivos do concelho**, e é alicerçada em características únicas do ponto de vista económico, social e ambiental. Os **desafios de desenvolvimento estratégico de Alcanena** colocam-se a diversas dimensões e podem ser assim sistematizados:

- **Efetivação das vantagens de localização**, que é uma das mais-valias do concelho de Alcanena, traduzida numa vantagem competitividade relevante (proximidade a Lisboa e a outras cidades de média dimensão, acessibilidades A1/A23...);
- **Garantia da sustentabilidade demográfica** pela renovação populacional e reforço da atratividade residencial assente na qualidade de vida (modelo de vivência distintivo, dinamização do mercado de arrendamento, regeneração urbana e rural, funções urbanas...);
- **Consolidação de uma educação de excelência**, como argumento de atratividade residencial baseada em serviços de qualidade às famílias;
- **Promoção da melhoria do perfil habilitacional** da população residente, adequação da oferta formativa às especificidades empresariais do concelho e **afirmação como polo privilegiado de emprego** garantindo a atratividade laboral e empresarial;
- **Valorização do compromisso ambiental** em consolidação nas vertentes onde é aplicável (desenvolvimento urbano, indústria, sensibilização...);
- **Valorização do património natural**, do ponto de vista da preservação e da conservação económica, nomeadamente com aposta no turismo;
- **Otimização da rede social e da rede associativa local**, no âmbito das atuações e dos recursos, maximizando os efeitos ao nível da coesão e da inclusão social, cultural e recreativa;
- **Aprofundamento das indústrias do couro**, com extensão da cadeia de valor, introdução de subprodutos e reutilização de resíduos como forma de mitigação de impactos ambientais e incremento de valor económico do setor;
- **Renovação empresarial pela diversificação económica**, combatendo os efeitos da mono especialização (choques de contexto ou conjunturais).

A estratégia de desenvolvimento territorial de Alcanena visa operacionalizar a visão de futuro definida, que coloca em destaque **três princípios estratégicos** orientados para as dimensões de intervenção prioritária do concelho concertadas com as ambições de afirmação nacional e europeia, vertidas na estratégia Portugal 2020 na estratégia Europa 2020, no quadro da política de coesão assumida para o período de programação estrutural 2014-2020.

A governação, considerada de forma abrangente, é um desafio estratégico assumido nesta fase de planeamento e na posterior implementação, sendo considerado um fator crítico de sucesso para a concretização das orientações de desenvolvimento aqui apresentadas.

3.2 Estratégia de desenvolvimento territorial de Alcanena

A estratégia de desenvolvimento de Alcanena (Figura 26) é traçada com enfoque nos **elementos distintivos de Alcanena** e não perdendo de vista as **oportunidades emergentes** que se podem aqui formular e concretizar. A implementação dos pressupostos assumidos neste desenho estratégico com o horizonte de 2025, tem subjacentes as orientações previstas na estratégia Portugal 2020 e, assim, **contribuir para os objetivos nacionais e regionais** definidos, na medida das especificidades e potencialidades de Alcanena e assim avançar para outras áreas pertinentes para a afirmação do concelho.

A estratégia de desenvolvimento territorial de Alcanena assume a **continuidade das propostas da anterior fase de planeamento estratégico** sistematizadas em “Alcanena XXI – Orientações estratégicas e Programa Operacional” e procede à **atualização da orientação estratégica e das linhas de ação (LA)** de acordo com o novo contexto económico e social nacional e internacional.

A **identidade é o conceito central da estratégia de desenvolvimento de Alcanena**, que surge aplicada às dimensões económica, social e ambiental e enquanto o trunfo determinante na resposta aos desafios impostos em termos de competitividade empresarial, coesão social e sustentabilidade. De facto, a **identidade industrial** (empresas), a **identidade paisagística** (recursos naturais) e a **identidade social** (pessoas), constituem a tríade de aposta no desenvolvimento do concelho de Alcanena ao qual se associam vetores de aprofundamento e diferenciação, com o objetivo de adequação às novas realidades económicas, sociais e ambientais.

O **redescobrimto do valor identitário** é assim, o macro objetivo da estratégia de desenvolvimento de Alcanena, que se materializa em **três princípios estratégicos (PE)**, com uma operacionalização que exige uma **governança** dirigida por pressupostos de **responsabilidade ambiental e social** e equilíbrio entre **competitividade** e **coesão social**.

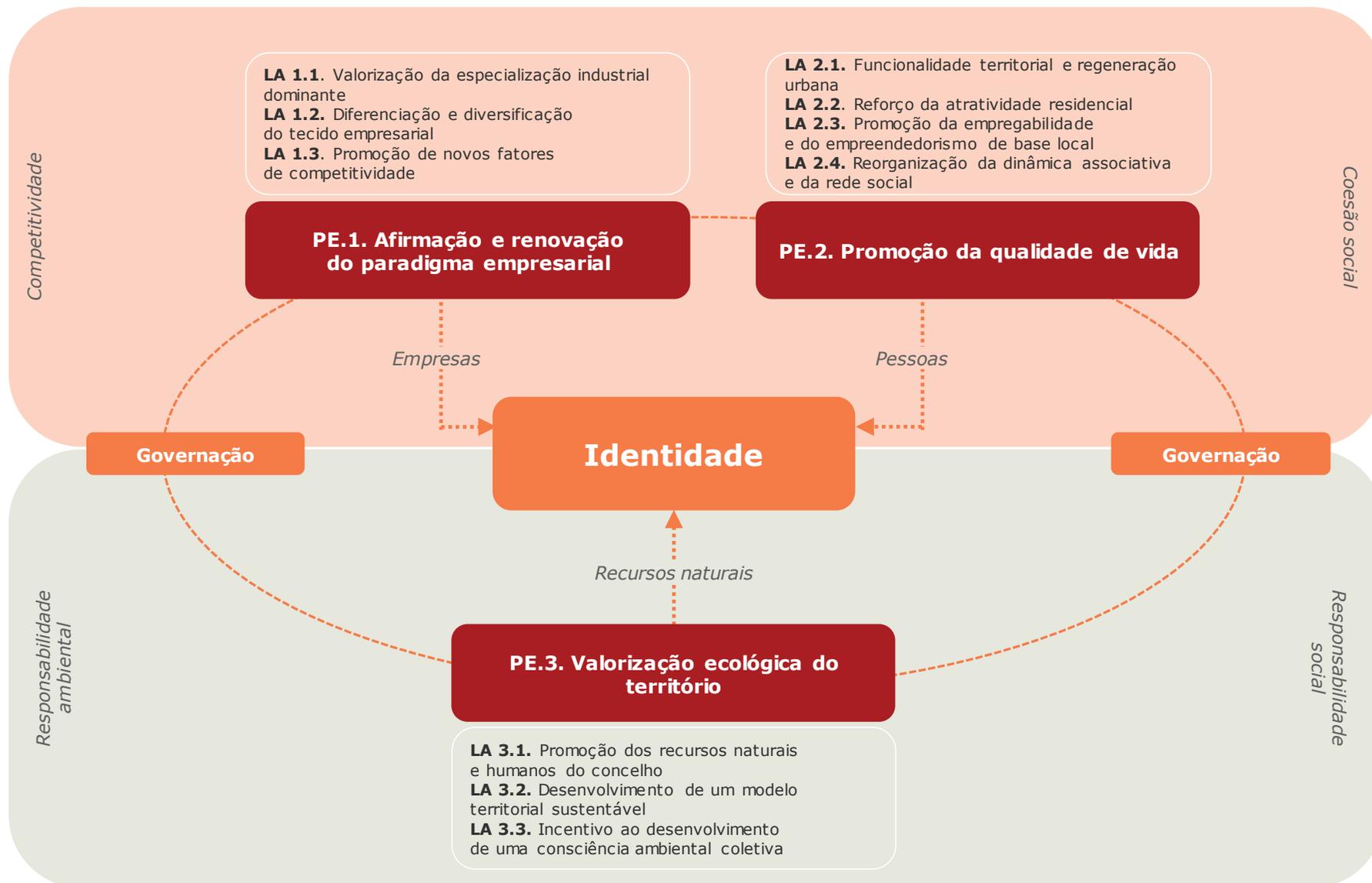
Os princípios estratégicos, assim designados na medida em que são orientadores e suscetíveis de ajuste no processo de implementação, decorrente do surgimento de novos desafios e de variáveis não atualmente ponderadas, sintetizam as **pretensões nas áreas prioritárias de intervenção** nesta etapa de planeamento estratégico e são apresentados do seguinte modo:

- **Princípio estratégico 1. Afirmação e renovação do paradigma empresarial (competitividade):** parte da identidade industrial de Alcanena, alicerçada de forma mais pragmática na indústria dos curtumes e na necessidade de aprofundamento do valor do setor e, preconiza a ambição de diversificação do tecido económico com impacto na criação de emprego e na atratividade residencial e empresarial;
- **Princípio estratégico 2. Promoção da qualidade de vida (coesão social):** atribui a prioridade às pessoas na estratégia, concedendo especial importância ao desenvolvimento socioeconómico e à preservação da identidade e autenticidade, onde a coesão social se destaca;
- **Princípio estratégico 3. Valorização ecológica do território (responsabilidade ambiental):** fundamenta-se na identidade patrimonial do concelho de Alcanena, traduzido por um lado, na promoção de uma crescente sensibilização ambiental da população e das empresas e o envolvimento de outras entidades relevantes e, por outro, na conservação da biodiversidade (da serra aos rios) e na sustentabilidade global do território.

Os princípios estratégicos estabelecem, entre si, uma **relação circular e de reforço mútuo**, que resulta numa estratégia eclética e sustentada nas dimensões da competitividade empresarial, da coesão social e da sustentabilidade ambiental.

A governação, por sua vez, é uma **condição necessária à plena apropriação e concretização das propostas estratégicas assumidas**, operacionalizada de forma multissetorial, multitemática e envolvendo os protagonistas dos mais diversos quadrantes da sociedade local, regional e nacional e com força anímica para levar avante as orientações que aqui se estipulam.

Figura 26. Princípios estratégicos e linhas de ação da estratégia Alcanena 2025



3.2.1 Princípio estratégico 1. Afirmção e renovação do paradigma empresarial

A **afirmação e renovação do paradigma empresarial** é um princípio estratégico de redobrada importância para Alcanena, especialmente perante os desafios que se colocam na dimensão do desenvolvimento económico, nomeadamente na dimensão industrial (Figura 27).

O diagnóstico das dinâmicas empresariais de Alcanena e o seu papel no eixo industrial da região justificam, por si, a pertinência da construção de uma orientação estratégica específica para o setor empresarial. A especialização produtiva atual de Alcanena encontra-se bem delimitada e **reconhecidamente alicerçada nas indústrias do couro e também na indústria têxtil**, concentrando *know-how* e uma elevada relevância nacional e internacional. Noutra perspetiva, a economia local encontra-se sujeita às problemáticas decorrentes da concentração empresarial num número reduzido de setores, facto que não pode ser renegado, dado o risco associado a choques conjunturais ou estruturais conducentes à recessão das atividades económicas predominantes ou de reorientações dos focos de investimento, pela mudança de fatores competitivos das indústrias instaladas, conducentes a deslocalizações e a crises de emprego.

A **preservação da identidade económica de Alcanena** é uma prioridade firmada, sustentada nas particularidades do tecido empresarial deste território, assim como na criação de condições para a implementação de iniciativas económicas com potencial de crescimento no concelho.

O objetivo geral do princípio estratégico 1. afirmação e renovação do paradigma empresarial é o de **promover a excelência empresarial**, com o aprofundamento da cadeia de valor das indústrias do couro e a **diversificação económica** em áreas com potencial de afirmação. Esta ambição assenta em dois pilares essenciais à concretização dos compromissos estratégicos considerados, que são: a consolidação do atual perfil industrial por via da

modernização e extensão das opções produtivas e a diversificação económica no sentido de novas opções com fortes possibilidades de desenvolvimento ou complementares à estrutura económica dominante zelando, para tal, pela afinação dos fatores de competitividade e de internacionalização dos setores a acarinhar. Assim, tratando-se de uma estratégia de médio-longo prazo, este princípio estratégico, para além de determinar a **conveniência da dinamização dos setores enraizados**, torna irrefutável a **importância da diversificação** para atividades com potencial, corroborando-se as conclusões retiradas nos anteriores planos estratégicos de Alcanena². É uma orientação estratégica que preconiza a revitalização e redescobrimto económico assente em três linhas de ação:

- **LA 1.1. Valorização da especialização industrial dominante:** ponto de partida para a sustentação económica do concelho de Alcanena, ação que pressupõe a solidificação de setores de atividade económica historicamente instituídos e, para os quais, as vantagens comparativas são indiscutíveis, mas com áreas de aperfeiçoamento a ter em conta (inovação nos produtos e processos; diversidade do produto final; sustentabilidade ambiental, entre outras dimensões);
- **LA 1.2. Diferenciação e diversificação do tecido empresarial:** numa visão de longo alcance, a abertura a novas áreas produtivas revela-se como um aspeto essencial quando se pretende garantir a sustentabilidade económica do tecido empresarial de Alcanena, atualmente monoespecializado e pouco diverso do ponto de vista das fontes de geração de riqueza e do perfil de emprego procurado;
- **LA 1.3. Promoção de novos fatores de competitividade:** tem inerente a atuação sobre as condições de suporte e de fomento de plataformas de cooperação interempresarial, em complemento às vantagens de localização empresarial atuais (posição geográfica estratégica, acessibilidades, recursos endógenos, entre outros) e para a manutenção das unidades industriais instaladas, permitindo o reforço do tecido empresarial local e a efetiva renovação do modelo económico até agora prevalecente.

² GRAD, Plano Estratégico de Alcanena”, 1997, p. 69 e “Alcanena XXI – Orientações estratégicas e Programa Operacional”.

Figura 27. Modelo de afirmação e renovação do paradigma empresarial



Linha de ação 1.1. Valorização da especialização industrial dominante

O modelo económico de Alcanena caracteriza-se por uma **forte concentração setorial principalmente nas indústrias do couro, mas também na indústria têxtil**, atividades que evidenciam dinâmicas diferenciadas, onde a *performance* é mais positiva para este último como observado em sede de diagnóstico prospetivo.

A estratégia de afirmação e desenvolvimento territorial de Alcanena aposta na **identidade como elemento a relevar a afirmação futura do concelho que na perspetiva empresarial** passa pelo obrigatório compromisso de providenciar as condições para garantir a continuidade dos setores dominantes e que são imagem de marca do concelho.

O perfil produtivo do concelho de Alcanena revela as **vantagens da especialização em setores específicos**, que permite concluir acerca do elevado *know-how* acumulado ao longo dos anos e o equivalente desenvolvimento de soluções por parte do tecido industrial que permitiu a aprofundamento dos *clusters* aqui instalados. A **forte tradição industrial de Alcanena** justifica a resistência do concelho ao fenómeno do desemprego que, embora tenha aumentado, tem-se sustentado e tido contornos menos gravosos face ao verificado na realidade regional e nacional. Esta relevância em termos de emprego e geração de riqueza implica conceder especial atenção às atividades económicas aqui dominantes e nas quais é possível adicionar mais valor e atribuir maior visibilidade.

No caso dos têxteis, o grande desafio é o de **revitalização industrial**, uma vez que se tem verificado, nos últimos anos, um declínio não negligenciável traduzido, especialmente, na destruição de emprego. Este processo passará, necessariamente, pela **captação de novos investimentos sob argumentos da tradição e da cultura empresarial** presente no concelho e associadas ao setor, com destaque para a freguesia de Minde. Por outro lado, denota-se **uma importante pujança e dinamismo no setor dos couros**, que tem funcionado como um determinante motor do desenvolvimento económico de Alcanena, no qual se apraz estimular uma fase de renovação dos fatores de competitividade intrínsecos ao sucesso desta indústria, desde a inovação, à comercialização e à divulgação.

Prosseguir o processo de **reposicionamento na economia internacional** – aprofundar a orientação exportadora e as redes de cooperação internacional – **responder às necessidades de expansão das unidades industriais** instaladas e às solicitações de novas empresas para este setor – atual constrangimento – assim como adotar uma **definitiva aposta de melhoria dos desempenhos ambientais**, são pressupostos a ter em consideração na promoção do crescimento desta atividade económica e a **criação de um verdadeiro cluster da pele**. Nestes termos, esta linha de ação tem por base um conjunto de objetivos que têm subjacentes as pretensões relativas:

- à **consolidação das capacidades instaladas**, pela preservação das boas práticas e maximização dos fatores de atratividade que serviram de base à fixação de empresas, sejam infraestruturais (acessibilidades, posição geoestratégica...); naturais (água...) ou de *clusterização* (presença de um número significativo de empresas e ligação ao eixo industrial do Médio Tejo...) ou imateriais (ecossistema institucional, recursos humanos, ambiente empresarial...). Acresce a melhoria da imagem das indústrias dominantes, com destaque para os couros, conotados por uma perceção negativa devido aos problemas ambientais associados, que têm sido fortemente mitigados com os avanços em termos de responsabilidade ambiental e por novos modelos de trabalho e de produção;
- ao **aprofundamento das vocações produtivas estabelecidas**, apostando na extensão da cadeia de valor, extravasando a fase de preparação da matéria-prima (nos couros), apostando no desenvolvimento de novos produtos e soluções, continuando a promover a integração nas dinâmicas da internacionalização e instituindo uma rede de parcerias com entidades locais e regionais de investigação e desenvolvimento (CTIC, IPL, IPS e IPT...). Este aprofundamento passa também por adicionar valor à atividade, por exemplo, reduzindo os desperdícios, questão que se coloca de forma particular nas indústrias do couro referindo a utilização dos subprodutos e a exploração do seu potencial energético (Caixa 1), reforçando sinergias com outros setores, desde o vestuário, ao calçado, ao mobiliário, ao *design* e a outras atividades que utilizem o couro e descobrindo novas formas de comercialização e de alcance e cativação dos mercados, reforçando o que hoje já é uma realidade.

Caixa 10. Valorização dos resíduos/subprodutos das indústrias do couro em Portugal

O potencial de **valorização dos resíduos das indústrias do couro em Portugal** encontra-se relativamente inexplorado, existindo um conjunto de oportunidades associadas ao aproveitamento dos subprodutos e dos resíduos do setor. Cerca de 20 a 25% do couro em bruto chega a produto final, enquanto o restante revela utilizações indiretas de elevado valor acrescentado, mas que exigem um importante esforço de investimento e de certificação para o respetivo avanço.

De facto, um dos mais relevantes pontos problemáticos da indústria dos curtumes é a **elevada quantidade de resíduos sólidos, líquidos e gasosos** que são produzidos, para além do **uso intensivo de água, energia e de produtos químicos** (sal comum, soda cáustica, ácidos, cromo, solventes, corantes, óleos e resinas...). Igualmente importante são os problemas associados aos cheiros decorrentes da atividade corrente destas indústrias, cuja mitigação implica um **investimento significativo em sistemas de filtragem e controle de odores**. Para além disso, é de referir que a eliminação, sem o correto tratamento dos resíduos, contaminam os rios e solos do território onde a indústria está instalada.

Relativamente a esta temática, está disponível legislação que classifica os tipos de resíduos e as regras a aplicar no respetivo aproveitamento e transformação.

A **nível comunitário destaca-se** o regulamento (UE) n.º 294/2013 da Comissão, de 14 de março de 2013, que altera e corrige o Regulamento (UE) n.º 142/2011, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano.

A **nível nacional** tem-se como referência o LER - Portaria n.º 209/2004, que apresenta uma listagem de resíduos harmonizados de acordo com o *normativo vigente em matéria de identificação e classificação de resíduos, ao mesmo tempo que visa facilitar um perfeito conhecimento pelos agentes económicos do regime jurídico a que estão sujeitas as regras a que fica tutelada a gestão de resíduos*

no território nacional, que no âmbito específico dos resíduos apresentam a seguinte classificação:

04 Resíduos da indústria do couro e produtos de couro e da indústria têxtil

04 01 Resíduos das indústrias do couro e produtos de couro

04 01 01 Resíduos das operações de descarna e divisão de tripa

04 01 02 Resíduos da operação de calagem

04 01 03 Resíduos de desengorduramento contendo solventes sem fase aquosa

04 01 04 Licores de curtimenta contendo crómio

04 01 05 Licores de curtimenta sem crómio

04 01 06 Lamas, em especial do tratamento local de efluentes, contendo crómio

04 01 07 Lamas, em especial do tratamento local de efluentes, sem crómio.

04 01 08 Resíduos de pele curtida (aparas azuis, surragem, poeiras) contendo crómio

04 01 09 Resíduos da confeção e acabamentos

04 01 99 Outros resíduos não anteriormente especificados

Os resíduos das indústrias do couro podem ainda ser classificados nas seguintes tipologias:

- **Resíduos não curtidos:** onde é possível encontrar elevadas concentrações de gorduras, proteínas, sais minerais, sulfuretos e água, tendo um caráter biodegradável e elevado potencial de valorização (aparas de pele em bruto; pêlo e lâ; carnaças em tripa; aparas de pele em tripa; crutes em tripa...);
- **Resíduos curtidos:** que contêm água, proteínas e substâncias curtientes, podendo ter ou não caráter biodegradável, onde é possível inverter o processo (ex: hidrólise), onde se incluem os resíduos de curtimenta vegetal ou alternativa ao crómio (raspas *wet-white*, recortes, pó da lixagem); os resíduos curtidos com crómio (raspas azuis, recortes, pó da lixagem); os resíduos de acabamento...).

É possível elencar um conjunto alargado de aproveitamento dos resíduos associados às indústrias do couro, a maioria ainda não aplicada em Portugal e que corresponde a um vasto leque de utilizações de um desperdício que na realidade tem valor económico que se devidamente conciliado e aprofundado em termos de escala se revela rentável.

Potencial de valorização dos resíduos/subprodutos

Resíduos/Subprodutos	Aproveitamento/Destinos possíveis
Pêlos	Material de enchimento/Pincéis/Fertilizantes <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Aparas frescas, salgadas, caleadas, após caleiro, camadas retiradas da divisão (raspas) e carnaças	Gelatina e/ou cola <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Camadas retiradas da divisão, após caleiro (raspas)	Revestimento de enchidos/salsichas <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Aparas frescas e carnaças	Recuperação de gordura <i>(em uso, em Portugal)</i> Recuperação energética <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Pêlos, aparas frescas e caleadas, carnaças, camadas retiradas da divisão (raspas) e material curtido (aparas curtidas e pós de rebaixamento)	Proteína hidrolisada (uso por terceiros ou para reciclagem interna – “enchimento” da pele curtida, no recurtume – dependendo do resíduo e do processo de obtenção) <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Aparas e camadas retiradas da divisão (raspas), após caleiro	Colagénio/“Dog-toys”/Alimentos para animais de estimação <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Carnaças (pré-descarna e descarna), raspas (verdes, caleadas), gorduras e óleos, material de gradeamento dos efluentes	Compostagem ou digestão anaeróbia <i>(em uso, em Portugal)</i>
Gorduras	Tratamento térmico (aproveitamento energético de resíduos) <i>(em uso, em Portugal)</i>
Camada retirada na divisão, após caleiro/depilação ou após curtimenta	Produção de pele acabada de segunda linha – croute <i>(em uso, em Portugal)</i>
Resíduos curtidos em geral – pós de rebaixamento e lixagem, aparas, etc.	Produção de aglomerados ou prensados (paredes divisórias, isolante térmico e acústico) <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Pó e farelo do rebaixamento	Solas e palmilhas para calçados <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Aparas/pedaços de pele curtida, pós de rebaixamento e lixagem prensada	Pequenos artigos de pele curtida <i>(em uso, em Portugal)</i>
Pó de lixagem	Fabrico de cartão/Carga para indústria de cimento <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Lamas / precipitados / filtrados com alto teor de crómio, pó de rebaixamento, aparas curtidas	Crómio para curtume/recurtume <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Resíduos curtidos	Tratamento térmico (aproveitamento energético de resíduos) <i>(em uso, mas não em Portugal)</i>
Sobras de tintas e solventes	Novas formulações de tintas para acabamento <i>(em uso, em Portugal)</i>

Fonte: CTIC – Seminário “Gestão Energética e Valorização de Resíduos – Valorização de Resíduos de Curtumes”

Linha de ação 1.2. Diferenciação e diversificação do tecido empresarial

A linha de ação de diferenciação e diversificação do tecido empresarial, parte do reconhecimento das vantagens de **adicionar novas atividades económicas no tecido económico de Alcanena**. Para além de vantajoso do ponto de vista da diversificação das áreas e negócios possíveis de serem desenvolvidas neste território, trata-se, simultaneamente, de reduzir os riscos que estão intrinsecamente associados a um modelo económico polarizado por um número reduzido de setores de atividades económica.

A aposta no setor industrial é uma opção natural, tendo em conta o historial económico de Alcanena que se caracteriza por uma tradição industrial relevante no contexto nacional, assente num ecossistema com níveis de maturidade acima da média. Posto isto, o desenvolvimento das indústrias dos couros e dos têxteis são prioridades assumidas, mas preconiza-se que nesta nova etapa de investimento estratégico, se coloque também o enfoque na diversificação da base económica do concelho.

O objetivo subjacente a esta linha de ação é a de **promover o rejuvenescimento empresarial**, atraindo novos setores e investimentos produtivos com capacidade de alavancagem, alguns complementares à base económica instalada e outros bastante distintos, mas com forte aderência às particularidades empresariais do concelho, desde a indústria, aos serviços de suporte. **A diferenciação e a diversificação são vistas como instrumentos de revitalização económica** e peças centrais na fundação de um paradigma económico renovado e comprometido com o desenvolvimento sustentável e coeso, baseado na otimização de fatores competitivos em áreas de especialização atuais e potenciais.

Por outro lado, a **diversificação é considerada uma alavanca de desenvolvimento duradouro**, especialmente se for acompanhada por um reforço da rede de cooperação dos agentes atuantes no concelho e com integração nas pretensões empresariais regionais e nacionais.

O **modelo de diversificação da base económica** proposto segue de perto as opções setoriais desenhadas no plano estratégico “Alcanena XXI – Orientações estratégicas e Programa Operacional” (2008), validando um conjunto de setores cujo potencial encaixe na estrutura produtiva de Alcanena é promissor.

Para além da diversificação a **complementaridade e cooperação interempresarial** estão presentes nesta nova fase de desenvolvimento económico de Alcanena, materializado em economias de escala derivado do aumento da eficiência na produção, economias de gama com o fomento de eficiências na distribuição e no *marketing* e maior valor acrescentado pela partilha de conhecimento e inovação nos mais diversos níveis.

Nesta linha de ação identificam-se os **setores de atividade económica que se encontram na primeira linha de opções de diversificação económica** do território que, obviamente, não esgotam as possibilidades de investimento setorial, mas que devem ser vistos como os que aderem de forma harmoniosa à realidade atual de Alcanena e às tendências que aqui são verificadas, tais como o comércio e serviços, a logística, a floresta, agricultura e produtos endógenos, as energias renováveis e a eficiência energética e o turismo.

Comércio e serviços

O destaque concedido ao comércio e aos serviços no processo de diversificação económica de Alcanena prende-se com a dimensão não somente empresarial como também residencial. A **qualificação do comércio e a expansão da oferta de serviços** às empresas e às famílias é um pressuposto relevante quando se tem como objetivo reforçar a atratividade para a realização de negócios e inverter tendências regressivas do ponto de vista demográfico.

No que diz respeito especificamente ao comércio, a sua importância relaciona-se com o **poder de dinamização económica e social que tem nos centros urbanos**. Atualmente, o comércio a retalho em Alcanena enfrenta a forte concorrência das grandes superfícies localizadas nas proximidades, ressaltando-se a necessidade de qualificação comercial, em sentido lato, a promoção da restauração e da hotelaria. O **novo interesse pelo comércio de proximidade** marca as modalidades de consumo modernas, onde se observa

uma particular atenção à projeção da identidade dos territórios, por exemplo, por via da comercialização de produtos tradicionais.

A **oferta de serviços de qualidade à população e às empresas** é outro fator relevante no processo de revitalização da economia local. No caso das famílias, a **garantia de acesso a serviços de qualidade**, de natureza pública ou privada, que garantam a coesão social e uma vivência social distintiva, é um traço de atratividade a ter em consideração. No caso das empresas, a **proximidade de serviços empresariais inovadores** é um elemento de atratividade, ajustando-os às especificidades dos atuais e futuros empresários de Alcanena e promovendo vantagens de fixação promotoras da concretização das opções económicas futuras.

Inerentes a estas ambições está a realização de um **plano de qualificação do comércio e de promoção do empreendedorismo** articulado com a **regeneração urbana**, que surgem como estímulo de base ao desenvolvimento do comércio e serviços.

Logística

A pertinência da **constituição de um sistema logístico em Alcanena** prende-se com as vantagens sobejamente referidas, associadas ao posicionamento geoestratégico decorrente da centralidade e da proximidade a acessibilidades estruturantes (A1/A23) no contexto regional e nacional. Este projeto assume uma natureza regional, uma vez que a **constituição de uma rede logística competitiva pressupõe a articulação entre territórios com semelhante apetência**, facto que marca a região de inserção. A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Médio Tejo reconhece a centralidade de localização e acessibilidade da região “decorrente do cruzamento de importantes eixos viários (A1-A23-A13-IC8) e ferroviários, confere-lhe um papel importante na afirmação de uma zona privilegiada para a atividade logística e de grande distribuição, que tem vindo a ser alvo de manifestações espontâneas de interesse de fixação empresarial, e que, como tal, confere justificação particular à concretização do projeto Porta Norte e Porta Ferroviária da Grande Região de Lisboa, enquanto projeto estruturante na dinamização de atividades económicas, com complemento necessário na concretização do IC9 e da travessia do Tejo”.

A centralidade logística do Médio Tejo apresenta forte potencial de afirmação, se estruturada no eixo Alcanena-Torres Novas-Entroncamento, contribuindo para a concretização do projeto regional “Porta Norte da Região de Polarização de Lisboa”³.

A **consolidação do parque/polo logístico junto à A1** é um investimento que trará retorno ao concelho e à região, não esquecendo, contudo que o posicionamento geográfico, por si, não é condição de sucesso para o projeto logístico, ao que se deve acrescentar a diferenciação, a devida infraestruturização e a acoplação dos serviços que marcam a diferença face a outras opções. A plataforma logística de Alcanena plasma a vocação do concelho, que tem beneficiado do investimento da grande distribuição.

Floresta, agricultura e produtos endógenos

A fileira da floresta pode ser perspectivada de diferentes prismas, tendo em conta a sua **utilização multifuncional**, abarcando a dimensão da exploração económica tendo em conta as oportunidades agroflorestais, turísticas e energéticas (biomassa) e, da preservação e conservação da biodiversidade e gestão de riscos. A floresta é por isso, um espaço complexo e com vários nichos de exploração e também, um foco de preocupação por parte das entidades responsáveis pela respetiva gestão e planeamento, entrando-se numa fase decisiva no que diz respeito ao seu reordenamento e salvaguarda.

Por sua vez, o **setor agrícola em Alcanena é predominantemente de subsistência** não sendo, por isso, um aspeto marcante da atividade económica do concelho. Ainda assim, é deste setor que advêm alguns dos produtos tradicionais mais distintivos, tais como são a carne, o azeite, o mel ou o queijo. A **valorização dos produtos tradicionais** está assim, entre um dos aspetos mais distintivos associados ao setor primário e que são um traço identitário a engrandecer neste concelho.

O **empreendedorismo de base local** relacionado com a promoção e divulgação de produtos locais é também uma janela de oportunidade para a criação de emprego e de riqueza, assim como a continuação de eventos que

coloquem em destaque os recursos endógenos, como é o caso do “Festival Gastronómico da Cachola e da Morcela” e do “Festival do Azeite e das Ervas Aromáticas”.

Este tema, dada a sua relação com a preservação da biodiversidade e ecologia será mais aprofundado no princípio estratégico relativo à sustentabilidade ambiental.

Energias renováveis e eficiência energética

A **utilização eficiente dos recursos** é um dos objetivos mais proeminentes da estratégia Europa 2020 e do Portugal 2020 e, consequentemente, do Centro 2020 e da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Médio Tejo 2020.

Neste contexto, a **promoção de energias renováveis e da eficiência energética** surgem como objetivos de alcance obrigatório e que se colocam com especial interesse numa “região onde as energias renováveis surgem como trunfo no contributo para a melhoria da eficiência energética da região Centro e para a produção de energia através de fontes renováveis³”. No Médio Tejo, a energia e a eficiência energética é uma das áreas que tem sido alvo de tratamento supramunicipal, onde a Agência Médio Tejo 21, que constitui a entidade de referência para as questões da produção (com a Plataforma Tejo) e da eficiência energética (com o projeto *SmartTejo*), tem assumido um papel relevante. A **aposta em energias renováveis**, é um declarado desígnio do Médio Tejo e do concelho de Alcanena diante as potencialidades que são oferecidas, nomeadamente, nos seguintes domínios:

- **energia solar:** aproveitamento da longa exposição solar que caracteriza Portugal. Trata-se de uma fonte de energia renovável com bastante potencial em território nacional e no qual se têm realizado significativos investimentos e para o qual existe tecnologia bastante sofisticada. As aplicações têm sido as mais diversas, nomeadamente, edifícios, equipamentos e indústria.
- **energia eólica:** fonte renovável em crescendo em Portugal e com elevada rentabilidade. A produção de energia eólica tem crescido de forma

³ Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo.

significativa nos últimos anos tendo, contudo, desvantagens associadas ao impacto na paisagem, que no caso de Alcanena se coloca de forma mais evidente, se esses espaços coincidirem com o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, mas que atualmente existem noutros locais.

- **Biogás e biomassa:** expoente deste potencial foi o projeto de Valorização Energética dos Resíduos da Indústria de Curtumes (VERICA), promovido pelo CTIC, que permite a transformação de raspas verdes, das lamas biológicas da ETAR de Alcanena e de outros resíduos (matadouros, pecuária, agroalimentares (lagares de azeite, vitivinícola e outras)) em energia. Esta solução apresenta a mais-valia de permitir a valorização económica e energética de resíduos/subprodutos, onde se incluem os oriundos da floresta.

Alcanena tem a oportunidades de ser um concelho piloto no desenvolvimento e aplicação de soluções energéticas, com claros benefícios ambientais.

Turismo

O **turismo é um dos setores de atividade económica com maior crescimento** nos últimos anos, primeiramente concentrado nos principais polos turísticos nacionais, mas agora tendendo a disseminar-se por outros focos de interesse complementar. O concelho de Alcanena revela algumas **oportunidades para a estruturação de um produto turístico** diferenciado, assente no turismo de natureza, ecoturismo, turismo no espaço rural, turismo religioso (em articulação com Fátima), turismo de desporto e de aventura. Estas correntes turísticas estão entrosadas com a valorização da identidade do concelho de Alcanena e alicerçadas no valioso património natural e construído, etnográfico e paisagístico do concelho. A **qualificação da oferta turística**, especialmente em espaço rural e na proximidade das Serras de Aire e Candeeiros, são um aspeto relevante na melhoria do mercado turístico e captação e fluxos, fixando os turistas em maior quantidade e o máximo dias possível, com o apoio de operadores, de uma rede de roteiros e de uma sinalética adequada. A capacitação e o *marketing* são também cruciais, uma vez que a aptidão turística de Alcanena ainda não é muito visível.

Linha de ação 1.3. Promoção de novos fatores de competitividade

A **competitividade, a inovação e a apropriação de conhecimento** são elementos determinantes nos processos de desenvolvimento territorial e identificados, no âmbito do diagnóstico prospetivo, como áreas cruciais de intervenção no concelho de Alcanena.

A linha de ação relativa à promoção de novos fatores de competitividade assume-se assim, como um **instrumento de desbloqueio da modernização do tecido empresarial de Alcanena**, tendo em conta a evolução dos setores que marcam o perfil produtivo atual do concelho, mas também das novas atividades que surgem como oportunidades inequívocas dadas as características distintivas deste território, assim como as tendências económicas internacionais.

A exploração destes novos fatores de competitividade é tida como crucial no **cumprimento dos compromissos de implementação de um novo paradigma empresarial em Alcanena**, beneficiando as atividades económicas instituídas, apoiando a subida para patamares de maior valor acrescentado, mas, simultaneamente, funcionando como atrativo para novas iniciativas empresariais dos mais diversos setores de atividade, respeitando as vocações e potencialidades desde já visíveis.

Subjacente a esta diretriz estão os novos desafios impostos pela **relevância da integração nas lógicas globais e a atenção a áreas de maior complexidade**, envolvendo um maior número de variáveis, o que concede especial protagonismo a dimensões multidisciplinares destacando-se a inovação e o conhecimento; a qualificação do capital humano; a cooperação económica-institucional e o fomento da atratividade empresarial e de condições de suporte e cooperação económico-institucional.

Inovação e conhecimento

A **inovação e o conhecimento são aspetos centrais na pretensão de dinamização empresarial**, incorporado nos processos produtivos, nos produtos e nas estratégias de comercialização e de divulgação dos mesmos, sendo relevante tanto no avanço da cadeia de valor como no desenvolvimento de novas atividades económicas.

As entidades locais e nacionais de investigação e desenvolvimento em articulação com as instituições de ensino superior de proximidade (IPT, IPL e IPS) são determinantes na **construção de uma plataforma concelhia de desenvolvimento e inovação empresarial**. Esta ligação permite estabelecer o vínculo entre as instituições que produzem inovação e conhecimento e as empresas, os seus principais utilizadores, que por sua vez, personalizam internamente as aplicações desenvolvidas. Esta articulação é marcante no âmbito dos níveis de competitividade que se pretendem alcançar que se estende à **viabilização de novos produtos e serviços** adequados às especificidades locais e à **criação de condições e eventos diferenciadores** com capacidade de atração de públicos/investidores.

Qualificação do capital humano

A **qualificação do capital humano** é um desafio assumido no tecido empresarial do concelho de Alcanena e de especial importância, tendo em conta o grau de especialização necessária para uma participação adequada em indústrias tão particulares e, como tal, com necessidades muito próprias e os baixos níveis de escolaridade evidentes na estrutura de habilitações da população residente. Nestes termos, a **identificação das áreas de qualificação prioritária dos recursos humanos**, tendo em conta a especialização produtiva atual e potencial do concelho, é um projeto a ter em conta e que deve ser conciliado à escala intermunicipal. A problemática do capital humano é atualmente considerada com particular acuidade dado os impactos que a respetiva qualidade detém sobre a produtividade e, consequentemente, sobre o desempenho das empresas.

Atualmente, o concelho de Alcanena é um **importante polo de emprego no contexto da região de inserção**, o Médio Tejo, justificado pela incidência industrial da sua vocação produtiva, o que revela alguma atratividade laboral. A **criação de um ambiente propício à empregabilidade** é uma medida contribuidora para a sustentação de emprego, obtida por diversas vias, nomeadamente, pela promoção do autoemprego e do empreendedorismo de base local, pela formação profissional de desempregados, pela realização de estágios profissionais e pela reconversão profissional.

Neste âmbito, é importante a negociação de planos de estudos que incluam **cursos profissionais compatíveis com o interesse das empresas instaladas** ou com o eventual perfil de fixação em Alcanena, assim como com as entidades de ensino superior, chamando a atenção para a iniciativa recente do IPT para a abertura do curso Técnico Superior Profissional em Arte e Técnica do Couro.

Assim, a **formação e requalificação dos recursos humanos é decisiva** e pode ser obtida em articulação com o reforço da atratividade residencial, num contexto em que o concelho de Alcanena pretende inverter a incapacidade de fixação populacional. A **recuperação da vivência urbana**, do **fornecimento de serviços de qualidade** às famílias (e às empresas), a **oferta de habitação de qualidade** (dando especial atenção à dinamização do mercado de arrendamento e à reabilitação urbana) e a **melhoria do sistema de transportes públicos**, são ferramentas eficazes do ponto de vista do reforço da atratividade residencial, com impacto na qualidade de vida da população residente e motes de atração de novos residentes.

Atratividade empresarial e condições de suporte

A atratividade empresarial e as boas condições de suporte são elementos determinantes aquando da avaliação das opções de **localização empresarial/industrial**. Alcanena apresenta uma forte densidade de empresas de setores bem delimitados e com necessidades muito específicas, estando aqui instituído um *cluster* que ainda requer um investimento de otimização. Por outro lado, como já referido, a diversificação económica é uma prioridade a não menosprezar, o que pressupõe a atração de novas empresas associadas a atividades complementares (mais adiante na cadeia de valor) ou outras iniciativas empresariais relativamente distintas das predominantes.

O **reforço da atratividade empresarial e a promoção de condições de suporte em Alcanena** passa, necessariamente pelo (re)ordenamento das áreas industriais que, historicamente, foram crescendo em torno da malha urbana, ou noutras locais dispersos pelo concelho, implicando hoje, uma **(re)organização da oferta de espaços de acolhimento empresarial**.

A **requalificação das áreas de acolhimento empresarial/zonas industriais** de Alcanena é uma ação a ter em consideração e que pode resultar de uma ação concertada entre os atuais “residentes” nestes espaços, as opções de financiamento comunitário e privado e, a continuação do esforço municipal que tem sido realizado em certos espaços com objetivos específicos. A sistematização da oferta de solo industrializável e a sua infraestruturização são também preocupações a acautelar nesta fase de planeamento estratégico, tendo-se a possibilidade de optar pela requalificação das zonas industriais existentes, das áreas industrializadas que foram surgindo de forma espontânea, de forma mais concentrada ou mais dispersa.

Aqui está inerente a importância de **disponibilizar espaços atrativos** e adequados às exigências dos novos investimentos e de resolver as limitações de crescimento físico das empresas, encontrando-se soluções de instalação e de expansão das unidades industriais presentes. Por outro lado, para além da disponibilização, reconhece-se a redobrada importância da **facilitação do acolhimento** do ponto de vista da simplificação dos processos de aprovação de novas unidades empresariais e a implementação de uma lógica de negócios que incorpore as valências que estas infraestruturas implicam.

A **captação de empresas âncora** é um passo importante na descolagem empresarial de Alcanena, tanto no sentido do aprofundamento da especialização industrial predominante, mas também da diversificação. Estas empresas arrastam outras que dependem delas, o que implica uma ação conjunta na realização de diligências, entre as quais, contactos e incentivos no sentido de garantir que ali se vão instalar.

Alcanena deverá ainda fazer-se valer do posicionamento geoestratégico, enquanto argumento de **promoção de uma imagem de vantagem de localização empresarial**, potenciado em articulação com o concelho de Torres Novas, com o qual já partilha o enquadramento do eixo industrial da região do Médio Tejo. O nó da A23/A1, a proximidade ao litoral, a ligação ao interior/Espanha/Europa, a proximidade de vias ferroviárias (Entroncamento) e o manancial de relações a estabelecer com a AML são fortes motivos de atratividade que devem ser aproveitados. Para além disto, a melhoria das acessibilidades internas e a **maximização da eficiência das acessibilidades**

externas (intermodalidade, sistema logístico integrado, melhoria das ligações aos eixos rodoviários principais...) são aspetos a ter em consideração nesta dimensão.

A aptidão logística que daqui resulta e que tem despertado o interesse de empresas de transportes, atualmente focada na envolvente da A1/A23 é um trunfo a ser explorado, atraindo grandes grupos do setor da logística e, conseqüentemente, criando postos de trabalho e atraindo outros serviços, nomeadamente comerciais e de suporte às atividades logísticas necessárias para dar resposta ao desenvolvimento e crescimento pretendido.

A diferenciação permitida por esta localização privilegiada pode ainda ser aprimorada pela **inclusão de infraestruturas que possibilitem a facilidade no acesso às tecnologias de comunicação** e que permitam o **desenvolvimento de empresas tecnológicas**, entre outras, garantindo a visibilidade das condições de crescimento distintivas a nível regional e nacional. A atratividade empresarial e a promoção das condições de suporte são, por isso, promotores da diversificação empresarial/industrial, que no caso de Alcanena é distintivo dados os **argumentos de localização que são difíceis de igualar**.

A **criação de um ambiente de inovação e de empreendedorismo atrativo** e com resultados é, neste contexto, um condimento relevante, que engloba o sistema regional já constituído e a utilização de espaços vagos para a constituição de incubadoras e aceleradoras de projetos, tal como a recentemente constituído Centro de Acolhimento de Iniciativa Empresarial de Alcanena e o Sítio do Empreendedor – Programa de Apoio à Criação de Empresas instalado no Pavilhão Multiusos.

Cooperação económico-institucional

A **cooperação económico-institucional é um aspeto marcante das sociedades modernas** e um motor de desenvolvimento de visível eficiência, quando implementada de forma coerente.

A **capacidade de cooperar é uma das áreas identificadas como importantes para a afirmação de Alcanena**, não somente a nível empresarial, mas como noutras dimensões com papel de destaque para o

desenvolvimento territorial (social, cultural, ambiental...). Subjacente está o que no anterior plano estratégico de Alcanena se designou por **espírito estratégico** que encontra eco no “reforço do diálogo e da cooperação económico-institucional com o exterior (leia-se outros municípios e outras sub-regiões), enquanto medida que procure fomentar o surgimento de sinergias entre agentes económicos, entre autarquias e entre agentes económicos e autarquias com o intuito da promoção de estratégias potenciadoras do desenvolvimento local e regional.”⁴

A este nível, os atores locais têm dado provas no âmbito das **sinergias e redes de cooperação estabelecidas nas indústrias dos couros**, onde a representação institucional (APIC e a Câmara Municipal de Alcanena), tecnológica (CTIC) e ambiental (AUSTRA) têm dado resultados importantes e com notórios ganhos nas indústrias do concelho.

A forte pujança do associativismo social, cultural, recreativo e desportivo é também um comprovativo do sucesso da **densificação das redes e parcerias locais** que pode ser extravasado para outras dimensões. Esta leitura deverá ser realizada também a uma escala territorial superior, começando pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, como conciliador de realidades regionais e alcançando a dimensão nacional e internacional, sendo estas as escalas consideradas adequadas na obtenção de parceiros, consensos e objetivos comuns. Outras entidades têm intervindo e participado de forma bastante ativa nos desígnios empresariais de Alcanena, criando dinâmicas de procura ativa de investimento para o concelho (AICEP, NERSANT, por exemplo), que deve ser aprofundada e estendida em termos de cobertura institucional e territorial.

O apoio institucional, a criação de uma estrutura de *marketing* comum, para além do aproveitamento de economias de escala e a mitigação dos custos de contexto, são procedimentos de consolidação da competitividade e da rede de inovação, assim como de **viabilização de novos produtos e serviços**.

3.2.2 Princípio estratégico 2. Promoção da qualidade de vida

A **promoção da qualidade de vida** é uma prioridade de desenvolvimento estratégico de Alcanena que se baseia na convicção de que a preocupação com as “pessoas” é um elemento determinante no progresso sustentado e real dos territórios, facto visível nos contornos no Plano de Desenvolvimento Social de Alcanena (Figura 28). Este princípio estratégico preconiza a **coesão social e o desenvolvimento inclusivo como pilares de afirmação** do concelho, interpretado de uma forma lata que parte da garantia das condições base de acesso (saúde, educação, segurança, justiça, apoio social...), passando pela melhoria das oportunidades de vivência e cidadania (cultura, lazer, desporto, espaços públicos...) e apostando na inovação e empreendedorismo social

A promoção da qualidade de vida tem subjacente a necessidade de **garantir a sustentabilidade demográfica** do concelho, tanto na perspetiva do rejuvenescimento da população como da atração de “nova” população, assim como a **implementação de novas respostas sociais** que se adequem aos fenómenos vivenciados nas sociedades modernas.

O objetivo primordial associado a este princípio estratégico é o de **criar uma imagem de vivência social de qualidade, que ostente a identidade genuína do território de Alcanena**. Aqui, a componente social aparece de forma bastante afirmativa e um dos desafios mais evidentes que o atual processo de construção estratégica pretende alcançar de forma efetiva. Este princípio estratégico encontra materialização prática num conjunto de linhas de ação que têm em vista a atuação em áreas com influência na qualidade de vida, que podem ser sistematizados do seguinte modo:

- **LA 2.1. Promoção da funcionalidade territorial e da regeneração urbana:** prevê intervenções que permitam dar maior densidade ao principal centro urbano de Alcanena, a Vila de Alcanena, atribuindo-lhe funções de apoio às empresas, às famílias e aos turistas/visitantes, de centralidade cultural e lazer e montra da identidade do concelho de Alcanena.

⁴ Alcanena XXI – Orientações estratégicas e Programa Operacional.

- **LA 2.2. Reforço da atratividade residencial:** tendo em vista a criação de um ambiente residencial atrativo e de um modelo habitacional diferenciado face à oferta das cidades médias de proximidade. Para além das questões específicas associadas à habitação, tem subjacente a maximização das condições de acesso aos equipamentos de coesão e aos serviços às famílias e a mobilidade como instrumentos de promoção da qualidade de vida.
- **LA. 2.3. Promoção da empregabilidade e do empreendedorismo de base local:** tendo presente a importância de promover novos e mais empregos, reforçando a atratividade laboral e, conseqüentemente, residencial de Alcanena e, por outro lado, incentivar a criação de emprego próprio, nomeadamente alicerçado nos recursos endógenos e específicos do concelho.
- **LA 2.4. Reorganização e reforço da rede associativa e social:** que se sustenta no importante papel que o associativismo desempenha na comunidade local e na relevância da rede social no sentido da otimização de respostas nas mais diversas dimensões; a promoção da colaboração conjunta real.

Estas linhas de atuação têm assim, como elemento central as pessoas e o seu bem-estar, visando assegurar **mais elevados índices de qualidade de vida** e a utilização dessa mais-valia como fator de fixação da atual e de “nova” população, assente no desenvolvimento sustentável e competitivo.

A perspetiva regional é também relevante na dimensão social estando esse compromisso explícito na EIDT do Médio Tejo, tendo sido uma área onde se assumiu um **programa de intervenção temático com diversas áreas de implementação supramunicipal** com o objetivo de maximização dos recursos sociais (Caixa 11) e onde se indicam as seguintes ações: i) capacitação da rede de atores regionais e intervenções para a inclusão e empreendedorismo social; ii) qualificação da rede de equipamentos e serviços de saúde; iii) iniciativas inovadoras de promoção de um ensino de excelência e iv) requalificação do sistema de mobilidade interna.

Caixa 11. Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida

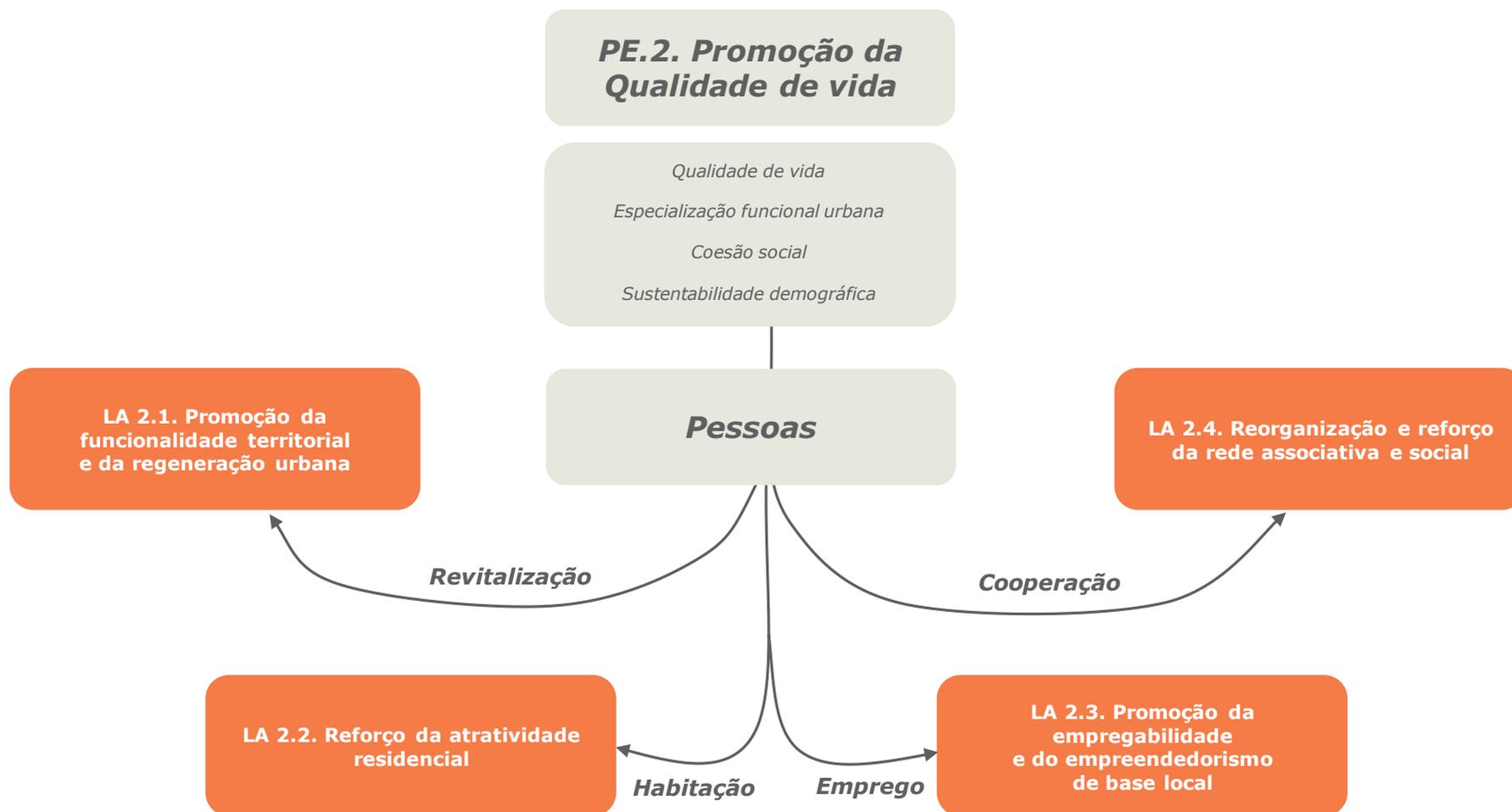
O programa temático “Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida” internaliza os desafios que se colocam a uma região com uma população cada vez mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos. Estes objetivos estão articulados com os assumidos no âmbito da concretização do conceito de gestão inteligente do território e da projeção exterior de uma imagem de constelação urbana, funcionalmente organizada do ponto de vista de uma efetiva gestão regional dos equipamentos e meios disponíveis, seja em termos de competências mobilizáveis seja em termos materiais.

As preocupações sociais têm-se complexificado, sendo notória a necessidade de conjugação de competências entre entidades que já têm vindo a promover operacionalmente a sintonização de intervenções, mas que necessitam formalizar esse vínculo de atuação conjunta e robustecer a oferta integrada de competências em matéria de inclusão e apoio aos novos fenómenos de pobreza. Por outro lado, a capacidade de fixar e atrair população na região está fortemente correlacionada com o nível de satisfação garantido em fatores decisivos da interpretação da qualidade de vida, onde se destacam a educação, da saúde e da mobilidade.

Este programa ambiciona responder a estes desafios através de iniciativas que ultrapassam a mera resposta concelhia a estrangimentos que são inegavelmente regionais. Neste sentido, os objetivos deste programa temático incidem sobre a estruturação de redes de cooperação e articulação de competências entre entidades e recursos para a promoção da inclusão e combate à pobreza que atuem numa lógica supramunicipal. Da mesma forma, a melhoria das condições que o território oferece em termos de saúde, educação e mobilidade está subjacente a intervenções desenhadas num quadro supramunicipal em que, mais uma vez, a estruturação de redes, o estabelecimento de pactos e partilha de recursos e valências se mostram decisivos para a retenção e captação populacional.

Fonte: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo

Figura 28. Modelo de promoção da qualidade de vida



Linha de ação 2.1. Promoção da funcionalidade territorial e da regeneração urbana

A **funcionalidade territorial** e **regeneração urbana** são diretrizes complexas de obter e de importância para a estratégia de desenvolvimento sustentável e coeso de Alcanena e com claro impacto na qualidade de vida. O Plano Diretor Municipal de Alcanena (PDMA), atualmente em revisão, prevê precisamente um conjunto de orientações que visam o alcance de objetivos de ordenamento do território que têm forte relação com as ambições estratégicas aqui explicitadas.

Na **perspetiva da funcionalidade territorial**, o enfoque está no progresso da dimensão rural que marca o perfil de ordenamento do território de Alcanena, cujas potencialidades económicas são diversas e ainda pouco exploradas. Para além disto, a estruturação das complementaridades urbano-rurais é também determinante, especialmente num concelho com uma visível tradição industrial que lhe confere alguns traços de relevância urbana que devem ser aproveitados.

Nestes termos, a **consolidação urbana sustentável da Vila de Alcanena** é também um objetivo relevante do ponto de vista interno – no sentido de se afirmar como centro de referência concelhio e habilitado a responder às necessidades da população residente, das empresas e dos visitantes/turistas – e externo – num processo de consolidação que lhe permita vincar a especialização funcional no contexto das cidades e vilas do Médio Tejo e da região Centro.

A **regeneração urbana é uma das soluções de renovação do centro urbano e das suas aptidões**, o que se afigura com particular necessidade diante a história de crescimento da Vila de Alcanena, ladeada por unidades industriais que fazem parte da identidade concelhia, mas que implica um esforço acrescido de harmonização e de qualificação do ambiente urbano e do espaço público. A refuncionalização de espaços desocupados ou devolutos, a redução dos incómodos ambientais gerados pela proximidade à indústria, a promoção da eficiência energética e a renovação de centralidades são algumas das medidas a serem tomadas na revitalização urbana e um modo de valorização da imagem do concelho.

A regeneração deverá ainda ser estendida aos pequenos núcleos históricos de Alcanena, incluindo-se a **intervenção em património industrial** e em edifícios de elevado valor patrimonial, mobilizando para isso, os agentes privados. Neste momento, o concelho de Alcanena tem delimitadas **cinco áreas de reabilitação urbana** – Alcanena, Minde, Malhou, Louriceira e Espinheiro – no qual se pretendem incentivar e desenvolver intervenções de regeneração urbana com os objetivos acima referenciados.

Linha de ação 2.2. Reforço da atratividade residencial

O **reforço da atratividade residencial** é um desígnio crucial ao combate à perda populacional que se tem verificado em Alcanena com impacto económico e decorrente dos efeitos na sustentabilidade demográfica. Esta atratividade é tida como causa e consequência da concretização das linhas de ação promotoras de maiores níveis de qualidade de vida, sendo em si, uma condição básica a acautelar no processo de **inversão das tendências demográficas regressivas**. Estão aqui contidas iniciativas relacionadas com a intergeracionalidade, a promoção de formas diferenciadoras de habitação, a eficiência da mobilidade e acesso e a excelência da vivência urbana.

Intergeracionalidade

A **fixação, atração e rejuvenescimento da população** de Alcanena é um objetivo assumido neste momento de planeamento estratégico, justificado pela quebra populacional vivenciada no último período intercensitário. Este facto é ainda mais central, pelo forte efeito de polarização exercido pelas cidades de média dimensão da região de inserção e mesmo pelos grandes polos urbanos da AML. O **envelhecimento populacional é uma realidade** que deverá ser vista na perspetiva das soluções sociais que exige e dos impactos económicos no que diz respeito à redução da população ativa do ponto de vista económico, mas também do lado das oportunidades, valorizando a presença a de gente com experiência e sabedoria que permite perpetuar e partilhar a identidade do concelho. No município de Alcanena tem-se promovido iniciativas que visam auxiliar esta franja da população mais expostos ao risco da exclusão social e ao isolamento, destacando-se o trabalho das instituições de apoio social, assim como vários projetos municipais como os seniores ativos, a academia sénior, os passeios seniores e a teleassistência domiciliária (CLDSA, RLIS).

Por outro lado, torna-se importante a **captação e fluxos migratórios de população jovem** que ambiciona um estilo de vida diferente do oferecido pelos centros urbanos de média e grande dimensão, com reflexo no rejuvenescimento demográfico. A qualidade da educação é um aspeto positivo a manter e usar como bandeira de qualidade de vida em Alcanena. Configura-se assim, uma **solução de desenvolvimento social assente na intergeracionalidade**, que resulta da resposta específica às necessidades dos idosos, do apoio à população jovem e promoção da interação entre gerações.

A **economia social surge como uma oportunidade de desenvolvimento da estrutura socioeconómica** do concelho de Alcanena que deverá abarcar outras dimensões para além do envelhecimento populacional, como a saúde mental, a violência doméstica, a toxicodependência, a igualdade de oportunidades, entre outras respostas sociais.

Habitação, mobilidade e acesso

A **diferenciação da habitação e uma boa relação preço-qualidade** é um trunfo que se assume como uma das formas de atração de população para o concelho de Alcanena. O diagnóstico permitiu verificar o potencial da reabilitação urbana e da dinamização do mercado de arrendamento neste concelho, que serve de chamariz e elevação da qualidade residencial.

A **mobilidade**, por seu turno, **é determinante para o reforço da atratividade residencial** de um território que, no caso de Alcanena apresenta ineficiências a serem sanadas através da implementação de um sistema de transporte adequados às necessidades dos residentes que passa, por exemplo, pela implementação do Transporte a Pedido, já a ser implementado.

Finalmente, a **rentabilização dos equipamentos de coesão** é uma iniciativa a continuar, concedendo uma utilização multifuncional a estas infraestruturas e dando cumprimento às suas funções desportivas, recreativas culturais e de lazer.

Vivência urbana

A animação urbana, aliada à regeneração urbana, é uma forma de **reforçar a atratividade de viver, investir e trabalhar em Alcanena**. A existência de um centro urbano qualificado, dinâmico do ponto de vista comercial e com uma oferta diversificada de serviços, atividade cultural e recreativa e fiel à identidade do concelho associada à pele e a outros recursos endógenos, é condição de afirmação diferenciadora face aos territórios de proximidade.

A **densificação de funções**, em articulação com a envolvente regional, é o caminho proposto para uma vivência urbana mais equilibrada e para a definição de um papel relevante da Vila de Alcanena no contexto do concelho e da região de inserção.

Linha de ação 2.3. Promoção da empregabilidade e do empreendedorismo de base local

O mercado de trabalho de Alcanena tem demonstrado uma maior resistência ao fenómeno do desemprego, comparativamente à realidade regional e nacional. Entre os fatores explicativos deste posicionamento está a tradição industrial com uma especialização específica e baseada em vantagens de localização, as indústrias dos curtumes, que absorvem os recursos humanos disponíveis no concelho e ocupam também população residente dos concelhos limítrofes.

Ainda assim, verifica-se um aumento dos níveis de desemprego associado à quebra da atividade económica presente nos últimos anos, contudo em recuperação nos anos mais recentes. A **empregabilidade surge como desafio que exige respostas concretas e personalizadas**, tendo em conta a população-alvo desempregada e o perfil das medidas a adotar (preventivas e corretivas). Atualmente, as indústrias dos curtumes são o principal gerador de emprego e por isso um mote de atratividade residencial.

Neste sentido, o **incentivo à aquisição de novas competências**, através da formação e do estímulo ao empreendedorismo (medida de promoção do emprego) da população residente, principalmente nos jovens é um procedimento válido e útil na inversão da evolução desfavorável no mercado de trabalho.

A **reconversão profissional** é especialmente pertinente num território com uma especialização produtiva tão vincada, o que faz que em situações de desemprego, a reinserção profissional possa ser mais dificultada. Por outro lado, uma maior aproximação entre as necessidades do mercado de trabalho e a oferta de formação tanto a nível concelhio como regional, é uma ação eficiente para o aumento dos níveis de ocupação da população residente e, simultaneamente, um instrumento de desenvolvimento económico de utilidade.

O **Gabinete de Inserção Profissional** (GIP) é uma estrutura de apoio ao emprego no Município de Alcanena que tem sintetizado estas preocupações, em cooperação com o Serviço de Emprego de Torres Novas, prestando apoio a desempregados/as na definição dos percursos de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho.

A diversificação da base económica de Alcanena, ambição explícita no princípio estratégico 1. que assume como orientação a afirmação e renovação do paradigma empresarial e desenvolvida na linha de ação 2. diferenciação e diversificação do tecido empresarial, permitirá também **diversificar as oportunidades de emprego** e com isso, atrair população com diferentes aptidões, resultando daqui um novo dinamismo para o concelho de Alcanena.

Linha de ação 2.4. Reorganização e reforço da rede associativa e social

A **reorganização da rede associativa** é um processo relevante do desenvolvimento social em especial dos territórios de baixa densidade, desempenhando um papel interessante do ponto de vista da mobilização da comunidade civil.

O concelho de Alcanena caracteriza-se por ter uma forte dinâmica associativa que enfrenta alguns desafios de sustentabilidade, até agora moderadamente alcançada através do esforço de cada uma dessas entidades e também pela existência de **plataformas municipais de cooperação** nas quais têm representatividade e onde debatem temas comuns. Contudo, esta rede associativa enfrenta a necessidade de otimização da rede de cooperação, de modo a reduzir custos de contexto e a garantir um trabalho conjunto com resultados mais efetivos sobre a população e sobre o desenvolvimento sociocultural do concelho de Alcanena.

A **rede social de Alcanena está estruturada**, mas existe a necessidade de otimização de atuações e articulação entre as entidades atuantes no terreno, de forma a providenciar uma oferta integrada. Na ótica das entidades que prestam serviços sociais primários desde a infância à terceira idade, como o acompanhamento de problemas sociais potencialmente conducentes a situações de exclusão social e de pobreza (isolamento, desemprego, toxicod dependência, deficiência, entre outros casos), revela-se a importância de consolidar as complementaridades e sobreposições territoriais, aumentando a cobertura e pertinência dos serviços prestados.

Nesta perspetiva institucional, a **divulgação da oferta existente no concelho** à população residente no concelho, mas também de outros territórios é uma mais-valia na afirmação de Alcanena como território de qualidade de vida e que concede primazia às pessoas, considerado o principal recurso de desenvolvimento territorial.

A dimensão social regional, tendo como referência o Médio Tejo, é também uma variável a ter em conta no processo de mapeamento de zonas de intervenção, o que implica o **desenvolvimento e implementação de projetos a uma escala supramunicipal**, em especial nas áreas comuns, reservando para a escala municipal serviços de proximidade ou que respondam a necessidades muito específicas do concelho em causa. A **otimização dos recursos sociais** é assim, um procedimento importante num contexto de complexificação das realidades sociais e dos problemas que daí decorrem.

A **sensibilização da sociedade para os problemas sociais** e a interiorização do contributo que os indivíduos podem conceder na resolução dos problemas sociais modernos são também elementos relevantes da estratégia de desenvolvimento social de Alcanena. Nesta área, o voluntariado e a economia social, a inovação social e o empreendedorismo social são ferramentas capazes de fazer jus à ambição de se tornar um espaço de excelência na coesão social e num município solidário.

3.2.3 Princípio estratégico 3. Valorização ecológica do território

O princípio estratégico 3. Valorização Ecológica do território (Figura 29) fundamenta-se na coesão territorial através da **implementação de um modelo territorial sustentável**, que reforce complementarmente ao sistema ecológico de Alcanena, a sua competitividade económica, assente na exploração dos recursos endógenos e naturais, com particular destaque para a identidade local como marca reconhecida do território, num largo espetro de abordagem, desde a economia, agricultura, etnografia, turismo até à paisagem.

Devido à sua localização entre o Maciço Calcário Estremenho, a norte, e a Bacia Terciária do Tejo, a sul, o concelho de Alcanena é **detentor de uma riqueza ao nível de valores naturais e paisagísticos**. Estes valores são exponenciados através do modelo híbrido de povoamento, que conjuga, numa simbiose quase perfeita, as realidades urbanas e rurais, numa interação que permite experienciar uma viagem em cenários idílicos, únicos no país, à “Porta Norte da Área Metropolitana de Lisboa (AML)”.

O Maciço Calcário Estremenho, o mais importante repositório das formações calcárias existente em Portugal, é a principal razão para a classificação das Serras de Aire e Candeeiros como Parque Natural. Este possui características naturais e humanas únicas, tendo também uma grande diversidade de fauna e flora. Nesta paisagem sobressai a ausência de cursos de águas superficiais (e consequente abundância de correntes subterrâneas), sendo que esta paisagem reflete as condições ambientais dominantes, mas, principalmente, a influência da atividade humana.

A posição geoestratégica deste território é reforçada pela presença de recursos hídricos estratégicos para a AML, enquadrando-se o território na bacia hidrográfica do Rio Alviela, a mais importante nascente cársica do país.

Tem-se verificado uma **estratégia de robustecimento de todo o sistema ambiental do concelho**, incluindo principalmente o seu sistema de infraestruturas, por forma a exibir a real identidade deste território, desmistificando a imagem negativa do passado, que qualificava Alcanena como um território bastante poluído, associado à sua principal atividade económica

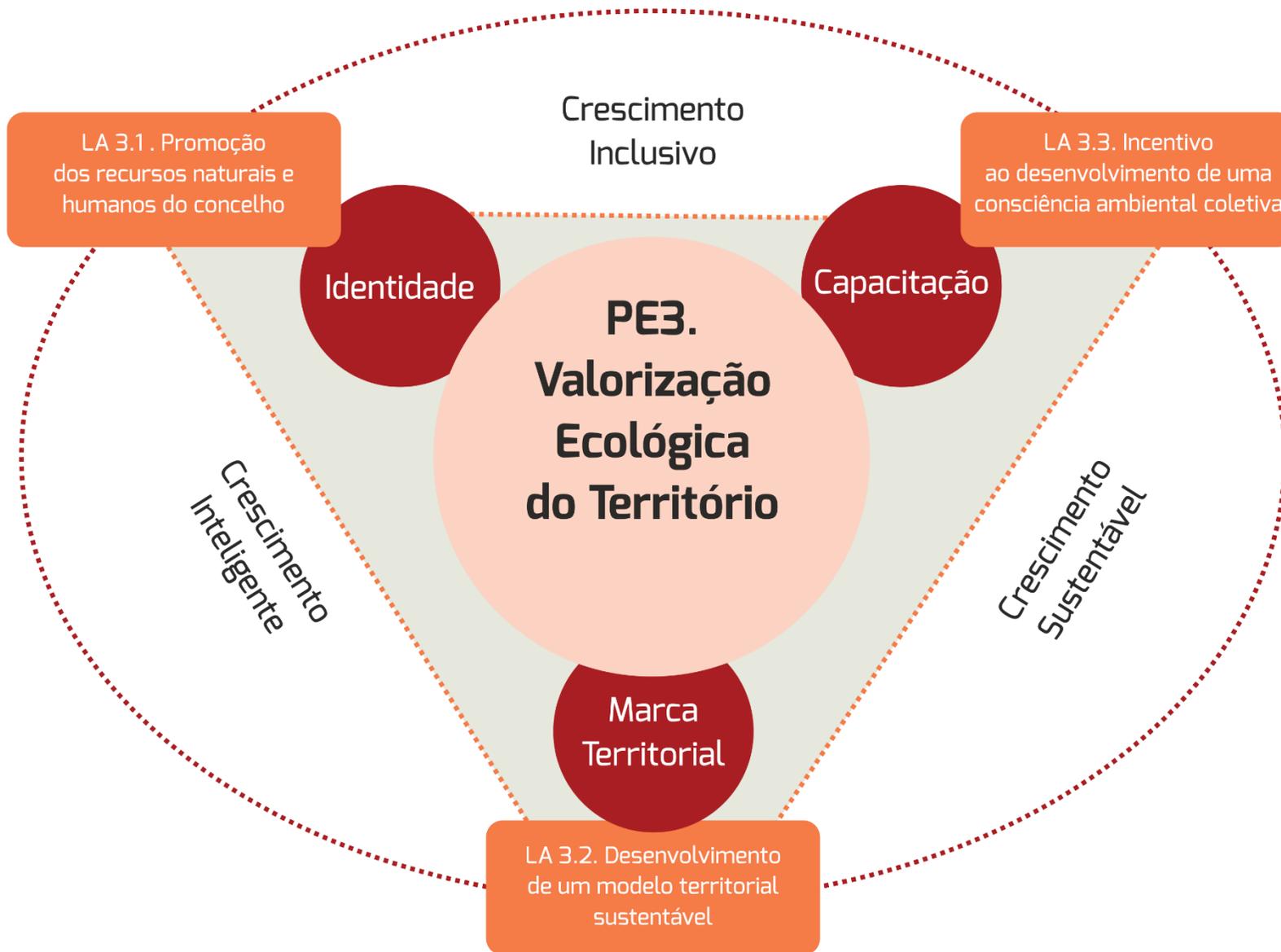
(curtumes). Neste sentido, a sensibilização ambiental tem sido uma das prioridades da Autarquia, que tem vindo a desenvolver diversas intervenções de requalificação de infraestruturas e de valorização do território, atividades de educação ambiental e cultura científica, destacando-se o Centro Ciência Viva do Alviela (CCVA) - Carsoscópio - como um dos equipamentos de maior relevância no concelho e na região.

Neste contexto, a Valorização Ecológica do território sustenta-se na aposta de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, com uma finalidade objetiva na promoção deste território como paisagem única em Portugal, valorizando os seus recursos endógenos, por forma a potenciar a identidade territorial intrínseca do município.

Tratando-se de uma estratégia de médio-longo prazo, esta segue as orientações da política de coesão europeia preconizadas nesta fase de programação estrutural de fundos comunitários, no sentido da aposta na **promoção da diversidade paisagística do território do concelho de Alcanena e da sua singularidade**, investindo numa marca deste território que lhe confira uma identidade reconhecida externamente, assente em quatro linhas de ação:

- **LA 3.1. Promoção dos recursos naturais e humanos do concelho:** criar novo valor tirando partido dos recursos deste território numa aposta de desenvolvimento sustentável baseada no potencial ambiental que Alcanena detém, com uma riqueza e biodiversidade únicas;
- **LA 3.2. Desenvolvimento de um modelo territorial sustentável:** criar valor acrescentado ao seu ponto de partida de forte relação com a uma atividade industrial reconhecida internacionalmente e com marca estabelecida no território, por forma a promover o desenvolvimento e produção de soluções urbanas inovadoras e integradas no espaço urbano;
- **LA 3.3. Incentivo ao desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva:** tornar cada indivíduo-entidade como motor da proteção ambiental do seu meio de ação, promovendo sempre que possível o empreendedorismo de base local, associado ao trabalho em rede, no sentido da criação de uma rede local ambiental.

Figura 29. Modelo de Valorização Ecológica do Território



No contexto deste princípio estratégico muitos são os parceiros e atores que devem ser chamados a participar, sendo que quanto maior for a abrangência territorial e diversidade das equipas, mais exponencial será o resultado dos projetos e ações a desenvolver. Elencam-se genericamente as entidades que se consideram essenciais neste processo: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, Turismo de Portugal, Direção Regional da Agricultura do Centro, Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, Universidades e Institutos Politécnicos de Ensino Superior, associações da área de intervenção da região e comunidade local.

Considera-se que os maiores desafios na implementação deste princípio estratégico prendem-se com a concertação de atores e a promoção de parcerias ativas, a divulgação e *marketing* territorial, bem como estabelecer uma marca reconhecida nacional e internacionalmente, e provavelmente o maior desafio de todos, a capacitação da população, sendo esta o motor por excelência da implementação efetiva de uma estratégia de valorização do território.

Linha de ação 3.1. Promoção dos recursos naturais e humanos do concelho

Num cenário de contrastes como se apresenta em Alcanena, às portas da AML, é impossível ficar indiferente à beleza natural e paisagística deste território, que possui uma singularidade excecional no contexto Português. É fundamental **estimular este potencial endógeno** ainda pouco conhecido, por forma a **valorizar os recursos naturais e humanos, ativando uma identidade de Alcanena positiva e forte**. Neste sentido ambiciona-se criar novo valor tirando partido dos recursos deste território numa **aposta de desenvolvimento sustentável baseada na qualidade ambiental** que Alcanena detém, com uma riqueza e biodiversidade únicas.

A perspetiva de valorização da paisagem natural e humanizada, com respeito pelo equilíbrio ecológico dos diversos sistemas, supõe a criação de simbioses que exponenciem o seu potencial. Estas simbioses em associação aos elementos marcantes e distintivos da paisagem requerem um investimento na promoção deste território a nível regional e nacional, associado a uma

divulgação assertiva do concelho. Desta forma, a valorização do território assenta na produção de roteiros, reforço dos percursos pedestres, valorização das aldeias e das atividades agrícolas e florestais, associadas a novas atividades económicas, ao turismo e à investigação científica.

Pelas particularidades geomorfológicas de Alcanena os ecossistemas ribeirinhos são únicos e elementos essenciais no equilíbrio de todo o ecossistema, pelo que é fundamental promover ações e projetos que garantam o bom estado ecológico das massas de água e dos ecossistemas ribeirinhos das galerias fluviais essenciais, numa visão global da região, valorizando a integração nos corredores ecológicos da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental. Neste contexto a bacia do rio Alviela e os Olhos de Água adquirem um papel de destaque, sendo que os projetos já implementados – CCVA, praia fluvial, parque de campismo – devem ser potenciados por forma a alargar o seu espetro de atuação alcançando um maior número de territórios e de pessoas, promovendo por um lado o turismo de visitação, mas investindo também na vertente de **promoção ambiental e consciência ecológica**.

O **investimento na consolidação das infraestruturas de apoio ao nível ambiental** é essencial. Se por um lado já houve um grande investimento na qualificação ambiental do território, através da melhoria efetiva dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos e do saneamento, não deixa de se verificar ainda necessidades a estes níveis, na expansão destas redes e na procura de soluções mais sustentáveis para o encaminhamento dos resíduos remanescentes, como por exemplo lamas inertizantes e raspas verdes, que são resíduos indesejáveis, devendo ser encaminhados para os respetivos aterros. As raspas verdes têm potencial utilização alternativa, por exemplo na valorização energética.

A **mitigação dos focos de poluição** e conseqüente atenuação da contaminação do solo e dos recursos hídricos é um objetivo que tem sido prosseguido, no sentido da melhoria da qualidade ambiental do concelho, que tem influência direta na imagem que este projeta para o exterior. Desta forma, é essencial investir em formas alternativas de tratamento e valorização dos

resíduos/subprodutos, não só dos curtumes, mas também das queijarias, pecuárias, sucatas, entre outras.

Num patamar de potenciação dos valores naturais e humanos a **criação de uma rede de estruturas de apoio** vai promover a sua plena fruição, sustentada nas perspetivas: i) do visitante/turista, que é transportado numa viagem guiada pela opulência da paisagem e elementos marcantes deste território; ii) da comunidade local, que sente valorizado o seu território e tem possibilidade de participar ativamente nesta valorização; iii) da comunidade científica, que aqui encontra um potencial imenso que convida à investigação, muito ainda por explorar e iv) e do investidor, que encara os recursos endógenos e a localização geoestratégica como oportunidade de negócio.

Verifica-se que a atividade turística e de visitação, é uma consequência direta das **ações de valorização dos recursos naturais e humanos**. O território de Alcanena tem potencial para o investimento em atividades turísticas que assentem na integração e respeito pela paisagem, numa relação de proximidade com a comunidade local.

A valorização dos recursos naturais e humanos passa também pela preservação e valorização das áreas agrícolas tradicionalmente já estabelecidas no concelho por forma a potenciar a criação de produtos tradicionais de referência e produção sustentável, sob uma marca chapéu certificada, com denominação de origem protegida. Neste âmbito, a integração na produção vitivinícola do Ribatejo e na produção de azeites do Ribatejo é considerada uma oportunidade a concretizar com elevação.

A aposta na diversificação de produtos económicos de base local, alternativos aos curtumes e têxteis, é essencial para o equilíbrio estrutural deste território, promovendo o empreendedorismo de base local, a valorização dos produtos tradicionais e a potenciação dos recursos endógenos. Nesta conjuntura três ações são essenciais: i) a definição de prioridades de intervenção nas áreas florestais e agrícolas abandonadas; ii) a formação dos agricultores ou potenciais agricultores, no sentido de implementação de práticas biológicas e sustentáveis, mas também como forma de capacitar para o empreendedorismo; iii) divulgação destas potencialidades concelhias e produtos a criar junto de entidades receptoras de empresas.

Linha de ação 3.2. Desenvolvimento de um modelo territorial sustentável

A matriz de povoamento do concelho de Alcanena assenta numa complementaridade de funções urbano-rural que se traduzem em grande parte na riqueza do seu território, principalmente do ponto de vista dos benefícios que a moldura rural transporta para a Vila de Alcanena. É essencial **valorizar e potenciar esta interligação ente o urbano e o rural**, promovendo um desenvolvimento sustentável, baseado na coesão territorial, com enfoque no crescimento inclusivo e inteligente.

As cidades inteligentes (Caixa 12) são uma prioridade nas políticas da União Europeia e de Portugal, nomeadamente na estratégia de reindustrialização, na Agenda Digital e nas estratégias nacionais e regionais de inovação para uma especialização inteligente, com reflexos nos programas de financiamento do período de programação 2014-2020.

Neste contexto, com consciência de que o polo central mobilizador de sinergias no território é a sede de concelho, ambiciona-se criar valor acrescentado ao seu ponto de partida de forte relação com uma atividade industrial reconhecida internacionalmente e com marca estabelecida no território, por forma a **promover o desenvolvimento e produção de soluções urbanas inovadoras e integradas no espaço urbano**, mas também incorporadas no seu contexto territorial, favorecendo e conectando os diversos polos estabelecidos no espaço rural.

O PDMA, assim como outros planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território que venham a ser elaborados, são instrumentos fundamentais para sustentar este desígnio. Estando atualmente o PDMA em fase de revisão constitui-se como uma oportunidade única de plasmar neste documento as questões essenciais de matéria de ordenamento do território e gestão urbanística que possam conferir auxílio na prossecução da ambição definida no âmbito desta linha de ação.

Sendo cada território resultado da combinação de fatores de diversas naturezas (física, económica, política, social, ambiental, entre outras) num contexto interno, mas também numa conjuntura de inserção regional e nacional, este

configura-se como um sistema dinâmico e complexo que recebe fluxos de diversas ordens. Assim, será essencial **promover uma política de planeamento integrada como modelo de apoio à decisão**, sendo uma ferramenta efetiva de construção de um modelo territorial sustentável, em todas as suas dimensões. A implementação de ferramentas com base em sistemas de informação geográfica é um elemento crucial no apoio à formulação deste modelo territorial e no ordenamento dos diversos espaços do concelho.

O **fomento das condições de viabilidade dos polos de baixa densidade** e das atividades rurais é sem dúvida uma das prioridades desta estratégia. A dinamização e atratividade destes aglomerados, deve envolver toda a comunidade por forma a constituir um crescimento inclusivo, com cariz identitário e enraizamento no território. Neste âmbito, diversas ações podem ser promovidas, sendo que muitas terão enfoque social acima de tudo. Todavia, do ponto de vista da integração territorial, considera-se que a criação de um percurso das “Aldeias/Rotas do Carso”, à semelhança do projeto de Aldeias do Xisto, pode ser um motor importante para a dinamização destas comunidades, associado ao turismo residencial.

Uma das componentes que em sede de diagnóstico se verificou determinante para o desenvolvimento sustentável do território, foi o ordenamento dos espaços urbanos e industriais, uma vez que a ocupação urbana se caracteriza por um sistema descontínuo, com fracas dependências funcionais e relacionais, em que o *mix* de usos urbano e industrial cria estrangulamentos funcionais, mas também de qualidade de vivência urbana e de qualidade ambiental. Torna-se primordial o investimento na **qualificação destes espaços urbanos**, no sentido da promoção do seu desenvolvimento sustentável e inteligente, apostando numa opção formal e estruturada de localização industrial.

Noutra vertente do ordenamento territorial encontram-se os espaços agrícolas e florestais que possuem, neste concelho, oportunidades únicas que merecem o devido destaque e reflexão equilibrada no sentido da sua promoção, tanto do ponto de vista ecológico, mas também do ponto de vista económico e social.

De forma global a aposta do modelo territorial no que concerne a espaços florestais deve apontar para duas abordagens: i) floresta de produção, tendo uma perspetiva de exploração económica mais marcada, perspetivando-se

também o investimento na valorização energética (biomassa), eventualmente associada à valorização de outro tipo de resíduos referidos na linha de ação anterior; ii) floresta de conservação, preservando a biodiversidade, podendo conjugar atividades económicas, numa abordagem centrada no valor natural e no equilíbrio ecológico dos sistemas.

Por outro lado, o **ordenamento das áreas agrícolas** deve promover o investimento em atividades que assentem na promoção e valorização dos produtos agrícolas tradicionais, desenvolvendo produtos de referência e de produção sustentável, sob uma marca chapéu certificada, com denominação de origem protegida. Neste âmbito deve ser valorizada a integração regional aproveitando a marca Ribatejo que está a ser fortalecida, criando parcerias regionais e nacionais que possibilitem a entrada em mercados internacionais.

Linha de ação 3.3. Incentivo ao desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva

Num território com **forte presença de valores ambientais** como é Alcanena, esta questão torna-se fulcral na vivência diária da população, ainda mais quando os valores ambientais em causa estão expostos a potenciais riscos de origem antrópica. Estando estes valores ambientais na base do desenvolvimento sustentável de Alcanena, nas suas diversas dimensões, a comunidade tem de gerar uma consciência de cidadania ativa, com base no crescimento inclusivo e com o intuito de alcançar uma **apropriação do território que fortaleça a identidade local**.

Com entendimento de que o trabalho em comunidade necessariamente passa pelo desenvolvimento de projetos em rede, com um leque de parceiros o mais diversificado possível, é ambição desta linha de ação, **tornar cada indivíduo-entidade como motor da proteção ambiental do seu meio de ação**, promovendo sempre que possível o empreendedorismo de base local, associado ao trabalho em rede, no sentido da criação de uma rede local ambiental, que possa extravasar os limites do próprio concelho, dado que maior parte das questões ambientais possuem enfoque supramunicipal.

Caixa 12. Smart Cities Portugal

"A Rede "Smart Cities Portugal" tem como objetivo promover o desenvolvimento e produção de soluções urbanas inovadoras, de forma integrada, com vista à estruturação da oferta e sua valorização nos mercados internacionais; potenciar a participação das empresas e cidades portuguesas no mercado das cidades inteligentes; e afirmar a imagem de Portugal como espaço de conceção, produção e experimentação de produtos e serviços para *smart cities*.

A SMART CITIES PORTUGAL acompanha as mais recentes tendências. Diversos países e cidades têm vindo a criar dinâmicas similares, como é o caso de Málaga que, em janeiro de 2013, lançou uma Plataforma de Inovação Empresarial para Cidades Inteligentes, integrando entidades diversas, no âmbito da sua participação na Rede Espanhola de Cidades Inteligentes.

O mercado das indústrias associadas às cidades inteligentes encontra-se em pleno crescimento, apresentando-se como uma oportunidade para as empresas portuguesas que desenvolvem e produzem soluções inovadoras para *smart cities*.

Em Portugal existem condições favoráveis à afirmação das empresas e cidades portuguesas neste mercado, nomeadamente: a Rede RENER - Living Lab para a Inovação Urbana; um conjunto de projetos *smart* em implementação nas cidades nacionais; um grupo de empresas com capacidades para desenvolverem soluções urbanas inovadoras; e universidades e centros de investigação com competências nas áreas chave do mercado das cidades inteligentes.

(...) O mercado das cidades inteligentes exige competências multidisciplinares e capacidade de integração de soluções e sistemas, nomeadamente nas áreas das redes de energia, mobilidade e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)."

Fonte: <http://www.inteli.pt/pt/go/smart-cities-portugal>

Algum caminho já foi percorrido neste sentido, no contexto industrial, na vertente do tratamento dos resíduos provenientes das indústrias de Alcanena, sendo que cada vez mais é fundamental que qualquer entidade incorpore a responsabilidade ambiental nas suas práticas efetivas, e que contribua ativamente para atenuar os efeitos negativos da sua ação no território, indo mais além do conceito do poluidor-pagador, alcançando uma visão mais abrangente e de futuro de longo prazo, com base no respeito pelo bem comum.

Numa conceção mais institucionalizada desta questão tem-se investido na **regulação e monitorização ambiental**, evitando situações como no passado, de um severo passivo ambiental, resultado da fraca consciência ambiental coletiva e de políticas públicas nacionais e europeias menos severas para o poluidor. A implementação de um sistema de monitorização ambiental, baseado não só em *inputs* técnicos, mas promovendo também a participação e inclusão da população como agentes fiscalizadores será uma ferramenta essencial para a prossecução da implementação desta linha estratégica.

Neste âmbito a existência de uma estrutura como o Centro de Ciência Viva é um fator positivo, podendo constituir-se como **componente agregadora e mobilizadora do desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva**, que deve ser diretamente associada à identidade intrínseca do território de Alcanena.

Dando continuidade a uma prática já em progresso, é essencial **investir em ações de formação e sensibilização ambiental**, envolvendo e capacitando toda a comunidade, desde os jovens aos idosos, até aos empresários e aos técnicos da Autarquia. Este projeto deve reforçar as práticas de ensino experimental, envolvendo ativamente toda a comunidades, mas em especial a comunidade escolar, no sentido de criar equipas de "vigilantes do ambiente", potenciando o respeito individual pela preservação de um bem que é de todos.

3.3 Governação

A governação da estratégia de desenvolvimento territorial (Figura 30) é um **elemento crucial ao sucesso da implementação dos princípios descritos** e um canal de apropriação por parte dos agentes centrais intervenientes na concretização dos objetivos assumidos e ao alcance da visão definida para Alcanena 2025, cujos contornos concetuais aqui se apresentam. A construção do modelo de governação da estratégia de Alcanena baseia-se na **cooperação como instrumento de otimização de benefícios**, de **mitigação de constrangimentos** e de **ganhos de escala**, essenciais para a eficácia e eficiência das propostas apresentadas.

O modelo de governação da estratégia concelhia apresenta **um carácter multidisciplinar, multissetorial, multitemático e multifuncional**, na medida em que visa conciliar as dimensões estratégicas relevantes para a afirmação do concelho, o pleno envolvimento dos atores locais e/ou relevantes para o avanço dos objetivos estipulados, uma garantia de inovação de atuações e a maior amplitude dos efeitos esperados. A governação é também uma **peça fulcral na concretização do propósito de reforço da identidade do concelho de Alcanena** nas diferentes dimensões que a diferenciam, tando na área social como empresarial ou ambiental, o que pressupõe uma reflexão conjunta e participada e um compromisso partilhado de projeção da marca identitária do concelho, consolidando-a internamente (autoestima) e projetando-a a nível regional, nacional e internacional.

Este enquadramento justifica a razão pela qual a governação definida para esta estratégia se sustenta em **quatro abordagens de articulação**, que resultam das realidades mais relevantes para a estratégia de Alcanena e da pertinência dos atores a envolver, tendo em conta as áreas de intervenção previstas, sistematizando-se do seguinte modo:

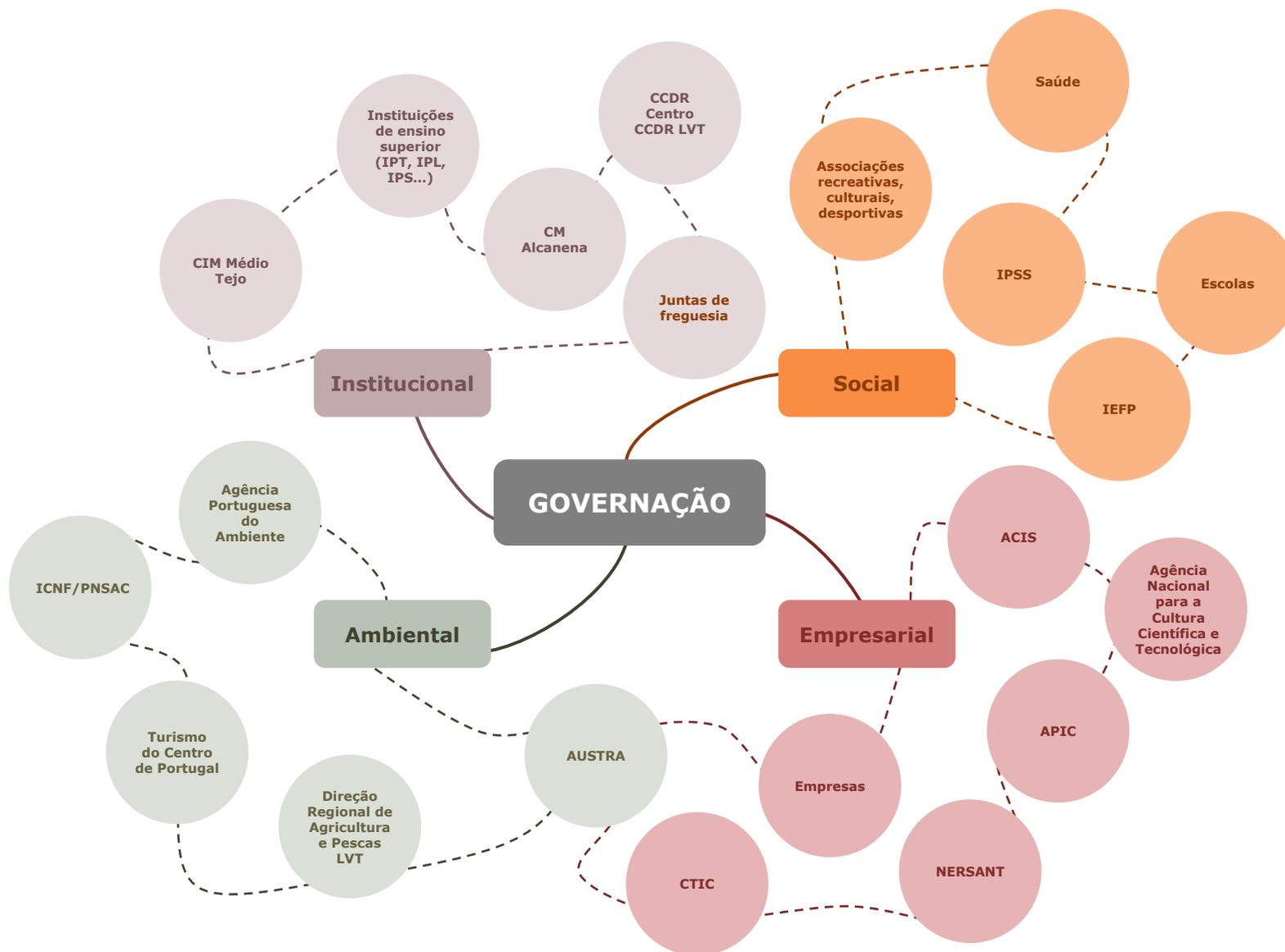
- **Governação institucional**, relacionado com a articulação entre os atores com competências de gestão e **organização** do concelho, onde se destacam entidades com capacidade de intervenção em diferentes escalas territoriais, desde a local – Câmara Municipal de Alcanena e Juntas de Freguesia – como regional - CCDR Centro, CCDR LVT, CIM do Médio Tejo, as instituições de

ensino superior. O papel agregador e moderador destas entidades é essencial para a divulgação e sensibilização nas áreas nas quais apresentam jurisdição legitimada.

- **Governação ambiental** que visa tornar o mais eficiente e efetivo possível os avanços na área da sustentabilidade ambiental, considerada tanto na vertente mais concreta do conceito (preservação da biodiversidade, valorização de recursos), mas também do ponto de vista da sensibilização e apoio às empresas e à população em geral, no percurso de um concelho de excelência ambiental. Aqui estão envolvidos agentes com trabalho firmado nesta área, tais como a Câmara Municipal de Alcanena, o ICNF/PNSAC, a AUSTRA, o Turismo Centro de Portugal, a Direção Regional de Agricultura e Pescas LVT, Agência Portuguesa do Ambiente, entre outras.
- **Governação social**, visando garantir a viabilidade do modelo de economia social de Alcanena envolvendo para tal, a comunidade local, aproveitando o dinamismo das associações culturais, recreativas e desportivas do concelho, zelando pela otimização de recursos, pelo funcionamento da rede social, pela articulação das competências e infraestruturas na área social e pelo cumprimento das diretrizes promotoras da valorização socioeconómica e da coesão. Aqui estão presentes **representantes** de associações recreativas, culturais e desportivas, entidades locais das áreas da saúde, da educação, do emprego e IPSS's.
- **Governação empresarial** que concilia as entidades relevantes em plataformas de cooperação, refletindo acerca de problemáticas e desafios comuns, das complementaridades intersectoriais, da internacionalização e inovação e o modo de reforçar a afirmação empresarial de Alcanena, incluindo representantes setoriais – a ACIS, a APIC, a AUSTRA, a NERSANT, os empresários – e da área da inovação e investigação – o CTIC, a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

As quatro abordagens de articulação da governação devem ser lidas de forma complementar, entrecruzando-se entre si, robustecendo as decisões tomadas conjuntamente e operacionalizadas de forma eclética e com o conhecimento de efeitos e impactos nas diferentes áreas.

Figura 30. Governação da estratégia de desenvolvimento territorial de Alcanena

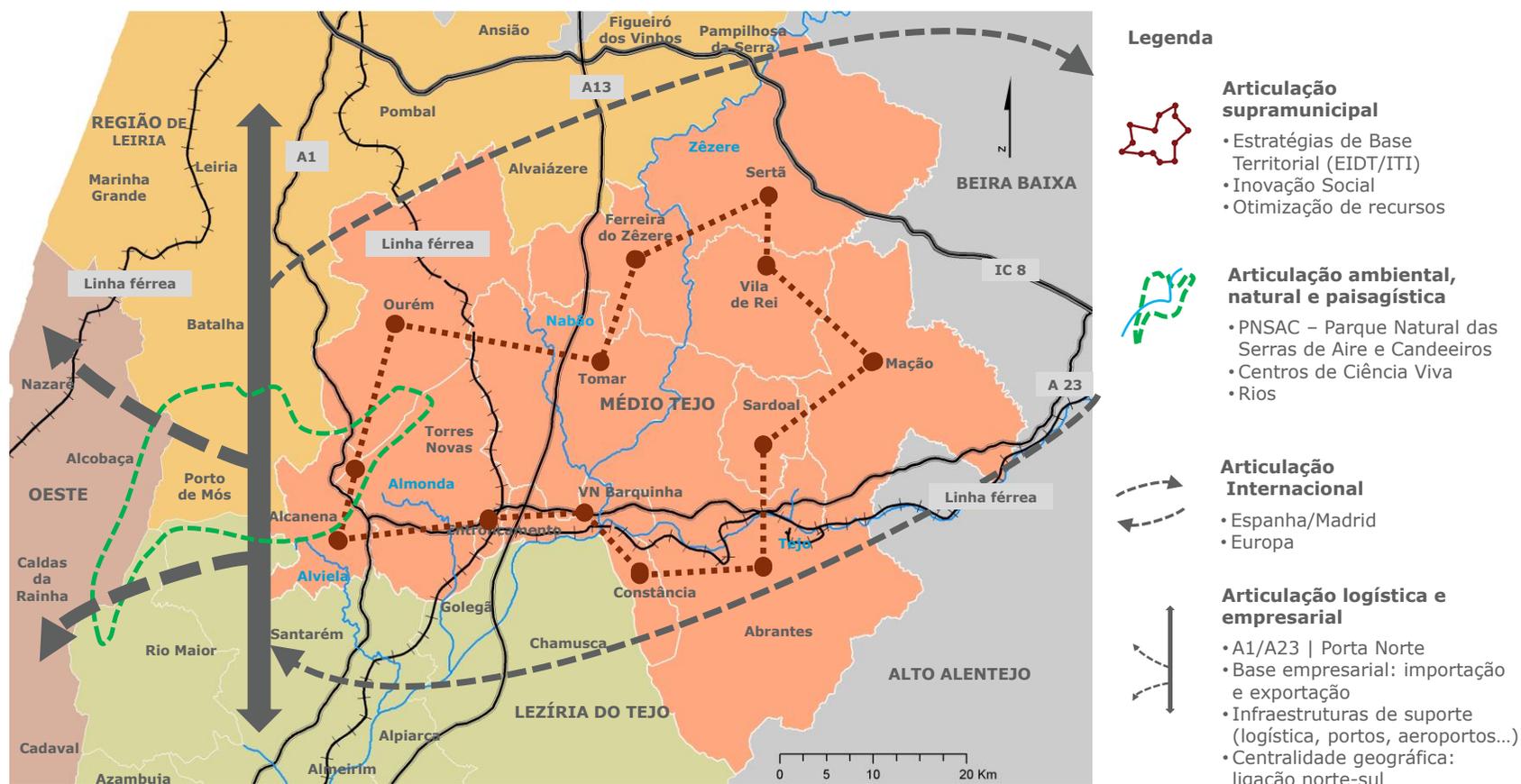


A **dinâmica de cooperação municipal** (anexo 2) de Alcanena desenvolve-se também, em torno de uma vasta teia de plataformas de diálogo temáticas, em torno de aspetos relevantes para o concelho.

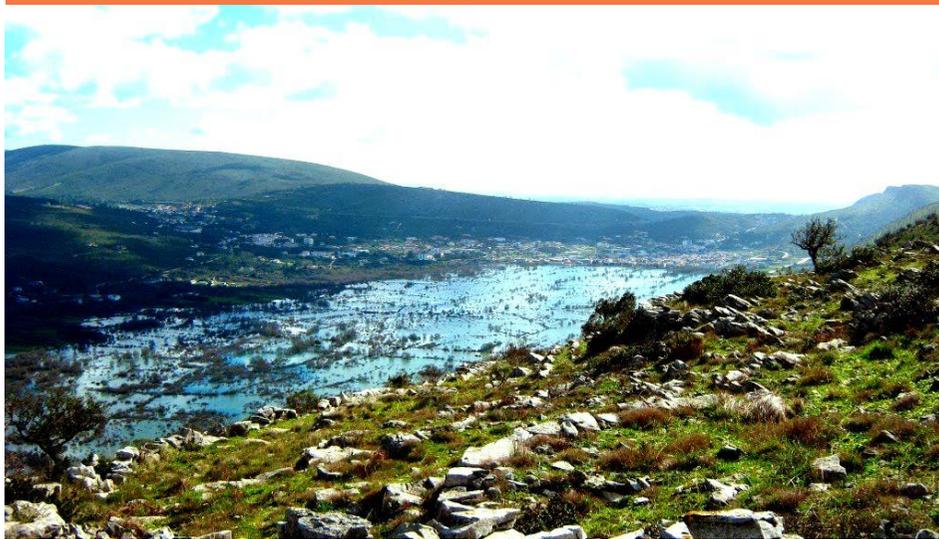
A **expressão territorial da governação da estratégia de desenvolvimento de Alcanena** (Figura 31) deverá ter em conta a articulação entre as diferentes escalas territoriais (concelho, NUTE II, NUTE III, país, Europa, resto do mundo).

Parte-se do pressuposto que as oportunidades deverão ser promovidas e discutidas nas escalas em que são pertinentes, o que significa que a abordagem à articulação supramunicipal e/ou (inter)nacional; social, económica, ambiental, natural e paisagística; logística e empresarial envolve o diálogo com os concelhos e regiões relevantes para a adequada implementação das intervenções propostas. A comunicação é um **instrumento crucial de mobilização de agentes** e de divulgação da imagem de Alcanena nos diferentes palcos onde se pretende afirmar.

Figura 31. Expressão territorial da governação da estratégia de desenvolvimento de Alcanena



4. Plano de ação



4.1 Operacionalização da Visão e estratégia Alcanena 2025

A metodologia de elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento engloba três fases, com fronteiras pouco delimitadas entre si: a fase de diagnóstico, a fase de definição da estratégia e a fase de elaboração do plano de ação. Este processo é dinâmico e interativo, o que significa que, embora a elaboração do plano tenha uma sequência lógica, mostrando-se impossível definir qualquer estratégia ou plano de ação sem incorporar na fase de arranque a elaboração de um diagnóstico sério e completo sobre o território em análise, não existem fronteiras claras entre as várias fases e a “ordem natural” de definição estratégica é frequentemente ultrapassada por avanços, recuos ou alterações que fazem com que cada uma das fases seja constantemente enriquecida com os contributos de cada uma das outras.

O processo de planeamento estratégico só fica completo com a **definição de um plano de ação ajustado às prioridades estratégicas** já delineadas. Este plano de ação deve envolver, ambicionando vir a mobilizar e a responsabilizar, parceiros locais e nacionais, públicos, privados e outros tipos instituições presentes no concelho. Os projetos que o compõem são sistematizados e organizados em áreas temáticas, conjugando restrições e ambições diversas, como sejam os graus de prioridade, as autonomias, as precedências ou os encadeamentos e as disponibilidades.

Neste panorama, a iniciativa privada é de central importância, agindo em áreas onde a entidade municipal não apresenta jurisprudência ou aptidão no desenvolvimento e implementação de soluções. Ainda assim, refira-se que a intervenção da administração local se baseia na **promoção de condições favoráveis à competitividade empresarial, à coesão social e à sustentabilidade ambiental**, sendo da responsabilidade dos agentes atuantes no território, canalizar as condições para maiores níveis de benefícios, não somente individuais como coletivos.

O Plano Estratégico de Alcanena e o Plano de Ação que lhe deverá dar corpo não se confinam à expectativa de financiamento a obter no âmbito dos fundos comunitários mobilizáveis no Portugal 2020, mas são deles muito dependentes,

considerando os constrangimentos orçamentais das entidades públicas. É isso o que se espera de um processo de planeamento estratégico: o alargamento de horizontes e a mobilização em torno de objetivos ambiciosos, desde que, naturalmente, realistas na sua capacidade de concretização.

A otimização desta fonte de financiamento será, contudo, um importante instrumento de concretização das intervenções necessárias ao progresso de Alcanena. Como tal, os projetos incluídos constituem-se como indicativos, sendo necessário ter presente que a sua concretização está sujeita, naturalmente, aos ritmos e prioridades diferenciadas de quem os executa.

O plano de ação parte das ambições de desenvolvimento presente, tendo em conta o quadro dos recursos financeiros disponíveis e as intervenções prioritárias atuais, que permitirão **alinhar o concelho de Alcanena no sentido do desenvolvimento competitivo, coeso e sustentável** do território. Foram estruturados **5 projetos estruturantes** (PEST), que abrangem **16 abordagens integradas** (Quadro 11), nas seguintes áreas:

- **PEST.1. Promoção da competitividade das indústrias do couro e da diversificação económica:** mais orientado para a dimensão empresarial e para as várias dimensões da sua afirmação;
- **PEST.2. Promoção da qualidade de vida:** referente às componentes de coesão, inclusão e inovação social presente na estratégia;
- **PEST.3. Valorização de novos vetores de sustentabilidade ambiental:** relativo à dimensão ecológica, sustentabilidade e ambiental;
- **PEST.4. Desenvolvimento e qualificação territorial:** englobando a garantia das condições de base territorial essencial ao desenvolvimento integrado;
- **PEST.5. Modernização administrativa e eficiência institucional:** reflexo da importância de construção de um modelo de governação pertinente e abrangente e assente em instituições.

Apresenta-se abaixo, de forma sintética, os objetivos das abordagens integradas, estruturadas tendo por base a carteira de projetos concelhios e a visão e estratégia de Alcanena, também articuladas com a dimensão regional.

Quadro 11. Síntese do plano de ação

PEST.1.	Promoção da competitividade das indústrias do couro e da diversificação económica
AI.1.1.	Plataforma de promoção das indústrias do couro e da competitividade empresarial
AI.1.2.	Plataforma logística do Médio Tejo
AI.1.3.	Programa de empreendedorismo de base local
PEST.2.	Promoção da qualidade de vida
AI.2.1.	Fruição Cultural e Inclusão para Todos
AI.2.2.	Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social
AI.2.3.	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar
AI.2.4.	Envelhecimento ativo no Médio Tejo
PEST.3.	Valorização de novos vetores de sustentabilidade ambiental
AI.3.1.	Qualificação do turismo em Alcanena
AI.3.2.	Promoção dos recursos endógenos
AI.3.3.	Desenvolvimento e valorização de infraestruturas ambientais
PEST.4.	Desenvolvimento e qualificação territorial
AI.4.1.	Planeamento e gestão territorial
AI.4.2.	Plano de ação de regeneração urbana
AI.4.3.	Plano Municipal de Soluções Integradas de Promoção da acessibilidade do concelho de Alcanena
PEST.5.	Modernização administrativa e eficiência institucional
AI.5.1.	Implementação de plataformas digitais
AI.5.2.	Desenvolvimento de um sistema de monitorização e gestão territorial
AI.5.3.	Governança e cooperação territorial

4.2 Projetos estruturantes

Projeto estruturante 1.

Promoção da competitividade das indústrias do couro e da diversificação económica

Descrição

O projeto estruturante 1. Promoção da competitividade das indústrias do couro e da diversificação económica engloba as pretensões concelhias referentes à pertinência de **consolidar novos vetores de competitividade**, tanto nos setores enraizados na especialização produtiva do concelho de Alcanena (indústria dos couros e indústria têxtil e vestuário), como nas atividades económicas com capacidade de desenvolvimento neste território decorrente de fatores internos ou do enquadramento geográfico (logística, turismo, serviços), cujo desenvolvimento permitirá a diversificação da base económica. Este projeto estruturante **contribui fortemente para a concretização das ambições empresariais** (PE1) aí descritas, com **efeitos indiretos no reforço da atratividade residencial** pela criação de emprego (PE2), **incorporando preocupações relativas a uma economia sustentável** (PE3).

Objetivos gerais

- Promover a competitividade das indústrias do couro;
- Diversificar o tecido económico, alargando a atividades com potencial de instalação (outras indústrias, logística, turismo, serviços, agricultura...);
- Potenciar a economia local, alicerçada nos recursos distintivos do território.

Contributo para os princípios estratégicos

PE1 ●●● PE2 ●●● PE3 ●●●

Abordagem integrada 1.1

Plataforma de promoção das indústrias do couro e da competitividade empresarial

Objetivos específicos

- Aprofundar o *cluster* da pele pela afirmação de novas funções setoriais, pela consolidação da marca "Alcanena Capital da Pele" e pelo adensamento da rede de cooperação empresarial;
- Planear e qualificar as infraestruturas de acolhimento empresarial;
- Dinamizar mecanismos de apoio às iniciativas empresariais.

Abordagem integrada 1.2

Plataforma logística do Médio Tejo

Objetivos específicos

- Realizar o Plano de Pormenor da Plataforma Empresarial de Logística do Médio Tejo;
- Desenvolver a base logística de Alcanena;
- Atrair investimentos âncora.

Abordagem integrada 1.3

Programa de empreendedorismo de base local

Objetivos específicos

- Promover o desenvolvimento de iniciativas de valor acrescentado assentes nos recursos locais;
- Dinamizar os centros urbanos de Alcanena pela densificação comercial e de serviços.

Projeto estruturante 2.

Promoção da qualidade de vida

<p>Descrição</p>	<p>O projeto estruturante 2. Promoção da qualidade de vida que se revela como uma das ambições estruturantes da estratégia de desenvolvimento de Alcanena, alicerçadas na coesão social, inclusão e promoção de condições de excelência do ponto de vista cultural, educacional e recreativo, tendo em vista o reforço da atratividade residencial e turística de Alcanena. Este projeto estruturante encontra a sua justificação nas propostas apresentadas no PE2, orientado para a componente social, atratividade residencial e renovação de fatores de vivência. Para além disso, contribui de forma indireta para a consolidação da competitividade empresarial dado permitir a atração de recursos humanos (PE1) colocando também desafios na área da sustentabilidade (PE3), tanto no que se refere às dinâmicas turísticas de um território de baixa densidade, como de mobilidade ou da maior pressão exercida sobre os recursos do território.</p>
<p>Objetivos gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inclusão social; • Reforçar a atratividade residencial e turística de Alcanena; • Desenvolver serviços avançados às famílias.
<p>Contributo para os princípios estratégicos</p>	<p>PE1 ●●● PE2 ●●●● PE3 ●●</p>
<p>Abordagem integrada 2.1</p>	<p>Fruição Cultural e Inclusão para Todos</p>
<p>Objetivos específicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar hábitos de fruição cultural para todos os segmentos sociais e etários; • Utilizar a cultura como fator de inclusão social e de reforço do espírito de comunidade.
<p>Abordagem integrada 2.2</p>	<p>Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social</p>
<p>Objetivos específicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o Plano de Desenvolvimento Social; • Criar condições de inclusão para grupos vulneráveis, entre os quais, as pessoas com deficiência; • Apoiar iniciativas sociais inovadoras, desenvolver a economia social e a dinâmica associativa como instrumento de inclusão; • Promover a habitação social.
<p>Abordagem integrada 2.3</p>	<p>Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar</p>
<p>Objetivos específicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas de promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas; • Qualificar a rede escolar e promover iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar; • Implementar o Plano Educativo Municipal; • Reforçar o Programa Regional de promoção do Empreendedorismo nas Escolas.
<p>Abordagem integrada 2.4</p>	<p>Envelhecimento ativo no Médio Tejo</p>
<p>Objetivos específicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o isolamento sénior e promover o envelhecimento ativo; • Promover a intergeracionalidade.

Projeto estruturante 3.

Valorização de novos vetores de sustentabilidade ambiental

Descrição

O projeto estruturante 3. Valorização de novos vetores de sustentabilidade ambiental surge na sequência das preocupações concelhias no âmbito da **proteção da biodiversidade**, da **redução de impactos da atividade humana e industrial sobre o meio ambiente** e da **valorização dos recursos endógenos e paisagísticos** pela preservação e exploração das respetivas valias económicas. Aqui estão integradas as intervenções de natureza pública e privada, conducentes à **valorização ecológica do território** e à consolidação da imagem de excelência ambiental na qual tem investido de forma prioritária. Este projeto estruturante justifica-se, de forma inequívoca, pelas orientações estratégicas no âmbito da sustentabilidade previstas na PE3 sendo também importante na responsabilização empresarial (PE1) e social (PE2) em áreas específicas.

Objetivos gerais

- Promover a valorização ecológica e económica dos recursos endógenos e naturais;
- Investir na excelência ambiental como elemento de identidade do concelho de Alcanena;
- Estruturar um produto turístico coerente e atrativo.

Contributo para os princípios estratégicos

PE1

...

PE2

...

PE3

....

Abordagem integrada 3.1

Qualificação do turismo em Alcanena

Objetivos específicos

- Requalificar infraestruturas de suporte às atividades turísticas (percursos, rotas, oferta turística, plataformas de cooperação);
- Desenvolver redes de valorização do património natural, cultural e imaterial;
- Definir uma estratégia de comunicação e *marketing* para o turismo, com o enfoque no turismo cultural, industrial, de natureza e em espaço rural.

Abordagem integrada 3.2

Promoção dos recursos endógenos

Objetivos específicos

- Promover os recursos específicos de Alcanena como marca identitária, mote de atração turística e argumento de criação de negócios e consolidar os elementos distintivos do concelho;
- Apoiar atividades criativas e artísticas sob a temática da identidade e do potencial endógeno;
- Promover a requalificação paisagística.

Abordagem integrada 3.3

Desenvolvimento e valorização de infraestruturas ambientais

Objetivos específicos

- Melhorar as infraestruturas concelhias com funções ambientais (p.e., melhoria da eficiência dos sistemas de tratamento das ETAR's e ETAs de Alcanena, da rede saneamento básico e de abastecimento de água...);
- Reduzir e reutilizar desperdícios (p.e., unidade de tratamento de resíduos da indústria, valorização agrícola e ambiental e aproveitamento energético das lamas de ETAR de águas residuais...);
- Valorizar e proteger os recursos hídricos (p.e., redução de perdas, controlo de descargas, aumento da eficiência hídrica e preservação dos recursos hídricos no concelho de Alcanena,...).

Projeto estruturante 4.

Desenvolvimento e qualificação territorial

Descrição

O projeto estruturante 4. Desenvolvimento e qualificação territorial engloba o conjunto de iniciativas relacionadas com a **organização e gestão territorial**, abordada numa perspetiva interna – funcionalidade dos centros de relevância concelhia – e externa – de articulação com a região e ao país – por via do planeamento e ordenamento territorial, pela regeneração urbana e pela melhoria da mobilidade. Aqui estão contidas as pretensões de **reforço da atratividade global do território** (residencial, laboral e empresarial), tornando-se um espaço de oportunidades e também as ambições de sustentabilidade ambiental. A **otimização das condições de fruição territorial** assume um caráter transversal no contributo que concede à operacionalização dos princípios estratégicos descritos na estratégia Alcanena 2025, na medida em que é uma condição de base à concretização das ambições empresariais (PE1), residenciais (PE2) e ambientais (PE3).

Objetivos gerais

- Reforçar a atratividade residencial, laboral e empresarial;
- Otimizar as condições de gestão territorial e de sustentabilidade ambiental;
- Reforçar a coesão social e a inclusividade;
- Melhorar as condições de mobilidade interna e externa.

Contributo para os princípios estratégicos

PE1 ●●●● PE2 ●●●● PE3 ●●●●

Abordagem integrada 4.1

Planeamento e gestão territorial

Objetivos específicos

- Concluir a revisão do PDM e implementar as orientações definidas;
- Desenvolver e implementar planos de pormenor;
- Manter atualizados e desenvolver os Planos de Planeamento e Ordenamento do Território.

Abordagem integrada 4.2

Plano de ação de regeneração urbana

Objetivos específicos

- Promover a regeneração do espaço público, equipamentos e edifícios dos centros urbanos do concelho;
- Promover a reabilitação de património industrial devoluto, histórico-cultural e religioso;
- Desenvolver soluções de eficiência energética no espaço público, nos edifícios e equipamentos;
- Promover a requalificação urbana e desenvolver mecanismos de incentivo à requalificação urbana.

Abordagem integrada 4.3

Plano Municipal de Soluções Integradas de Promoção da acessibilidade do concelho de Alcanena

Objetivos específicos

- Implementar um sistema de acessibilidade e mobilidade eficiente a nível concelhio e regional, com função empresarial e social e valorizar a rede viária concelhia;
- Promover soluções de mobilidade e transporte de caráter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;
- Garantir condições de mobilidade e acessibilidade inclusiva;
- Promover uma rede municipal de mobilidade sustentável apostando na mobilidade de baixo teor de carbono.

Projeto estruturante 5.

Modernização administrativa e eficiência institucional

Descrição

O projeto estruturante 5. Modernização administrativa e eficiência institucional tem por base a importância da **eficiência das instituições**, a **eficácia dos mecanismos de monitorização e gestão territorial** e a **pertinência de construção de um modelo de governação e cooperação territorial** adequado à realidade do concelho e respetivo enquadramento regional. Esta questão assume particular relevância num contexto de presença de um número significativo de entidades atuantes no território, em diferentes áreas temáticas e setoriais, onde a cooperação e partilha de informação e recursos é vantajosa. O projeto estruturante 5. Contribui, de forma transversal, para os princípios estratégicos da estratégia Alcanena 2025, nas dimensões temáticas que têm implícitas.

Objetivos gerais

- Incentivar o desenvolvimento de soluções digitais e inteligentes nas instituições;
- Desenvolver um sistema completo e coerente de gestão territorial;
- Promover e otimizar as plataformas de cooperação municipal.

Contributo para os princípios estratégicos

PE1



PE2



PE3



Abordagem integrada 5.1

Objetivos específicos

Implementação de plataformas digitais

- Integrar os sistemas digitais (da Câmara Municipal e organismos externos);
- Implementar soluções informáticas nas diversas áreas (serviços, turismo, ambiente,...);
- Apoiar a ramificação da fibra ótica e disponibilizar redes *wireless* para os cidadãos e visitantes;
- Reestruturar infraestruturas Tecnológicas.

Abordagem integrada 5.2

Objetivos específicos

Desenvolvimento de um sistema de monitorização e gestão territorial

- Desmaterializar processos;
- Elaborar e implementar o Plano de ação e gestão das infraestruturas
- Implementar novas funcionalidades de gestão territorial.

Abordagem integrada 5.3

Objetivos específicos

Governação e cooperação territorial

- Otimizar e aprofundar a dinâmica de cooperação municipal;
- Otimizar a rede de cooperação regional;
- Desenvolver plataformas inter setoriais de discussão e partilha de informação e boas práticas.

Anexos

Anexo 1. Lista de participantes no processo de auscultação

Workshop Desenvolvimento social, educação, saúde e cultura
Datas de realização: 27/10/2015 e 11/11/2015
ACPF - Associação de Caça e Pesca da Freguesia do Malhou
ACRES - Atlético Clube Recreativo Espinheirense
Agrupamento de Escolas de Alcanena
APAL - Associação de Pais de Alcanena
APECC - Associação de Pais e Encarregados de Educação do Covão Coelho
ARPICA - Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Concelho de
Associação de Desenvolvimento Sócio-educativo e Cultural ABC de Alcanena
Associação de Solidariedade Social AIJIL - Apoio Integrado de Jovens e Idosos de Louriceira
Associação Recreativa e Cultural de Vale Alto
Associação Rico Duelo
AVS - Clube Bio-Ecológico Amigos da Vida Selvagem
Casa do Povo de Minde
CBESA - Centro de Bem Estar Social de Alcanena
CNE - Corpo Nacional de Escutas
Escola de Futebol do concelho de Alcanena
GDRG - Grupo desportivo e Recreativo da Graça
Grupo R os Unidos SA
JUBILARE - Associação Cultural e Social de Alcanena
Junta de Freguesia de Bugalhos
Pedrinha Motor Clube
Rancho Folclórico Covão do Coelho
Rancho Folclórico de Gouxaria
Sociedade Columbófila de Alcanena
UCM - União Columbófila de Minde
Vitória Futebol Clube de Minde

Visita a fábricas e empresas de Curtumes
Data de realização: 26/10/2015
Curtumes Fonte Velha, S.A.
Curtumes Ibéria, S.A.
Couro Azul, S.A.
Derma-leather. Comércio e Indústria de Peles, S.A.
Workshop Desenvolvimento empresarial, inovação e competitividade
Data de realização: 4/11/2015
ACIS - Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã
APIC - Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes
AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena
CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPT - Instituto Politécnico de Tomar
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém
Workshop Desenvolvimento territorial equilibrado
Data de realização: 4/11/2015
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
Centro Ciência Viva do Alviela - CARSOSCÓPIO
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
Junta de Freguesia de Minde
Junta de Freguesia de Moitas Venda
Junta de Freguesia de Monsanto
Retiro do Bosque
União de Freguesias de Alcanena e Vila Moreira

Anexo 2. Dinâmica de cooperação municipal

Designação	Objetivos	Composição
<p>Comissão Municipal de Defesa da Floresta</p>	<p>a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica;</p> <p>b) Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, em consonância com o PNDFCI, com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional de ordenamento florestal;</p> <p>c) Avaliar e propor à ICNF, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;</p> <p>d) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;</p> <p>e) Desenvolver ações de sensibilização da população;</p> <p>f) Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;</p> <p>g) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;</p> <p>h) Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;</p> <p>i) Colaborar na divulgação de avisos às populações;</p> <p>j) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;</p> <p>l) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara Municipal - Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, designado pela Assembleia Municipal - Representante do ICNF - Comandante dos Bombeiros Municipais de Alcanena - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Minde - Comandante da GNR - Representante dos proprietários florestais - Regimento de Engenharia
<p>Comissão Municipal de Proteção Civil</p>	<p>a) Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;</p> <p>b) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;</p> <p>c) Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;</p> <p>d) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;</p> <p>e) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara Municipal - Representante do ICNF - Comandante dos Bombeiros Municipais de Alcanena - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Minde - Comandante do Destacamento Territorial da GNR de Torres Novas - Autoridade de Saúde do Município - Serviço de Segurança Social - APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes
<p>Conselho Cinegético e da Conservação da Flora Municipal</p>	<p>a) Propor à administração as medidas que considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos;</p> <p>b) Propiciar que o fomento cinegético e o exercício da caça, bem como a conservação da fauna, contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais;</p> <p>c) Apoiar a administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura;</p> <p>d) Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de ZCA e ZCT, a criação e transferência de ZCN e ZCM, bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara Municipal - Três representantes dos caçadores do concelho - Dois representantes dos agricultores do concelho - Um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho - Um autarca de freguesia pela assembleia municipal - Um representante do ICNF sem direito a voto

Designação	Objetivos	Composição
	<p>e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer;</p> <p>e) Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça;</p> <p>f) Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos.</p>	
<p>Conselho Municipal de Segurança</p>	<p>a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;</p> <p>b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção;</p> <p>c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município;</p> <p>d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social;</p> <p>e) Proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica, e tendo em conta os diversos instrumentos nacionais para o seu combate, nomeadamente os Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - 2014-2017, e apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição deste crime;</p> <p>f) Avaliar os números da sinistralidade rodoviária e, tendo em conta a estratégia nacional de segurança rodoviária, formular propostas para a realização de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no município. Para a prossecução dos objetivos descritos anteriormente compete aos conselhos dar parecer sobre:</p> <p>a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do município;</p> <p>b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no município;</p> <p>c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município;</p> <p>d) Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate aos incêndios;</p> <p>e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;</p> <p>f) A situação socioeconómica municipal;</p> <p>g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção da toxic dependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;</p> <p>h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção;</p> <p>i) Os dados relativos a violência doméstica;</p> <p>j) Os resultados da sinistralidade rodoviária municipal;</p> <p>k) As propostas de Plano Municipal de Segurança Rodoviária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara Municipal - Vereador do Pelouro - Presidente da Assembleia Municipal - Presidentes das Juntas de Freguesia - Representante do Ministério Público da Comarca de Alcanena - Comandante dos Bombeiros Municipais de Alcanena - Comandante dos Bombeiros Voluntários de Minde - Comandante do Posto da GNR de Alcanena - Centro de Respostas Integradas do Ribatejo - Representante do Centro Regional de Segurança Social - Representante do Centro de Saúde de Alcanena - Representante do Agrupamento de Escolas de Alcanena - APAL – Associação de Pais e Encarregados de Educação - Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3 de Minde - Associação de Pais da Escola do Covão do Coelho - Paladinos do Futuro – Associação de Pais - APIC – Associação Portuguesa das Industrias de Curtumes - ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena, Golegã - Representante do PS - Representante do PPD/PSD-CDS-PP - Representante dos ICA - Representante da CDU - Equipa Municipal de Intervenção na Violência Doméstica de Alcanena - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
<p>Conselho Municipal do Associativismo local</p>	<p>O Conselho Municipal do Associativismo Local, a seguir designado por (CMAL) é um órgão com funções de natureza Consultiva que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as diversas Associações do Concelho de Alcanena</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente de Câmara Municipal de Alcanena, ou seu representante; - Vereadores com competências nas áreas da Cultura, Desporto, Desenvolvimento Social, Juventude e Ambiente; - Os presidentes de Junta de Freguesia do Concelho; - Um representante de cada partido político ou grupo com assento na Assembleia Municipal; - Cinco representantes das Associações Culturais; - Cinco representantes das Associações Desportivas; - Dois representantes das Associações Sociais; - Um representante das Associações Ambientais; - Um representante das Associações Juvenis.

Designação	Objetivos	Composição
<p align="center">Conselho Municipal de Educação</p>	<p>Para a prossecução dos objetivos, compete ao Conselho deliberar, em especial, sobre as seguintes matérias:</p> <p>a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego;</p> <p>b) Acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do município, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal;</p> <p>c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos no regime jurídico da autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;</p> <p>d) Apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e da respetiva articulação com o Plano Estratégico Educativo Municipal;</p> <p>e) Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação;</p> <p>f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;</p> <p>g) Programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;</p> <p>h) Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar;</p> <p>i) Participação no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal.</p> <p>2. Compete, ainda, ao Conselho analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.</p>	<p>Integram o Conselho:</p> <p>O presidente da câmara municipal, que preside;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O presidente da assembleia municipal; - O vereador responsável pela educação; - O presidente da junta de freguesia eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho; - O delegado regional de educação da direção de serviços da região cuja área territorial corresponda à do município, integrada na direção geral dos estabelecimentos escolares, ou quem o diretor-geral dos estabelecimentos escolares designar em sua substituição; - Os diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município. <p>Integram ainda o Conselho os seguintes representantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um representante do pessoal docente do ensino secundário público das escolas da área do município; - Um representante do pessoal docente do ensino básico público das escolas da área do município; - Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública dos estabelecimentos de educação da área do município; - Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação; - Um representante das associações de estudantes; - Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação; - Um representante dos serviços públicos de saúde; - Um representante dos serviços da segurança social; - Um representante dos serviços de emprego e formação profissional; - Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto; - Um representante das forças de segurança; - Um representante do Conselho Municipal de Juventude.
<p align="center">Conselho Local de Ação Social</p>	<p>A rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objetivos:</p> <p>a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;</p> <p>b) Promover o desenvolvimento social integrado;</p> <p>c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;</p> <p>d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);</p> <p>e) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;</p> <p>f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;</p> <p>g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.</p>	<p>Os CLAS integram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O presidente da câmara municipal ou o responsável máximo da entidade que preside; - As entidades ou organismos do sector público, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente; - As instituições que desenvolvam respostas sociais, mediante a celebração de acordos de cooperação com organismos públicos, ou, nas situações em que o número de instituições, por área de intervenção, é igual ou superior a 10, podem as mesmas designar um representante, assegurando-se em todos os casos a participação no CLAS de cada sector de intervenção social; - Os presidentes das juntas de freguesia do respetivo concelho ou cinco representantes eleitos entre os presidentes de junta de freguesia por cada 30 freguesias; - Os conselheiros locais para a igualdade de género, quando existam.

Designação	Objetivos	Composição
	<p>A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.</p>	<p>Os CLAS podem ainda integrar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades sem fins lucrativos, tais como associações sindicais, associações empresariais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não governamentais, associações humanitárias, associações de desenvolvimento local, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social; - Entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros. <p>Devem também participar nos trabalhos dos CLAS, sem direito a voto, representantes de outras estruturas de parceria que intervêm designadamente no âmbito social e da educação, representantes de projetos ou pessoas com conhecimentos especializados sobre temas ou realidades concelhias.</p>
<p align="center">Conselho Municipal de Juventude</p>	<p>O Conselho Municipal de Juventude, designado por CMJ, é o órgão consultivo do Município sobre matérias relacionadas com a política de Juventude.</p> <p>O Conselho Municipal de Juventude prossegue os seguintes fins:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social; b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude; c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude; d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município; e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude; f) Promover iniciativas sobre juventude a nível local; g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude; h) Incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras; i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de atuação. 	<p>A composição do Conselho Municipal de Juventude é a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O(a) Presidente da Câmara Municipal, que preside; - Um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal; - O representante do município no Conselho Regional de Juventude; - Um representante de cada Associação Juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ); - Um representante de cada Associação de Estudantes do ensino básico e secundário com sede no município; - Um representante de cada Associação de Estudantes do ensino superior com sede no município; - Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de atuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50% dos associados; - Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República; - Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3º da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, de âmbito nacional; - Representantes das Juntas e Uniões de Freguesia.

Designação	Objetivos	Composição
<p>Comissão de Trânsito e Segurança Rodoviária</p>	<p>À Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária compete:</p> <p>a) Diagnosticar e encontrar solução para os diversos problemas que se prendem com o trânsito no Concelho de Alcanena.</p> <p>b) Sugerir a tomada de medidas e alterações julgadas por convenientes para concretização dos objetivos previstos.</p> <p>c) Apreciar pedidos de sinalização, pedidos de colocação de sinais de proibição de estacionamento, apresentar propostas de instalação e substituição de sinalização vertical e horizontal e de alteração dos sentidos de trânsito na via pública, sob a sua jurisdição, nos termos da legislação em vigor.</p> <p>d) Definição de locais onde se justifique, para além da sinalização vertical e marcas rodoviárias, a existência de sinalização luminosa ou outra complementar.</p> <p>e) Propor ou apreciar medidas na área da segurança rodoviária, nomeadamente de combate à sinistralidade rodoviária e na área da promoção da acessibilidade e mobilidade no que respeita ao espaço público.</p> <p>f) Dar parecer sobre requerimentos e processos relativos a circulação e estacionamento.</p> <p>g) Dar parecer sobre a atribuição de espaços de estacionamento privativos.</p> <p>h) Dar parecer ou propor a atribuição de espaços de estacionamento reservado a deficientes.</p> <p>i) Dar parecer ou propor marcação de parques de estacionamento.</p> <p>j) Dar parecer sobre a localização ou propor novos locais de paragens para largada e tomada de passageiros de transportes públicos.</p> <p>k) Dar parecer sobre alterações aos locais existentes ou a novos locais de estacionamento fixo e sítios reservados ao serviço de transporte em táxi.</p>	<p>Integram a Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara Municipal de Alcanena; - Vereador com responsabilidade nesta área de intervenção; - Presidentes das Juntas de Freguesia; - Guarda Nacional Republicana; - EP – Estradas de Portugal, S.A.; - Bombeiros Municipais de Alcanena; - Bombeiros Voluntários de Minde; - ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã; - APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes; - Rodoviária do Tejo; - Responsável da(s) Escola(s) de Condução; - Um representante dos taxistas do concelho de Alcanena; - Provedor do Município.

AM&A Lisboa

Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º

1250-166 Lisboa

T. +351 21 351 14 00

F. +351 21 354 43 12

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2.º

4250-186 Porto

T. +351 22 508 98 55

F. +351 22 508 98 57

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt

